

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

GUSTAVO HENRIQUE DE ALMEIDA PEDROSO

PARENTESCO E PODER:
AS RELAÇÕES GENEALÓGICAS DA ELITE POLÍTICA CAMPONOVENSE

CHAPECÓ

2026

GUSTAVO HENRIQUE DE ALMEIDA PEDROSO

PARENTESCO E PODER:
AS RELAÇÕES GENEALÓGICAS DA ELITE POLÍTICA CAMPONOVENSE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.
Orientador: Prof. Dr. Vicente Neves da Silva Ribeiro.

CHAPECÓ

2026

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Pedroso, Gustavo Henrique de Almeida

Parentesco e poder: As relações genealógicas da elite política camponovense / Gustavo Henrique de Almeida Pedroso. -- 2026.

119 f.:il.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Neves da Silva Ribeiro

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2026.

1. Redes de parentesco. 2. História política. 3. Campos Novos (SC). 4. Genealogia. 5. Elites políticas. I. Ribeiro, Vicente Neves da Silva, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

GUSTAVO HENRIQUE DE ALMEIDA PEDROSO

PARENTESCO E PODER:
AS RELAÇÕES GENEALÓGICAS DA ELITE POLÍTICA CAMPONOVENSE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em História. Orientador: Prof. Dr. Vicente Neves da Silva Ribeiro.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 10 de julho de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **VICENTE NEVES DA SILVA RIBEIRO**
Data: 14/08/2026 06:45:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Vicente Neves da Silva Ribeiro – UFFS
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **RENILDA VICENZI**
Data: 14/08/2026 13:18:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Renilda Vicenzi – UFFS
Avaliadora

Documento assinado digitalmente
 **RICARDO COSTA DE OLIVEIRA**
Data: 18/08/2026 22:31:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira – UFPR
Avaliador

*Dedico este trabalho a meu avô, Cid Caesar
de Almeida Pedroso (1927-1993), um
apaixonado pela história de Campos Novos e
pela política.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à família pelo apoio constante, professores (em especial meu orientador, Vicente Neves) pelos profundos ensinamentos e suporte na realização deste trabalho e de outros durante o curso e aos amigos, especialmente aos que aguentaram minhas incontáveis manifestações monotemáticas sobre genealogia – em especial à Nicole Angélica Schneider, pelo suporte nesta fase final da graduação.

RESUMO

Este trabalho analisa as relações genealógicas de parentesco entre os membros da elite política do município de Campos Novos, Santa Catarina. A escolha do município se justifica por sua expressiva extensão territorial e populacional, aliada à carência de uma historiografia política confiável sobre a localidade. Como recorte temporal, definiu-se o período de 1882 a 1891, correspondente ao intervalo entre a instalação da câmara municipal e a promulgação da Constituição Catarinense. Para a definição do conceito de elite política, foram revisadas abordagens clássicas e contemporâneas, optando-se pela perspectiva de Robert Putnam como referencial teórico mais adequado à análise proposta. Do ponto de vista metodológico, estabeleceu-se como limite de parentesco a terceira geração ascendente (bisavós), incluindo-se também os vínculos constituídos por matrimônio, cuja relevância para a compreensão das redes de poder local foi devidamente justificada. O objetivo geral era determinar a importância das relações genealógicas – seja de parentesco ou por matrimônio – como critério de participação da elite política local. Em quantos casos havia algum tipo de parentesco? Os resultados indicam que as relações genealógicas de parentesco, sobretudo aquelas estabelecidas por via matrimonial – em detrimento das relações consanguíneas –, desempenharam papel significativo na configuração da elite política local. Constatou-se, ainda, que um fator de maior relevância na composição dessa elite foi a expressiva presença de descendentes de proprietários de escravos entre seus membros, evidenciando a persistência de estruturas de poder associadas à escravidão na formação política do município.

Palavras-chave: elite política; genealogia; Câmara Municipal; Campos Novos.

ABSTRACT

This paper analyzes the genealogical kinship relations among members of the political elite of the municipality of Campos Novos, Santa Catarina. The choice of this municipality is justified by its considerable territorial extension and population, as well as the lack of a reliable political historiography on the locality. The temporal scope was defined as the period from 1882 to 1891, corresponding to the interval between the establishment of the municipal council and the promulgation of the Santa Catarina State Constitution. In order to define the concept of political elite, both classical and contemporary approaches were reviewed, with Robert Putnam's perspective ultimately adopted as the most suitable theoretical framework for the proposed analysis. Methodologically, kinship was traced up to the third ascending generation (great-grandparents), also including ties established through marriage, whose relevance to understanding local power networks was duly justified. The overall objective was to determine the importance of genealogical ties – whether by blood or marriage – as a criterion for participation in the local political elite. In how many cases was there some form of kinship? The results indicate that genealogical kinship relations, particularly those established through marriage – rather than consanguineous ties – played a significant role in shaping the local political elite. Furthermore, it was found that an even more significant factor in the composition of this elite was the substantial presence of descendants of slaveholders among its members, revealing the persistence of power structures associated with slavery in the formation of the municipality's politics.

Keywords: Political elite; Genealogy; Municipal council; Campos Novos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa catarinense de 1728	16
Figura 2 - Condições para ser eleitor em 1824	31
Figura 3 - Resolução 61	31
Figura 4 - Resolução 61	32
Figura 5 - Árvore genealógica de Antonio Gomes de Campos	44
Figura 6 - Árvore genealógica de Felisbino Antonio de Souza	45
Figura 7 - Árvore genealógica de Virgínia Emília da Silva	46
Figura 8 - Anúncio da morte de Fidélis José de Oliveira Preto	47
Figura 9 - Árvore genealógica de Fidélis José de Oliveira Preto	48
Figura 10 - Árvore genealógica de Francisco Alves de Carvalho	49
Figura 11 - Árvore genealógica de Antonia Pinheiro da Silva	50
Figura 12 - Árvore genealógica de Francisco Crescêncio Fagundes	51
Figura 13 - Árvore genealógica de Maria Pinheiro da Silva	52
Figura 14 - Árvore genealógica de Francisco Ferreira de Almeida	53
Figura 15 - Árvore genealógica de Anna Leopoldina de Almeida	54
Figura 16 - Francisco Rodrigues de Almeida e esposa Ambrosina	56
Figura 17 - Árvore genealógica de Francisco Rodrigues de Almeida	57
Figura 18 - Árvore genealógica de Ambrosina Ferreira de Almeida	58
Figura 19 - Árvore genealógica de Anton Hendrich Gyss ou Henrique Rupp	60
Figura 20 - Árvore genealógica de Emma Scharf	60
Figura 21 - Árvore genealógica de João Alves de Carvalho	62
Figura 22 - Árvore genealógica de João Thibes	64
Figura 23 - Árvore genealógica de Etelvina Gomes de Campos	64
Figura 24 - Árvore genealógica de Joaquim Alves de Carvalho	66
Figura 25 - Árvore genealógica de Fortunata Alves de Carvalho	67
Figura 26 - Árvore genealógica de Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	69
Figura 27 - Árvore genealógica de Constancia Pereira Pinto	70
Figura 28 - Árvore genealógica de Jorge Ricardo da Silva	72
Figura 30 - Árvore genealógica de Lucas Alves de Carvalho	73
Figura 31 - Árvore genealógica de Júlia Gonçalves de Almeida	73
Figura 32 - Árvore genealógica de Lucidório Luiz de Mattos	75
Figura 33 - Árvore genealógica de Firmina Martins de Mattos	76

Figura 34 - Árvore genealógica de Manuel Ferreira da Silva Farrapo	78
Figura 35 - Árvore genealógica de Felicidade Amantina de Almeida	78
Figura 36 - Árvore genealógica de Marcos Gonçalves de Farias	80
Figura 37 - Árvore genealógica de Francisca Maria de Oliveira	81
Figura 38 - Árvore genealógica de Pedro Carlos Stephanes	82
Figura 39 - Árvore genealógica de Apolinária Thibes	83
Figura 40 - Árvore genealógica de Pedro Correa de Mello	85
Figura 41 - Árvore genealógica de Christina de Almeida	85
Figura 42 - Árvore genealógica de Possidônio Gonçalves de Brito	87
Figura 43 - Árvore genealógica de Rosa Maria de Meira	88
Figura 44 - Árvore genealógica de Ramiro Antonio de Oliveira	89
Figura 45 - Árvore genealógica de Maria Alves de Oliveira	90
Figura 46 - Árvore genealógica de Tomás Gonçalves Padilha	91
Figura 47 - Árvore genealógica de Bernardina Correa	92
Figura 48 - Maço de população de Castro de 1806	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação dos membros da câmara municipal com a escravidão	22
Tabela 2 - Lista dos membros das câmaras municipais	41
Tabela 3 - Tabela de ancestrais de Antonio Gomes de Campos	43
Tabela 4 - Tabela de ancestrais de Felisbino Antonio de Souza	44
Tabela 5 - Tabela de ancestrais de Virgínia Emília da Silva	45
Tabela 6 - Tabela de ancestrais de Fidélis José de Oliveira Preto	47
Tabela 7 - Tabela de ancestrais de Francisco Alves de Carvalho	48
Tabela 8 - Tabela de ancestrais de Antonia Pinheiro da Silva	49
Tabela 9 - Tabela de ancestrais de Francisco Crescêncio Fagundes	50
Tabela 10 - Tabela de ancestrais de Maria Pinheiro da Silva	51
Tabela 11 - Tabela de ancestrais de Francisco Ferreira de Almeida	52
Tabela 12 - Tabela de ancestrais de Anna Leopoldina de Almeida	53
Tabela 13 - Tabela de ancestrais de Francisco Pinheiro da Silva	55
Tabela 14 - Tabela de ancestrais de Francisco Rodrigues de Almeida	56
Tabela 15 - Tabela de ancestrais de Ambrosina Rodrigues de Almeida	57
Tabela 16 - Tabela de ancestrais de Henrique Rupp ou Anton Hendrich Gyss	59
Tabela 17 - Tabela de ancestrais de Emma Scharf	59
Tabela 18 - Tabela de ancestrais de João Alves de Carvalho	61
Tabela 19 - Tabela de ancestrais de João Thibes	63
Tabela 20 - Tabela de ancestrais de Etelvina Gomes de Campos	63
Tabela 21 - Tabela de ancestrais de Joaquim Alves Fagundes	65
Tabela 22 - Tabela de ancestrais de Fortunata Alves de Carvalho	65
Tabela 23 - Tabela de ancestrais de Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	68
Tabela 24 - Tabela de ancestrais de Constância Pereira Pinto	68
Tabela 25 - Tabela de ancestrais de Jorge Ricardo da Silva	71
Tabela 26 - Tabela de ancestrais de Alexandrina Ferreira da Silva	71
Tabela 27 - Tabela de ancestrais de Lucas Alves de Carvalho	72
Tabela 28 - Tabela de ancestrais de Júlia Gonçalves de Almeida	72
Tabela 29 - Tabela de ancestrais de Lucidório Luiz de Mattos	74
Tabela 30 - Tabela de ancestrais de Firmina Martins de Mattos	74
Tabela 31 - Tabela de ancestrais de Manuel Ferreira da Silva Farrapo	77
Tabela 32 - Tabela de ancestrais de Felicidade Amantina de Almeida	77

Tabela 33 - Tabela de ancestrais de Marcos Gonçalves de Farias	79
Tabela 34 - Tabela de ancestrais de Francisca Maria de Oliveira	79
Tabela 35 - Tabela de ancestrais de Pedro Carlos Stephanes	81
Tabela 36 - Tabela de ancestrais de Pedro Carlos Stephanes	82
Tabela 37 - Tabela de ancestrais de Pedro Correa de Mello	84
Tabela 38 - Tabela de ancestrais de Christina de Almeida	84
Tabela 39 - Tabela de ancestrais de Possidônio Gonçalves de Brito	86
Tabela 40 - Tabela de ancestrais de Rosa Maria de Meira	86
Tabela 41 - Tabela de ancestrais de Ramiro Antonio de Oliveira	88
Tabela 42 - Tabela de ancestrais de Maria Alves de Oliveira	89
Tabela 43 - Tabela de ancestrais de Tomás Gonçalves Padilha	90
Tabela 44 - Tabela de ancestrais de Bernardina Correa	91
Tabela 45 - Análise de parentescos	94
Tabela 46 - Análise de resultados lapidada	95
Tabela 47 - Escravizados de Rita Joaquina de Jesus entre 1809 e 1835	96
Tabela 48 - Ascendentes dos camaristas e esposas e sua relação com a escravidão	99

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS.....	17
2.1. O que são as elites?.....	17
2.2. Quem é parente?.....	22
3. O HISTÓRICO DE ESTRUTURA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO IMPÉRIO E COMEÇO DA REPÚBLICA.....	25
3.1. As divisões político-administrativos no período pré-imperial	25
3.2. As instalações de municípios nos Campos de Lages.....	26
3.3. Como eram organizadas as câmaras municipais no Brasil Império?	28
3.4. Como eram organizadas as câmaras municipais na Primeira República?.....	29
4. HISTÓRIA DE CAMPOS NOVOS E DA SUA CÂMARA	32
4.1. Breve histórico do município e do processo de autonomia.....	32
4.2. Os membros da câmara municipal.....	34
4.2.1. Segundo Reinado	34
4.2.2. Primeira República	37
5.1. Definições.....	41
5.1.1. Representação gráfica da genealogia.....	41
5.1.2. O caso dos expostos.....	41
5.2. A ancestralidade dos membros da câmara e seus matrimônios.....	42
5.2.1. Antonio Gomes de Campos.....	42
5.2.2. Felisbino Antonio de Souza e Virginia Emilia da Silva.....	43
5.2.3. Fidélis José de Oliveira Preto	45
5.2.4. Francisco Alves de Carvalho e Antonia Pinheiro da Silva.....	47
5.2.5. Francisco Crescêncio Fagundes e Maria Pinheiro da Silva.....	49
5.2.6. Francisco Ferreira de Almeida e Ana Leopoldina de Almeida	51
5.2.7. Francisco Pinheiro da Silva e Joaquina Emilia da Silva	53
5.2.8. Francisco Rodrigues de Almeida e Ambrosina Ferreira de Almeida.....	54
5.2.9. Henrique Rupp e Emma Scharf.....	57
5.2.10. João Alves de Carvalho e Emiliana Alves França.....	59
5.2.11. João Thibes e Etelvina Gomes de Campos.....	61
5.2.12. Joaquim Alves Fagundes e Fortunata Alves de Carvalho	63
5.2.13. Joaquim Antonio de Oliveira Lemos e Constância Pereira Pinto	65
5.2.14. Jorge Ricardo da Silva e Alexandrina Ferreira da Silva.....	66
5.2.15. Lucas Alves de Carvalho e Julia Gonçalves de Almeida	68
5.2.16. Lucidório Luiz de Mattos e Firmina Martins de Mattos	70
5.2.17. Manuel Ferreira da Silva Farrapo e Felicidade Amantina de Almeida	72
5.2.18. Marcos Gonçalves de Farias e Francisca Maria de Oliveira	74
5.2.19. Pedro Carlos Stephanes e Apolinária Thibes	76
5.2.20. Pedro Corrêa de Mello e Christina de Almeida.....	78

5.2.21. Possidônio Gonçalves de Brito e Rosa Maria de Meira	80
5.2.22. Ramiro Antonio de Oliveira e Maria Alves de Oliveira.....	82
5.2.23. Tomás Gonçalves Padilha e Bernardina Correa	84
6. A ANÁLISE DOS PARENTESCOS.....	87
6.1. Análise quantitativa	87
6.1.1. Método de análise e categorias.....	87
6.2. Análise qualitativa	89
6.2.1. Os filhos de Rita e a escravidão.....	89
6.2.2. Matrimônio e alianças políticas.....	93
CONCLUSÃO.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
ANEXO A.....	111
ANEXO B.....	112
ANEXO C.....	113
ANEXO D.....	114
ANEXO F	116
ANEXO G.....	117
ANEXO H.....	118
ANEXO I.....	119

1. INTRODUÇÃO

Alguns anos atrás, quando, em curso de uma pesquisa genealógica no site do APESC¹, localizei um acervo de fontes interessantíssimo: ofícios das câmaras municipais para o presidente da província² de Santa Catarina. Lendo o inventário analítico dessas comunicações, algumas, da câmara municipal de Campos Novos/SC que me chamaram especial atenção, numerada no inventário analítico, primeiramente a de número 138. No documento, datado de 7 de janeiro de 1887, o tenente-coronel Francisco Alves de Carvalho comunica ao presidente da província, Francisco José da Rocha, que ele foi empossado como presidente da câmara, tendo como seu vice Pedro Carlos Stefani³. Consta que os vereadores (recém-empossados também), além dos já citados Pedro e Francisco, são: Passidonio⁴ Gonçalves de Brito, Francisco Crescencio Fagundes, Francisco Pinheiro da Silva, Francisco Ferreira de Almeida⁵ e Marcos Gonçalves de Fariaz.

O primeiro fato que salta aos olhos é que, em pesquisas realizadas anteriormente, Francisco Ferreira de Almeida era possivelmente aparentado de Francisco Pinheiro da Silva. Após consulta à base de dados pessoal, constatei que a mãe de Francisco Ferreira de Almeida era Josefa Ferreira da Silva, que dentre outras qualidades, era prima de Francisco Pinheiro da Silva. Como amante da genealogia, esse fato gerou um certo interesse.

Apenas três dias depois, em 10 de janeiro, há uma nova comunicação, na qual a câmara municipal questiona “*o Secretário pode ser irmão do Presidente da Câmara? Os cunhados poderão servir conforme o cargo de vereador?*”, indicando que haviam relações genealógicas fortes ali presentes. Essa situação gerou uma inquietação grande, a ponto de, no dia seguinte, mandarem outra comunicação afirmando que “*no arquivo da Câmara não existem nem Coleção das Leis Gerais nem Provinciais, e pede a V. Exa. que se digne a mandar dar as providências que no caso couberem*”. A inquietação pode ser percebida por motivos cronológicos: em 1887 não havia ferrovia de Campos Novos para Desterro, portanto a comunicação era lenta. A fim de exemplificar isto, é possível conferir uma outra correspondência: “*Correspondência da Presidência da Província, para Câmara Municipal de Campos Novos, acusando estar ciente,*

¹ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

² Cargo do Império do Brasil mais ou menos equivalente ao cargo atual de governador estadual.

³ Corruptela de *Stephanes*.

⁴ Originalmente Possidônio.

⁵ Transcrição errada de Almeida.

pelos ofícios de 07 e 15 de janeiro findo, de ter esta Câmara tomado posse e celebrado a sua primeira sessão ordinária. Desterro, 08 de fevereiro de 1887.”

Apenas a resposta de um ofício veio em cerca de 20 dias – significando que a viagem demorava dias, afinal, a distância entre as duas cidades é cerca de 350 km. Sendo que, na época, o cavalo era o meio de viagem mais eficiente, é de se esperar que houvesse demora.

Em 15 de janeiro de 1887, Francisco Alves de Carvalho faz seu último ofício, sendo o próximo, de 11 abril, feito pelo vice-presidente Pedro Carlos Stephanes. O motivo não era feliz: Francisco havia morrido no dia 10. Em comunicação de julho de 1887, a câmara municipal informa que a vaga de Francisco como membro da câmara foi preenchida por outra pessoa: Lucas **Alves de Carvalho**. O grifo (próprio) destaca o sobrenome que é o mesmo, e isto não é coincidência: ambos eram meio-irmãos. Antonio Alves de Carvalho, mineiro de Sabará, imigrou para Ponta Grossa e casou ali duas vezes: a primeira com a também mineira Maria Joaquina de Oliveira (com quem teve o filho *Francisco*) e a segunda com a ponta-grossense Gertrudes Maria do Espírito Santo (com quem teve o filho *Lucas*).

Trata-se do segundo parentesco próximo encontrado em apenas uma legislatura. No ano seguinte, é esclarecido por que a Câmara questionou a questão do cunhado: Francisco Crescencio Fagundes era casado com Maria Pinheiro da Silva, irmã de Francisco Pinheiro da Silva e, uma vez que isso era proibido, Francisco, que estava com saúde debilitada, renunciou em abril de 1888. Após diversas cobranças para marcar nova eleição para resolver a situação, houve uma resolução: em 8 de janeiro de 1889 é empossado Francisco Rodrigues de Almeida. Que pela natureza endogâmica da família Almeida é tio e cunhado de Francisco Ferreira de Almeida⁶. A esposa de Francisco Rodrigues de Almeida era também prima de Francisco Pinheiro da Silva e de Maria Pinheiro da Silva, esposa de Francisco Crescencio Fagundes.

Todo esse emaranhado genealógico me levou a um questionamento: como eram ligadas genealogicamente as elites políticas camponovenses? Em apenas uma legislatura puderam ser notadas tantas ligações e conflitos, como será em outras legislaturas? Será essa uma coincidência? E se adicionarmos nessa comparação o superintendente⁷, algo muda? Ele estaria numa relação genealógica "a parte" das outras elites políticas locais?

Uma das justificativas para a realização deste trabalho é a grande falta de informações sobre as formações da câmara de vereadores de Campos Novos. Em pesquisa realizada *in loco* junto à câmara municipal e o arquivo público municipal, foi constatado que há apenas livros de

⁶ Francisco Rodrigues era casado com a sobrinha Ambrosina Ferreira de Almeida, irmã de Francisco Ferreira de Almeida.

⁷ Cargo dos tempos do Império mais ou menos equivalente ao cargo moderno de prefeito.

registros de atas da década de 1950. Não há, na prefeitura, arquivo municipal ou câmara, sequer uma relação dos membros da câmara anteriores à esta data: apenas da primeira composição, que por razões óbvias, tem destaque especial. De forma geral, há pouco conhecimento sobre as legislaturas mais antigas.

No site da prefeitura há uma lista de ex-prefeitos⁸, a qual contém um grande erro. Segundo o site, entre 1898 e 1906, o prefeito foi Jorge Ricardo da Silva. No entanto, há uma condição que impedia Jorge Ricardo de governar: a impossibilidade de comunicação com o *reino dos mortos*. O Jornal do Commercio, em 24 de novembro de 1889, noticiou o falecimento de Jorge Ricardo da Silva:

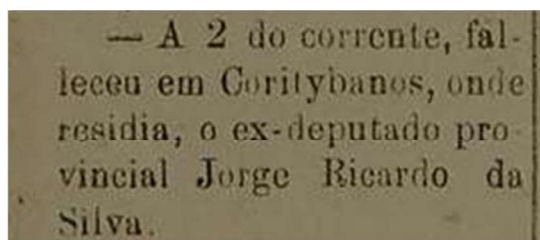


Figura 1 - Jornal do Commercio, 1889. Disponível em: <https://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/JornaldoComercio/1889/JDC1889225.pdf>

Na verdade, em pesquisa anterior (Pedroso, 2022), compreendemos que os prefeitos nessa época foram Messias Thibes e Henrique Rupp. Embora o objetivo do projeto seja traçar as relações genealógicas entre os membros da elite política, e não corrigir erros constantes no site do município, o fato da cidade ter tido supostamente um *prefeito-zumbi* exemplifica bem o completo desconhecimento dos camponovenses sobre seu antepassado. Este trabalho é estruturado em cinco capítulos: o primeiro com definições metodológicas de elites e parentesco; o segundo sobre a estrutura histórica do legislativo municipal no Brasil Império e Primeira República; o terceiro com a história de Campos Novos e sua câmara municipal; o quarto com a genealogia dos membros da câmara e com quem se casaram; e o quinto com análise dos parentescos.

⁸ Ex-prefeitos. PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS. Disponível em: <https://camposnovos.sc.gov.br/pagina-1019/>.

2. DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS

2.1. O que são as elites?

Ao pesquisar o tema, foi necessário definir um escopo metodológico: se vamos estudar as elites, precisamos saber o que são elites e quem são essas elites. Quem é membro dela? Como se forma? As definições de "elite política" ou apenas "elite" são variadas. Segundo Raposo (2019, p. 160) elites:

(...) são formadas por pequenos grupos de indivíduos que se destacam entre seus pares como os melhores em uma determinada atividade. Assim, existe a elite do samba, do futebol ou de qualquer outra área social. Quando ao termo "elite" é agregada a palavra "política", seu significado passa a referir-se ao mundo do poder, designando aqueles que possuem, entre suas características, algumas que lhes conferem a capacidade de conduzir a vida política das comunidades a que pertencem (...)

Em seu artigo, o mesmo autor cita conceitos diferentes relacionados a definições de elites políticas e método de trabalho com elas. Raposo fala sobre visões de diferentes autores, especialmente da chamada *escola clássica*, começando com Vilfredo Pareto.

Pareto nasceu em 1848 em Paris, França, filho de um engenheiro civil genovês exilado, mas a família retornou à Itália em 1858, pouco antes da fundação do Reino da Itália. Embora seu pai fosse genovês, Vilfredo residiu em outra região: o Piemonte, se graduando em engenharia civil na Universidade Politécnica de Turim, na província homônima. Mudou de carreira, sendo professor na Universidade de Florença, se dedicando não mais à engenharia, mas ao estudo da Economia, sendo grande defensor do liberalismo econômico. No entanto, em idade mais avançada, começou a estudar Sociologia, onde teve destaque - especialmente para o estudo das elites. Ele define elite como um grupo de indivíduos que se destacam em seu campo de atuação, podendo ser uma elite em qualquer área do conhecimento. Pareto (p. 1422, 1963, tradução minha⁹) define:

Suponhamos que, em cada ramo da atividade humana, cada indivíduo receba um índice que represente sua capacidade, à

⁹ *Let us assume that in every branch of human activity each individual is given an index which stands as a sign of his capacity, very much the way grades are given in the various subjects in examinations in school. The highest type of lawyer, for instance, will be given 10. The man who does not get a client will be given 1 — reserving zero for the man who is an out-and-out idiot. To the man who has made his millions—honestly or dishonestly as the case may be—we will give 10. To the man who has earned his thousands we will give 6; to such as just manage to keep out of the poor-house, 1, keeping zero for those who get in. To the woman “in politics,” such as the Aspasia of Pericles, the Maintenon of Louis XIV, the Pompadour of Louis XV, who has managed to infatuate a man of power and play a part in the man’s career, we shall give some higher number, such as 8 or 9; (...) So let us make a class of the people who have the highest indices in their branch of activity, and to that class give the name of élite.*

semelhança das notas atribuídas nas diversas disciplinas em exames escolares. Ao advogado do mais alto nível, por exemplo, será atribuído 10. Ao homem que não consegue nenhum cliente, será atribuído 1 — reservando o zero para o completo idiota. Ao homem que acumulou seus milhões — honesta ou desonestamente, conforme o caso — daremos 10. Ao que ganhou seus milhares, daremos 6; aos que mal conseguem se manter fora da miséria, 1, reservando o zero para os que nela caem. À mulher 'na política' — como a Aspásia de Péricles, a Maintenon de Luís XIV, a Pompadour de Luís XV —, que conseguiu enfeitiçar um homem de poder e desempenhar um papel em sua carreira, daremos um número mais alto, como 8 ou 9; (...) Formemos, portanto, uma classe com as pessoas que possuem os índices mais elevados em seu ramo de atividade, e a essa classe daremos o nome de *élite*.

Pareto (1963) também fala que as elites não são uma só: são subdivididas em duas categorias, a elite governante, que se compõe de indivíduos que “diretamente ou indiretamente têm algum papel considerável no governo” (Pareto, 1963, p. 1423, tradução própria) e elites não-governantes, que são o restante¹⁰.

Outro conceito importante citado por ele é o de “circulação das elites”, que Pareto diz que revoluções, mudanças de regime e trocar de governo não ocorrem de “baixo para cima”, mas apenas quando as elites governantes são trocadas. As ideias do engenheiro italiano foram adotadas por Benito Mussolini, que era muito elogioso do seu trabalho, e chamava-o de “Príncipe dos Economistas”.

O próprio Mussolini narrava um episódio em que teria estudado na Universidade de Lausanne (onde Pareto era professor) em maio de 1904, num curso de verão, sendo quando teve contato primeiramente com as ideias sociológicas e econômicas do professor parisiense. No entanto, o episódio é de historicidade duvidosa, considerando que segundo Busino (1967), não há registro da inscrição de Mussolini na universidade — e as aulas não eram abertas ao público. De qualquer maneira, sendo essa história narrada pelo ditador italiano verdadeira ou não — a influência das ideias de Pareto é clara.

Outro expoente da escola clássica é Gaetano Mosca. Advogado e natural, de Palermo, Mosca tinha visões bastante similares às de Pareto, mas via na *organização* o principal motivo de sucesso das elites, dividindo as pessoas em duas classes: as que governam e as governadas. As que governam são divididas em duas mais categorias: o estrato mais alto e o estrato mais baixo. O mais alto consiste no núcleo da classe dominante, mas é incapaz de governar efetivamente sem o apoio do segundo estrato (Delican, 2008, p. 327).

¹⁰ Opinião apoiada por Marie Kolabisnka, aluna e orientanda de Pareto.

No entanto, as definições clássicas apresentam problemas. Sobretudo, ao desconsiderar fatores econômicos e sociais: Pareto vê as elites como pessoalmente *naturalmente* mais inteligentes e superiores, e Mosca vê a capacidade de organização como modo de surgimento das elites. Um dos críticos é o cientista político americano Robert David Putnam, graduado em 1963 pela Swarthmore College e mestre e doutor pela Universidade de Yale.

Em sua crítica a estes modelos da escola clássica, Putnam (p. 24, tradução própria¹¹) expõe que há uma correlação fortíssima entre ocupação de cargos políticos e alto status social prévio:

Evidências da universalidade da correlação entre status social e poder político também provêm dos países em desenvolvimento do Terceiro Mundo. Um estudo com 269 importantes líderes políticos na Ásia, África e América Latina constatou que seus pais, em geral, pertenciam às classes média ou média alta. A maioria era composta por filhos de professores, comerciantes, funcionários públicos ou elites tradicionais. Outro pesquisador relata que os movimentos agrários revolucionários da América Latina são liderados de forma desproporcional por homens de origem social acima da média. De fato, desde as revoluções americana e francesa do século XVIII até as revoluções russa e asiáticas deste século, a maioria dos líderes rebeldes bem-sucedidos têm origem nas classes média e média alta. Aparentemente, nenhum movimento político significativo — revolucionário, reacionário ou ligado ao establishment — escapa completamente à aglutinação.

Putnam, em “The comparative study of political elites”, define elites políticas de maneira mais ampla. Começa dizendo que algumas pessoas têm mais poder político sobre outros - e estas que detêm o poder são a elite política. No entanto, esta definição é rasa, sendo necessário definir poder e política. O autor argumenta que maridos têm poderes sobre suas mulheres, que um dono de moinho tem poderes sobre seus trabalhadores - e embora esses poderes sejam de fato importantes, para Putnam (1976), a definição de poder político é a “probabilidade de influenciar as políticas e atividades do estado” (p. 24, tradução própria¹²), incluindo aí figuras que não necessariamente ocupam cargos políticos – o presidente da General

¹¹ *Evidence of the universality of the correlation between social status and political power comes also from the developing countries of the Third World. A study of 269 prominent political leaders in Asia, Africa, and Latin America found that their parents were generally in the middle or upper middle classes. Most were the sons of teachers, merchants, civil servants, or traditional elites. Another researcher reports that the revolutionary agrarian movements of Latin America are led disproportionately by men of above-average social background. Indeed, from the American and French revolutions of the eighteenth century to the Russian and Asian revolutions of this century most successful rebel leaders have come from the middle and upper middle classes. Apparently no significant political movement—revolutionary, reactionary, or establishmentarian—entirely escapes agglutination.*

¹² *Probability of influencing the policies and activities of the state*

Motors e o dirigente da Federação Laboral Sueca são citados como pessoas com essa capacidade.

No entanto, essas elites não são uniformes em poder. Além da influência poder ser direta (isto é, participa da decisão final) ou indireta (influencia quem participa da decisão final), o cientista político americano argumenta que o poder é estratificado. Ao citar várias pirâmides sociais, ele comenta que no primeiro estrato, mais no topo, estão os políticos envolvidos diretamente no fazer da política nacional, estando no segundo estrato quem estes do primeiro buscam para conselho.

Para esta análise, como definição de “elite política”, usaremos uma definição mais moderna: a de Putnam, porém mais rígida. Há dois motivos para tal escolha: a primeira é que a crítica de Putnam – da importância do status social para ocupação de cargos políticos – é acurada para o contexto camponovense. Neste trabalho, serão analisadas 23 homens e com quem se casaram. De todos analisados, foi concluído que sete destes (30,43%) foram senhores de escravizados e mais sete eram de famílias que tinham escravos – mas não foi possível determinar se estes foram, legalmente, senhores de alguns cativos. Dos nove restantes, três (13,04% do total) tiveram esposas que ou tiveram escravizados ou tiveram famílias de escravizadores, sobrando apenas 6 dos 23 – isto é, 26,08% - das pessoas pesquisadas da livres da “mácula” da escravidão. Sabendo que 73,91% - quase três quartos – dos membros eram ligados de alguma maneira à escravidão, é impossível não considerar esse fator, o que nos leva a descartar a tese de Mosca que as elites se formam apenas pela organização e de Pareto, que se formam por alguma superioridade intelectual, mas sim levantando a tese da maior importância de origem escravista.

Nome	Teve escravizados?	É de família que teve escravizados?	Esposa teve escravizados?	Família da esposa teve escravizados?
Antonio Gomes de Campos	Sim	Sim		
Felisbino Antonio de Souza		Sim		Sim
Fidélis José de Oliveira Preto		Sim		
Francisco Alves de Carvalho	Sim	Sim	Sim	Sim
Francisco Crescêncio Fagundes		Sim	Sim	Sim
Francisco Ferreira de Almeida		Sim		Sim
Francisco Pinheiro da Silva	Sim	Sim		
Francisco Rodrigues de Almeida	Sim	Sim		Sim
Henrique Rupp				
João Alves de Carvalho		Sim		
João Thibes				Sim
Joaquim Alves Fagundes		Sim		Sim
Joaquim Antonio de Oliveira Lemos				Sim
Jorge Ricardo da Silva	Sim	Sim		
Lucas Alves de Carvalho		Sim		Sim
Lucidório Luís de Mattos	Sim	Sim	Sim	Sim
Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Sim	Sim		Sim
Marcos Gonçalves de Farias				
Pedro Carlos Stephanes				
Pedro Correa de Mello				Sim
Possidônio Gonçalves de Brito				
Ramiro Antonio de Oliveira				
Tomás Gonçalves Padilha				

Tabela 1 - Relação dos membros da câmara municipal com a escravidão. Fonte: elaboração do autor.

O segundo motivo, específico para usar uma definição menos alargada, é metodológico: as fontes pesquisadas não deixam claro quem seria o equivalente camponovense de um presidente da GM ou de um chefe de uma organização trabalhista sueca – há dificuldades em transpor analogias nacionais para o regional.

Além disso, frequentemente essas pessoas coincidiam. A Primeira República, especialmente no interior de Santa Catarina, foi marcada pelo fenômeno do coronelismo. Em artigo chamado “Discussão em torno do conceito de coronelismo”, Leal (1976 apud Sousa, 2011, p. 323) afirma o seguinte:

Leal define o coronelismo como um sistema político da Primeira República, dominado por uma relação de compromisso entre os senhores donos de terras em decadência e o poder público fortalecido. Sua base de sustentação está na estrutura agrária e é resultado da ‘superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada’ (...).

Ele deixa evidente a relação entre ser coronel e ser proprietário rural, tese corroborada por Coletti (2011) e Silva (2007). E embora o coronelismo fosse um fenômeno historicamente ligado à Primeira República, há indícios de aspectos deste no Segundo Reinado, como diz Pereira (2016, p. 204):

Aliás, não é só do coronel, o indivíduo com a patente da Guarda Nacional, que estamos falando. Esse coronel serviu para dar nomenclatura a uma prática que existia sempre, desde o Período Colonial, e ainda existe. O coronelismo – nome dado à prática do uso de influência para o cometimento de fraudes nas eleições – é mostrado neste trabalho desde a época da troca de votos por favores, no período colonial, até a República Oligárquica.

Como consequência disso, como parte dessa definição mais estreita do conceito de Putnam, serão considerados os agentes que influenciam a política *diretamente e indiretamente* como apenas um só – usando como base os agentes diretos, no caso, quem fazia diretamente a política municipal: os vereadores e prefeitos. A estrutura política municipal no Brasil sofreu muitas alterações no passar dos 204 anos de independência, sendo que Santa Catarina em particular, teve na década de 1890 momentos políticos instáveis, o que levou à diversas mudanças na nomenclatura dos cargos – sendo, neste capítulo, os termos “prefeito” e “vereadores” usados de forma menos rígida, se referindo aos equivalentes de outrora dos cargos atuais.

2.2. Quem é parente?

Um problema desta pesquisa passa a ser definir algo novo: quem é parente? Segundo a Teoria Sintética da Evolução, todos os seres vivos têm algum ancestral em comum. Mas obviamente, chamar um gafanhoto de meu primo é algo um tanto sem sentido. Podemos definir apenas para humanos, mas continua sendo algo amplo demais.

Em artigo de 2013, Coop e Ralph, fazendo análises genéticas, concluíram que a grande maioria dos europeus é parente entre si – tendo ancestrais em comum nos últimos 1.000 anos. E como a esmagadora maioria dos brasileiros têm ancestrais europeus, virtualmente todos brasileiros são primos distantes entre si. No entanto, esta definição ainda é muito ampla demais. A relação de parentesco é algo que outra pessoa de alguma maneira *mais próxima* de nós que outras pessoas. E se definirmos qualquer pessoa como parente, o termo perde o sentido.

Vejamos a interpretação da Igreja Católica. No código canônico de 1917 era prevista que quando havia um parentesco próximo o suficiente, as pessoas deveriam pedir ao bispo uma autorização especial para se casarem. O cânone 96 deste código diz que o parentesco é calculado pelo grau, e que o grau é calculado pelo número de gerações. Isso significa que se um casal tem um impedimento de consanguinidade do segundo grau para casar, significa que o ancestral em comum está duas gerações acima de ambos – um avô, ou avó ou casal de avós. O cânone 1096 deste código permite o casamento, com dispensa, até o terceiro grau – isto é, bisavós em comum. Embora não seja uma definição de parentesco (é uma definição de qual grau de parentesco é *próximo demais* para o casamento), é útil e pode nos dar um norte.

No entanto, esta norma de 1917 é uma adaptação: em 1215, no quarto Conselho de Latrão, o grau máximo de parentesco que precisaria de dispensa é definido como o quarto grau – isto é, trisavô/ó/s em comum. No entanto, esta definição de 1215 é ampla demais: em pesquisa feita em 2022 pela OnePoll (Melo, 2022), foi constatado que apenas 47% dos americanos conseguem dizer o nome de seus quatro avós – e apenas 4% dos oito bisavós.

Em outra pesquisa, feita no Reino Unido pelo National Trust (IPSOS, 2022), os resultados foram similares: apenas 57% das pessoas conseguem dizer o nome de todos os avós e 2% de todos os bisavós. Na pesquisa britânica foi constatado que 57% das pessoas não sabem o nome de nenhum dos bisavós, tornando a categorização de parentesco (para fins deste trabalho) até trisavô/ó/s em comum exagerada. Afinal, o objetivo deste trabalho é saber como as relações de parentesco moldam as relações da sociedade...e se alguém é um parente e você não sabe, o grau de consanguinidade é meramente *incidental* – um acidente genético sem importância.

Portanto, o critério adotado para este trabalho será até o terceiro grau: isto é, até o *bisavô/ô/s*. Em termos práticos, serão descobertas as figuras da elite política camponovense e listados todos os seus pais, avós e bisavós – quando for possível definir isto, obviamente.

No entanto, não será considerado apenas parentesco de sangue, mas também por afinidade – isto é, por casamento. Essa decisão foi baseada no fato desses graus de parentesco existirem e serem muito reais. A exemplificação disso é que no atual código civil brasileiro, o parentesco por afinidade (isto é, por casamento) não acaba com o fim do casamento: mesmo após o divórcio, os sogros continuam a ser sogros. Wellington Moreira Franco, político piauiense e ex-governador do Rio de Janeiro, foi casado em primeiras núpcias com a socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto. Celina, por sua vez, é filha de Alzira Vargas – filha de Getúlio Vargas, lendário político brasileiro. Na década de 1980, por consequência, Moreira Franco tinha o apelido de “*Genro do genro*”, afinal era do genro do genro de Getúlio Vargas. Isso mostra como no presente (e no passado pouco distante) as relações por afinidade importam.

Outro motivo para essa decisão é que no passado essas decisões também importam. A decisão de considerar a importância dos parentescos por afinidade não é uma decisão moderna, feita de forma arbitrária: basta ver o caso de Francisco Pinheiro da Silva, já citado. Foi eleito vereador mas era irmão de Maria Pinheiro da Silva, esposa de Francisco Crescêncio Fagundes – também eleito vereador. Isto levou a situação na década de 1880 a uma crise – que resultou na renúncia de Francisco Pinheiro da Silva. E não foi um caso único: em 1885, ocorre situação semelhante na câmara de Paraty/SC:

Ofício de Reinaldo Gomes Tavares, para Jose Lustrosa da Cunha Paranaguá, Presidente da Província, pedindo a V. Exa. autorização para realizar eleição para a vaga de Vereador deixada por João Pereira de Souza, que mudou de residência e que Joze Ignácio Moreira apresentou petição, escusa por ter já na câmara um cunhado, o Vereador Fabrício.

O mesmo ocorre em Tijucas, em 1889:

Ofício de Luiz Laus, Vice-Presidente da Câmara, para Cônego Joaquim Eloy de Medeiros, Vice-Presidente da Província, levando ao conhecimento de V. Exa. que pela segunda vez convocou os Vereadores Benjamim Gallotti, Luiz Quintino Pereira, Manoel Jose Baptista e Jose Antunes Braga, para comparecerem a sessão extraordinária, a fim de fazer a apuração da eleição, e expedir o diploma ao eleito, estes não compareceram e os multou, a eleição que se procedeu foram eleitos os Vereadores, só foram votados Jose Luiz Pereira e Francisco Justino Garcia, cunhados e por isso só um deles pode ser convocado, e aguarda ordens de V. Exa. para remeter os livros e autenticas da eleição.

Outro exemplo é do político catarinense Irineu Bornhausen. De família pobre e sem origem na política, nasceu em Itajaí em 1896. Em 1928, se encanta por uma moça conterrânea: Marieta Konder. A família Konder era destacada na política catarinense. No ano do casamento de Irineu, o irmão de Marieta, Adolfo Konder, era governador de Santa Catarina; outro irmão, Marcos Konder, era prefeito de Itajaí (cargo que depois seria ocupado pelo próprio Irineu, que também foi governador); enquanto o outro irmão, Vitor Konder, era Ministro de Viação e Obras Públicas de Washington Luís. É *impossível* pensar que casar numa família tão influente não foi um grande catalisador na vida política de Irineu. Não foi à toa que antes de 1930, o cargo mais alto que ocupara foi de vereador em Itajaí – e, desde então, foi eleito prefeito de Itajaí em 1930 (mas não pode assumir devido à Revolução de 30), foi reeleito em 1936 e em 1950 é eleito governador de Santa Catarina, em 1958 é eleito senador e deputado federal. Considerando que o grau de parentesco por afinidade também tem grande influência nas relações sociais das pessoas, não apenas na sociedade presente como no Brasil do século XIX e primeira metade do século XX, será adotado um critério similar: além de listar os pais, avós e bisavós dos membros da elite política camponovense, serão listados os pais, avós e bisavós e seus cônjuges.

No entanto, vale lembrar que aqui será aplicada uma definição mais ampla de cônjuge: eram comuns as relações extramaritais. Como essas relações, ainda que não necessariamente reconhecidas pela Igreja ou pela sociedade civil, existiram – e foram presumidamente resultado de afeto, de convivência e às vezes até geraram filhos – nada mais justo que as incluir.

3. O HISTÓRICO DE ESTRUTURA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO IMPÉRIO E COMEÇO DA REPÚBLICA

3.1. As divisões político-administrativos no período pré-imperial

No século XV, com as Grandes Navegações, Portugal toma conhecimento de várias terras novas e ao fazer a colonização delas, precisa dividir estes novos territórios. Ainda que Portugal soubesse das terras do atual Brasil no final do século XV, a colonização de fato é mais tardia. Em 1532, é fundada a vila de São Vicente e, pouco tempo depois, são criadas as capitanias hereditárias, administradas por um capitão e donatário. Sobre as atribuições deste, Abreu (2009, p. 33) cita:

Os donatários seriam de juro e herdade senhores de suas terras; teriam jurisdição civil e criminal, com alçada até cem mil réis na primeira, com alçada no crime até morte natural para escravos, índios, peões e homens livres, para pessoas de mor qualidade até dez anos de degredo ou cem cruzados de pena; na heresia (se o herege fosse entregue pelo eclesiástico), traição, sodomia, a alçada iria até morte natural, qualquer que fosse a qualidade do réu, dando-se apelação ou agravo somente se a pena não fosse capital. Os donatários poderiam fundar vilas, com termo, jurisdição, insígnias, ao longo das costas e rios navegáveis; seriam senhores das ilhas adjacentes até distância de dez léguas da costa; os ouvidores, os tabeliães do público e judicial seriam nomeados pelos respectivos donatários, que poderiam livremente dar terras de sesmarias, exceto à própria mulher ou ao filho herdeiro.

No sul do atual Brasil, o controle das terras ficou na mão de dois irmãos: Martim Afonso de Souza e Pero Lopes de Souza – este último sendo o responsável pela capitania de Santana, a mais ao sul da então América Portuguesa. Os reais limites geográficos das capitanias sempre foram disputados – tanto pelos espanhóis, que disputavam o território atualmente brasileiro como entre os próprios capitães donatários.

Com a sucessão pela herança, as terras de Santana passaram a pertencer a D. Lopo de Sousa – que já era dono da capitania de São Vicente por ser herdeiro de Martim Afonso de Sousa. Como consequência disto, a capitania de Santana era inicialmente administrada juntamente com a capitania de São Vicente, resultando que nunca houve real preocupação em demarcar limites muito fixos. No entanto, após a morte de Lopo em 1617, há disputas entre os herdeiros, só sendo “*resolvidas*” no começo do século XVIII, quando a Coroa Portuguesa compra as terras pelo valor de 40 mil cruzados (Silva, 2008, p. 33).

A efetiva colonização de Santa Catarina é mais tardia, tendo se intensificado no século XVIII, parcialmente motivada pela criação da Capitania de Santa Catarina. Esta criação de uma

nova capitania não foi à toa: estava ligada ao processo de ocupação do atual sul do Brasil, à fundação da Vila de Rio Grande em 1737 e da Colônia do Sacramento em 1680. No século XVIII, começa a ocupação branca dos campos de Lages. Silva (2008, p. 41) diz que:

Durante o século XVIII a capitania de São Paulo sofreu sucessivos desmembramentos à medida que eram descobertas as minas de ouro em Minas Gerais (1720) e Goiás (1744) e, sucessivamente, a abertura de estradas ligando a capitania de São Paulo ao Rio Grande do Sul (1760) para a passagem de grandes tropas de gado e muares provocou a expansão paulista sobre o planalto. Assim, a jurisdição de São Paulo estendia-se até o rio Uruguai na divisa com o Rio Grande do Sul. Na busca de espaço para a condução e criação de gado foram surgindo novos povoados, nos locais de pouso e de descanso do gado, especialmente nos campos de Lages e ao longo dos caminhos (estrada das tropas). Dessa maneira nasce Nossa Senhora dos Prazeres dos Campos de Lajes, atual Lages, fundada em 1771 na dependência de São Paulo, e mais tarde (1820) é anexada a Santa Catarina.

Naturalmente, a colonização de Santa Catarina começa pelo litoral, sendo importados um número massivo de açorianos, incentivados por um edital real que prometia armas, mantimentos e terras.

3.2. As instalações de municípios nos Campos de Lages

O povoamento do litoral catarinense começa no século XVII, quando vicentistas fundam a vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco¹³, elevada em 1658 à condição de povoado. Em 1679, Francisco Dias Velho se torna responsável pela colonização da Ilha de Santa Catarina e por volta da mesma época, Domingos de Brito Peixoto funda a vila de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. Laguna foi fundada como município em 1714 e Nossa Senhora do Desterro em 1726, sendo estes por muito tempo os únicos municípios catarinenses.

¹³ Atual São Francisco do Sul. Ainda que em 1504 a expedição de Binot Paulmier de Gonneville tenha andado na atual São Francisco do Sul, não conseguiu efetivamente fazer uma povoação duradoura.

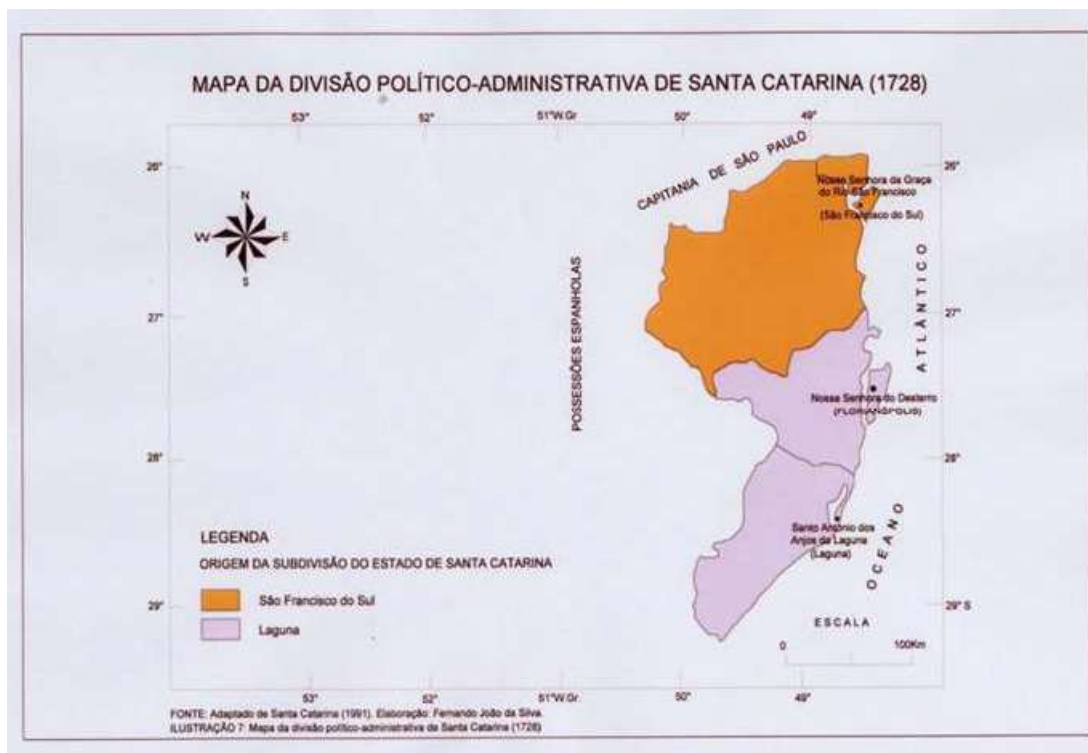


Figura 1 - Mapa catarinense de 1728. Fonte: SILVA (p. 51).

Outro aspecto que explica o aumento do interesse da Coroa Portuguesa pela efetiva ocupação do Sul do Brasil é sua ligação com as minas de Potosí, como diz Silva (2006, p. 45):

O interesse pela Ilha de Santa Catarina é crescente, evidenciado pela tentativa de estabelecer uma povoação permanente. Coube a Dias Velho³⁷ colonizar a Ilha de Santa Catarina em 1679, com o objetivo de procurar minas de metais preciosos e servir de apoio terrestre, proporcionado pela posição estratégica da ilha, para fundar a colônia de Sacramento na margem oriental do Rio da Prata. Também nessa mesma época, o capitão Domingos de Brito Peixoto promove o início do povoamento de Santo Antônio dos Anjos³⁸ da Laguna. (LUZ, 2000) [...] Segundo Peregalli (1997), durante boa parte dos séculos XVI e XVII, a serra de prata do Potosí, na Bolívia, transformou-se em um paraíso para os espanhóis pela sua riqueza, e inferno para as populações nativas, devido ao excesso de trabalho braçal nas alturas da cordilheira dos Andes, além do frio e da fome. Os espanhóis levavam muito tempo num complicado trajeto para levar a prata desde a Bolívia até a Europa, sendo necessário fazer o caminho via Pacífico. Uma nova rota via Atlântico era fundamental para o comércio do Rio da Prata direto com a metrópole. Na tentativa de ampliar seus domínios e chegar ao rio da Prata, caminho do "Eldorado", o governo português funda a Colônia do Santíssimo Sacramento (1680), por intermédio de Manoel Lobo (...)

Isto evidencia a importância das relações internacionais e a forma como as economias de diferentes colônias eram, de alguma maneira, conectadas. Em 1820, o rei D. João VI faz o Alvará Régio de 9 de setembro de 1820, que destaca da capitania de São Paulo a vila de Lages,

subordinando-a à capitania de Santa Catarina. A ligação entre Lages e o litoral já existia, sendo aberta em 1788, mas é no século XIX que Lages se destaca especialmente ligada à questão da pecuária e tropeirismo e tornando-se “centro irradiador” (Silva, p. 53) dos campos de Curitiba e de Campos Novos.

3.3. Como eram organizadas as câmaras municipais no Brasil Império?

A ideia de *município* surgiu com a República Romana. Foi adaptada por Portugal, embora segundo Marco (2001), Portugal foi um dos países em que a adaptação ocorreu mudando menos o conceito original. Como parte do Império Português, as vilas da América Portuguesa eram organizadas no mesmo modelo da metrópole. As vilas e cidades tinham uma câmara municipal, com atribuições jurídicas, executivas e legislativas. Tinham três vereadores e um juiz, de acordo com a Ordenação Afonsina feita ainda no século XV. No entanto, esse modelo nunca foi estanque: teve grandes mudanças com as Ordenações Filipinas. Neste período, as câmaras municipais eram marcadas pela pouca eficiência como unidade de governo. Mas a mudança da família real ao Brasil em 1808 mudaria este modelo novamente, deixando mais intenso o poder real no aparato administrativo e nas relações particulares que o regiam.

A constituição de 1824, nos artigos 167 a 169, institui a câmara municipal, às quais era comissionado o “*governo econômico e municipal das cidades e vilas*”. No entanto, esta constituição era vaga em relação à estrutura da câmara, sua organização e atribuições, postergando esta definição a um momento posterior, que viria em 1 de outubro de 1828.

A lei de 1 de outubro de 1828, também chamada de “Regimento das Câmaras Municipais”, determinou vários pontos importantes. Definiu funções da câmara e especialmente sua estrutura: as cidades teriam nove membros da câmara e as vilas sete (e mais um Secretário). As eleições deveriam acontecer de quatro em quatro anos, sempre no dia 7 de setembro. O membro mais votado seria o presidente. Para ser eleito, a condição necessária era ser eleitor, conforme definido pelos artigos 91 e 92 da constituição de 1824.

CAPITULO VI.
Das Eleições.

Art. 90. As nomeações dos Deputados, e Senadores para a Assembléa Geral, e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provincias, serão feitas por Eleições indirectas, elegendo a massa dos Cidadãos activos em Assembléas Parochiaes os Eleitores de Provincia, e estes os Representantes da Nação, e Provincia.

Art. 91. Têm voto nestas Eleições primarias

- I. Os Cidadãos Brazileiros, que estão no gozo de seus direitos politicos.
- II. Os estrangeiros naturalisados.

Art. 92. São excluidos de votar nas Assembléas Parochiaes.

- I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares Formados, e Clerigos de Ordens Sacras.
- II. Os filhos familias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Officios publicos.
- III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais, e fabricas.
- IV. Os Religiosos, e quesequer, que vivam em Communidade claustral.
- V. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos.

Art. 93. Os que não podem votar nas Assembléas Primarias de Parochia, não podem ser Membros, nem votar na nomeação de alguma Autoridade electiva Nacional, ou local.

Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuam-se

- I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.
- II. Os Libertos.
- III. Os criminosos pronunciados em querêla, ou devassa.

Art. 95. Todos os que podem ser Eleitores, abeis para serem nomeados Deputados. Exceptuam-se

- I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda liquida, na fórma dos Arts. 92 e 94.
- II. Os Estrangeiros naturalisados.
- III. Os que não professarem a Religião do Estado.

Art. 96. Os Cidadãos Brazileiros em qualquer parte, que existam, são elegiveis em cada Districto Eleitoral para Deputados, ou Senadores, ainda quando ahi não sejam nascidos, residentes ou domiciliados.

Figura 2 - Condições para ser eleitor em 1824. Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm.

É importante notar que não existia a figura do prefeito como chefe do executivo, sendo que o cargo mais próximo era o de presidente da câmara municipal. Todavia, é importante notar que as câmaras municipais no Império eram marcadas pela pouca autonomia, havendo muita centralização de poder nas mãos do presidente da província.

3.4. Como eram organizadas as câmaras municipais na Primeira República?

Aos 7 de janeiro de 1891, o governo catarinense faz a Resolução nº 61. Esta extingue as câmaras municipais, deixando em seu lugar o Conselho de Intendência.

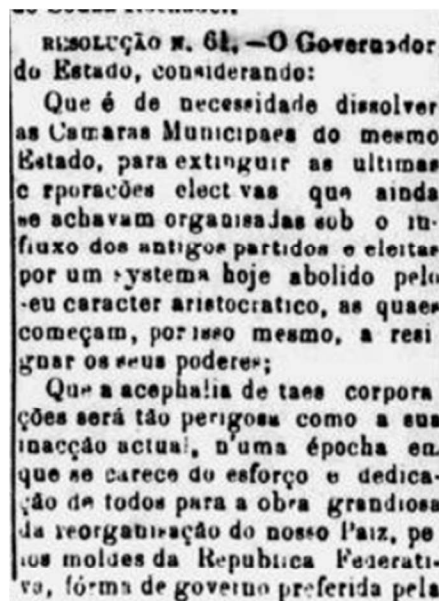


Figura 3 - Resolução 61. Fonte: República (1890).

totalidade da Nação, e autorizado pelo Decreto n. 107 de 30 Dezembro ultimo, resolve:

Art. 1.º Ficam dissolvidas todas as Camaras Municipaes do Estado Federal de Santa Catharina.

Art. 2.º Até definitiva constituição do Estado ou antes, si assim convier, o poder municipal será exercido por Conselhos de Intendencia Municipal, compostos de 7 membros na capital e de mais cidades, e de 5 nas villas, sob a presidencia de um d'elles, que será eleito pelo respectivo Conselho; devendo os membros das Camaras para as quaes não são nomeados os respectivos intendentes continuar até que seja nomeado o pessoal que os substitua.

Art. 3.º. As attribuições dos Conselhos de Intendencia são as constantes dos 6 §§ do art. 2.º, assim como as do art. 3.º e seus §§ e art. 4.º do Decreto do Governo Federal, de 7 de Dezembro ultimo abaixo reproduzidas, com a adaptação conveniente.

Figura 4 - Resolução 61. Fonte: República (1890).

As funções do conselho de intendência eram determinadas pelo decreto de 7 de dezembro de 1890, que foi criada especificamente para a capital federal [sic]:

Art. 2º Até definitiva constituição dos Estados Unidos do Brazil, ou antes, si assim convier, o poder municipal desta capital será exercido por um Conselho de Intendencia Municipal, composto de sete membros, sob a presidencia de um delles, de nomeação do Governo Provisorio, ao qual competem as seguintes attribuições:

§ 1º Rever a divisão civil do municipio e seu termo, fixar os limites de cada uma parochia, crear novas e repartil-as em districtos, conforme o numero de seus habitantes.

§ 2º Fixar a receita e despesa publica do municipio.

§ 3º Ordenar a despesa e arrecadar as rendas.

§ 4º Reformar as estações ou secções do serviço municipal, como sejam de escripturação e contabilidade, de arrecadação de rendas, matadouro e agencias annexas; creando empregos, conservando os actuaes empregados, ou provendo-os de novos, reduzindo os ordenados e marcando os vencimentos.

§ 5º Ordenar e fazer executar todas as obras municipaes, e prover sobre tudo quanto diz respeito á policia administrativa e economia do municipio e seu termo, assim como sobre a tranquillidade, segurança, commodidade e saude de todos os seus habitantes. § 6º Rever, alterar, substituir, revogar os actuaes

editaes e posturas municipaes, creando novos, si assim o exigir o bem publico do municipio, nos quaes poderão comminar penas até oito dias de prisão e 30\$ de multa, que serão aggravadas nas residencias até 30 dias de prisão e 60\$ de multa.

Art. 3º Fica competindo ao Conselho de Intendencia Municipal o julgamento das contravenções das posturas municipaes¹⁴.

Mas a definição dos membros deste conselho não era regulada por uma lei própria, sendo escolhidos pelo próprio presidente da província. Esse sistema foi provisório e durou até 1891. A Primeira República era baseada no princípio do federalismo, e a Constituição de 1891, no artigo 67, previa que era atribuição dos estados determinar detalhes da estrutura da câmara municipal – que foi feito na constituição catarinense de 1891. Esta, nos artigos 67 a 74, regulamenta as câmaras municipais e define que o número de membros da câmara de 1 para cada 2000 habitantes (sendo limitados entre 5 e 15 membros) e pela primeira vez, separa o executivo municipal do legislativo. O chefe do executivo era o superintendente. Com a separação do legislativo e executivo municipais, esta será feita a data limite desta pesquisa, que se encerra em com os membros da câmara (e conselho de intendência) nos cargos até a constituição catarinense de 1891.

¹⁴ Grafia mantida *ipsis litteris*.

4. HISTÓRIA DE CAMPOS NOVOS E DA SUA CÂMARA

4.1. Breve histórico do município e do processo de autonomia

Localizada no Meio-Oeste catarinense, a região de Campos Novos tem habitação humana desde ao menos o terceiro milênio a.C.¹⁵. No entanto, a ocupação branca é bem mais recente. Em 16 de outubro de 1837¹⁶, Antonio Lins de Córdova, alferes de Lages, manda um ofício ao presidente da província¹⁷ sobre a povoação de terrenos em Curitibanos. Três dias depois, 19 de outubro de 1837, Antonio Caetano Machado manda um ofício¹⁸ ao presidente da província comentando sobre a descoberta de “*campos extensos nos fundos dos Campos dos Curitibanos*”. No segundo ofício, Antonio Caetano Machado comenta que no dia 17 de setembro conferiu os campos novos. Mas a descoberta já tinha alguns meses: em 17 de julho, em sessão ordinária da câmara de Lages, foi comentado sobre estes campos, sendo no mês seguinte enviado um ofício ao inspetor do quartelão dos Curitibanos.

A primeira presença de notórios camponovenses nos registros paroquiais de Lages é no livro de batismos de livros número 6, folha 14, em 11 de julho de 1838, quando o vigário interino Rafael Gomes de Silva batiza o inocente Jorge (futuramente, Jorge Ricardo da Silva), nascido aos 6 de junho de 1837, filho de Francisco Ricardo da Silva e Anna Maria de Mattos, tendo como padrinhos Generoso José de Oliveira e Antonio Lins de Córdova. Como Antonio não pode estar presente, foi representado por Isaías Pinheiro da Silva – irmão de Francisco Ricardo. Generoso José de Oliveira, não coincidentemente, era irmão de Maria de Assunção e Oliveira – esposa de Isaías Pinheiro da Silva. O assento não consta onde nasceu a criança ou onde ocorreu o sacramento do batismo – a paróquia de Lages, historicamente, tem assentos de batismo relativamente pobres.

No mesmo dia foi batizado Francisco (que passaria a ser chamado na vida adulta de Francisco Pinheiro da Silva), filho de Isaías Pinheiro da Silva e Maria de Assunção de Oliveira – tendo como padrinhos João Manuel da Silva Braga e Francisca Luiza da Cunha. Como os

¹⁵ Cerâmica de SC tem mais de 4.800 anos. Folha de S. Paulo. São Paulo, quinta-feira, 03 de junho de 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0306200402.htm>>.

¹⁶ Ofício 63-1837. Inventário Analítico dos Ofícios das Câmaras Municipais para o Presidente da Província (1837/1839) Volume 4. Disponível em: <https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina/4/0/6/406b0b3b6b86956c1a78e03c90d12f72f6ca33ccaa9f1b1b4d6a6cc2ef9f15b8/of_cam.m._para_pres.p._-1837-1839_v._4.pdf>.

¹⁷ Cargo do Império mais ou menos equivalente ao governador estadual.

¹⁸ Ofício 63-1837. Op. cit.

padrinhos não puderam estar presentes, foram representados por Francisco Ricardo da Silva e Anna Maria de Mattos.

A folha 15 consta um assento de batismo realizado aos 10 de julho do mesmo ano (um dia antes, embora o batismo tenha sido anotado depois) de Itelvina, filha de Antonio Gomes de Campos e Joaquina Maria Borges – outros residentes de Campos Novos. Ela nasceu em 11 de novembro de 1837.

Em livro sobre a história de Campos Novos, Paulo Blasi¹⁹ (1994, p. 32) cita uma petição de Isaías Pinheiro da Silva, dito um dos moradores mais antigos da cidade, datada de 1843: *“Izaías Pinheiro da Silva, morador do município de Lages diz, por petição, que achando-se na posse de um rincão e matos nos Campos Novos, neste município, que ele suplicante achando-se a seis anos com sua família, na posse de dito rincão (...)”*. Ora, se morava ali havia seis anos em 1843, realmente se mudou por volta de 1837.

Embora não seja possível precisar uma data exata, fica evidente que a habilitação *branca* de Campos Novos começa por volta de 1837 a 1838. O local foi cada vez mais povoado, até que, em 16 de junho de 1854, com a Lei provincial nº 377, ele foi elevado à freguesia. Os *campos novos* receberam o nome de Campos Novos.

Em jornais, a menção mais antiga ao nome encontrada foi em 8 de janeiro de 1839, no jornal O Despertador²⁰, citando outro jornal, o Observador Paulistano, da edição de 21 de dezembro de 1838²¹, fazendo referência a depoimento de 20 de novembro de 1838 no contexto da Revolução Farroupilha (grifo próprio): “Constando, porem [*sic*], ao commandante que os farrapos reunião gente na Vaccaria, e que podião pelos campos novos vir e cortar o batalhão pela retaguarda, posto que já estivessem na paragem chamada a ilha, meia legoa distante do lugar aonde vem abrir a passagem dos **Campos Novos** (...)”.

O processo de autonomia foi gradual, coincidindo com o aumento da ocupação dos Campos de Lages e a própria disputa territorial entre as províncias de São Paulo e Santa Catarina. Em 1851, o governo paulista começa a construir uma estrada de ferro atravessando a região de Campos Novos e Curitibanos, sendo que em reação a câmara municipal de Lages julga que é de “primeira necessidade e indubitável utilidade a criação de hum distrito da Paz, nos dois quarteirões munidos dos Campos Novos e Curitibanos (...)” (Santa Catarina, 1851).

¹⁹ BLASI, Paulo. Campos Novos: um pouco de sua história. Florianópolis: EDEME, 1994. 272 p.

²⁰ O Despertador (RJ) - 1838 a 1841. Acervo digital. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706701x/939>>.

²¹ Embora O Despertador não mencione a data exata do Observador Paulistano, ela é confirmada na edição do Aurora Fluminense. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706795/5350>>.

O desejo por autonomia aumentava. Em 11 de junho de 1869, com a Lei nº 625, este distrito é emancipado de Lages, com sede em Curitibanos, e Campos Novos como distrito de Curitibanos. No final da década de 1870 e começo de 1880, começa o desejo de Campos Novos em virar uma vila própria – que é finalmente cumprido em 30 de março de 1881, com a Lei nº 923. É um município formado pela expansão da fronteira agrícola e tem muito de sua economia ligada ao tropeirismo, no entanto é importante destacar a presença de várias comunidades que praticavam agricultura de subsistência, como a Invernada dos Negros, formada a partir da doação de terras de Mateus José de Souza e Oliveira.

4.2. Os membros da câmara municipal

4.2.1. Segundo Reinado

Após a emancipação, Campos Novos tinha direito a ter câmara municipal e para isso, precisava eleger pessoas. As fontes sugerem que a câmara de Curitibanos atrasou o quanto pôde a real instalação do município. Embora a lei de emancipação seja de março de 1881, em 25 de fevereiro de 1882 o Ministério do Império emitiu aviso ao presidente de Santa Catarina, a pedido dos moradores de Campos Novos, solicitando que ele ordene à câmara municipal de Curitibanos realmente organizar a eleição. Em 8 de março do ano seguinte, quase um ano após a “independência” de Curitibanos, a Presidência da Província designa para 8 de maio seguinte a data da primeira eleição da história da cidade. Em 24 de agosto, é necessário que o presidente da província mande nova comunicação à câmara municipal, recomendando que ela, “sem perda de tempo”, dê posse aos vereadores eleitos ainda em maio.

No primeiro de outubro de 1882, foi empossada a primeira legislatura. O secretário era Joaquim Alves de Carvalho e os vereadores eleitos foram Jorge Ricardo da Silva, Lucidório Luiz de Mattos, Francisco Ferreira de Almeida, João Thibes, Joaquim Alves Fagundes, Joaquim Antonio de Oliveira Lemos e Manuel Ferreira da Silva Farrapo. Manuel Ferreira da Silva – o coronel Farrapo – foi eleito o presidente da câmara e Lucidório Luiz de Mattos o vice-presidente. Jorge Ricardo, Lucidório e Joaquim Antonio de Oliveira Lemos eram do Partido Conservador, enquanto o cel. Farrapo era Liberal – não sendo possível determinar a filiação partidária dos outros. Em fevereiro de 1884, o vereador Jorge Ricardo da Silva informa o presidente da província (Francisco Luis da Gama Roza) que, havendo eleição para presidente e vice da câmara, foram reeleitos nos mesmos cargos o coronel Farrapo e o coronel Lucidoro – sem novidades.

Aos 7 de janeiro de 1887, toma posse uma nova composição da câmara: Pedro Carlos Stephanes²², Possidônio Gonçalves de Brito, Francisco Crescêncio Fagundes, Francisco Pinheiro da Silva, Francisco Ferreira de Almeida, Marcos Gonçalves de Farias e Francisco Alves de Carvalho. Este último foi eleito o presidente e o vice seria Pedro Carlos Stephanes – sendo, portanto, desde 1887, Francisco Alves de Carvalho o real prefeito de Campos Novos. Logo aos 10 de janeiro, uma intriga genealógica começa a se formar: Francisco Alves de Carvalho questiona o presidente da província: “O Secretário pode ser irmão do Presidente da Câmara? Os cunhados poderão servir conforme o cargo de vereador?”.

O último ofício de Francisco Alves de Carvalho para o presidente da província foi em 15 de janeiro de 1887, informando recebimento de ofício anterior e que foi feita a primeira sessão ordinária da câmara. Não há mais comunicação de Campos Novos para o governo estadual por três meses: o próximo é de 11 de abril de 1887. Foi uma resposta a um ofício circular questionando a existência de monumentos, igrejas ou cemitérios de pessoas notáveis para um trabalho da Biblioteca Nacional. Mas é assinado não por Francisco, mas pelo vice Pedro Carlos Stephanes.

O motivo de Francisco não ter respondido não é revelado nos ofícios seguintes, do dia 19 de abril, mas é revelado no ofício do dia 20: Francisco havia falecido em 10 de abril de 1887, tornando Pedro Carlos Stephanes prefeito desde esta data. Em 17 de maio o presidente da província responde marcando a eleição para 3 de julho. No dia 26 de julho, a câmara informe o presidente da província que assumiu, na vaga deixada por Francisco Alves de Carvalho uma pessoa de nome Lucas Alves de Carvalho e que Pedro Carlos Stephanes foi eleito presidente da

Dentre outras qualidades, Lucas e Francisco eram meio-irmãos: ambos eram filhos do alferes Antonio Alves de Carvalho, mineiro natural de Sabará. Ele emigrou para Ponta Grossa/PR e casou em 1827 com Maria Joaquina de Oliveira (com quem teve Francisco Alves de Carvalho). Após seu falecimento, em 1843, casou em segundas núpcias com Gertrudes Maria do Espírito Santo, falecendo em 1858 em Ponta Grossa.

Após julho, a próxima comunicação da câmara também é trágica: em 21 de novembro de 1887, é informado o falecimento do vereador Possidônio Gonçalves de Brito. Com o falecimento de Possidônio, a composição era a seguinte: o presidente era Pedro Carlos Stephanes, não havia vice-presidente e os demais vereadores eram Francisco Crescêncio Fagundes, Francisco Ferreira de Almeida, Francisco Pinheiro da Silva, Marcos Gonçalves de

²² Grafado em alguns registros *Stefani*.

Farias e Lucas Alves de Carvalho. Em 16 de dezembro, o presidente da província marcou para 12 de fevereiro do ano seguinte a eleição para substituir Possidônio.

Já em 1888, as primeiras comunicações se dão em abril e não são nada boas para a câmara municipal: desde que Possidônio faleceu, foi eleito em seu lugar Ramiro Antonio de Oliveira. Mas ela ainda assim seria desfalcada. Em 16 de abril, é comunicado que Marcos Gonçalves de Farias se mudou para Curitiba, efetivamente abandonando o cargo e é solicitado que seja marcada nova eleição.

O leitor pode lembrar que em janeiro de 1887, Francisco Alves de Carvalho havia perguntado se haveria problema dois vereadores serem cunhados. E havia: com isso, em 17 de abril, Francisco Pinheiro da Silva apresenta seu pedido de renúncia, por ser cunhado de Francisco Crescêncio Fagundes. De fato, Francisco Fagundes era casado com Maria Pinheiro da Silva, irmã de Francisco Pinheiro da Silva. Ainda que a renúncia fosse imediata, gerou questionamento da presidência da província. Em resposta, foi explicado que a condição de cunhado era anterior à eleição, que ela havia sido questionada ao próprio presidente da província em janeiro de 1887 e que Francisco Pinheiro da Silva estava doente, dando a entender que esta foi a razão de ele ter renunciado – e não seu *xará* Fagundes.

A eleição para substituir Marcos se deu em 8 de julho, sendo eleito Pedro Correa de Mello, tendo tomado posse Pedro ainda em julho – no dia 13 assinou já como vereador no ofício à presidência da província. Já a questão de Francisco Pinheiro seria resolvida somente mais tarde: em agosto, o presidente da província marca a eleição para 7 de outubro, na qual é eleito Francisco Rodrigues de Almeida, que toma posse apenas no ano seguinte – em 8 de janeiro.

No entanto, o problema se repetia: em 12 de janeiro de 1889, quando haveria a primeira sessão, ela não conseguiu ser terminada – pois Pedro Carlos Stephanes, o presidente, estava com a saúde ruim. E isto teve consequências grandes: em março, a câmara informou ao governador que foram eleitos Francisco Crescêncio Fagundes como presidente da câmara e o novato Francisco Rodrigues de Almeida como vice-presidente. Em abril de 1889, a câmara anunciou que Pedro Carlos Stephanes renunciou por motivos de saúde e que Francisco Ferreira de Almeida também renunciou ao se mudar para Curitiba.

Não há comunicação até dezembro de 1889, quando a câmara comunica não mais a presidência da província, mas para os “*Cidadãos Membros do Governo Provisório do Estado Republicano de Santa Catarina*”, comunicando que a câmara aderiu ao governo republicano. Os membros que assinam tal ofício são Francisco Rodrigues de Almeida (na qualidade de vice-presidente), Pedro Correa de Mello, Ramiro Antonio de Oliveira, Lucas Alves de Carvalho,

Antonio Gomes de Campos, Felisbino Antonio de Souza – sendo evidente que estes dois últimos substituíram os renunciantes Pedro e Francisco.

Como a situação era de incerteza, em 18 de novembro, o novo governo mandou um ofício dizendo que tudo deveria funcionar normalmente até segunda ordem. Esta nova ordem não demorou a vir: em 7 de janeiro de 1890, o governo estadual faz a resolução nº 61, que diz em seu primeiro artigo: “Ficam dissolvidas todas as Camaras Municipaes da Estado Federal de Santa Catharina”, encerrado temporariamente, após quase uma década de funcionamento, a existência da câmara municipal de Campos Novos

No entanto, essa resolução só foi publicada em diário oficial no dia seguinte. Sem saber disto tudo, no dia 7, a câmara teve sua última eleição da história: na qual foi eleito presidente Francisco Crescêncio Fagundes e vice-presidente Lucas Alves de Carvalho. Mas essa eleição foi nula.

4.2.2. Primeira República

Na mesma resolução nº 61, foram criadas, temporariamente, no lugar das câmaras municipais, as intendências municipais, que nas vilas seriam de cinco pessoas – sendo uma delas presidente, equivalente ao prefeito. Mas a definição de quem seria membro dessas intendências só viria dois meses mais tarde: em 15 de março de 1890, pela resolução nº 147, são nomeados os cinco membros da intendência: o presidente Manuel Ferreira da Silva Farrapo e os demais membros Lucidório Luiz de Mattos, Francisco Rodrigues de Almeida, Francisco Crescêncio Fagundes e Pedro Carlos Stephanes.

No entanto, no último dia de março há um pedido curioso da câmara. Dois membros recusam o convite: Francisco Rodrigues de Almeida e Lucidório Luiz de Mattos (SANTA CATARINA, 1890), em grafia original:

O Prsidente da extinta Camara municipal d'esta Villa declarou que hoje a esta intendencia que os Cidadões Lucidório Luis de Mattos e Francisco Rodrigues de Almeida forão por elle convidados a vieram tomar posse dos lugares de intendentes ppara os quais forão nomeados por resolução de 15 de Março do corrente anno; declararão não aceitar a refereida nomeação em vertude d'esso esta intendencia rezolveu Communicarnovos esso e pedir-vos a nomeação dos Cida~dões Dieles José de Oliveira Preto e Ramiro Antonio de Oliveira para o 4º e 5º lugares ficanso assim Completo seu numero, visto que actualmente só tomarão posse e estão em exercicio os trez membros abaixo assignados.

Saudamos-nos fraternalmente

Passo da Intendencia municipal aos 31 de Março de 1890

O Prezidente Manuel Ferr.^a da S.^a Farrapo

Francisco Crescencio Fagundes

Pedro Carlos Stefanos

Duas semanas depois, em 15 abril, há apenas uma nomeação: para o cargo de Francisco Rodrigues de Almeida foi escolhido Pedro Gouvêa de Mello²³. Esta nova resolução nomeava alguém apenas para o cargo de Francisco Rodrigues de Almeida, não para o de Lucidório. O motivo disto é que ele desistiu de desistir! Em 9 de maio, o cel. Lucidório escreve ao governador Lauro Müller dizendo que assumiu o cargo de intendente.

Todavia, Pedro não chegou a assumir o cargo. Aos 28 de julho de 1890, mandou ao governador uma denúncia, escrita em 25 de junho, dizendo que não fez o juramento como intendente municipal. Ele relata que na primeira vez que tentou, houve divergências entre Francisco Crescencio Fagundes e o secretário *ad hoc* Satyro Silveira de Bittencourt - que negou-se à escrever o juramento. A segunda vez que tentou, não houve o juramento por um “conflicto de jurisdição havido entre os intendentes Fagundes e Lucidório Luiz de Mattos”. Uma terceira vez, foi marcada reunião no dia 21 de junho para fazer o juramento, mas disse que não havia intendente algum para tomar o juramento - adiando a reunião para o dia 23. Enquanto esperava em comércio de Augusto Carlos Stephanes a hora da reunião, aparece o presidente Manuel Ferreira da Silva Farrapo e o agride, verbal e fisicamente:

(...) ali tambem se achou presidente o cidadão Manuel Ferreira da Silva Farrapo, Presidente da Intendencia Intendecia (sic) e muitas outras pessoas e sem motivo algum eu fui aggreiro pelo dito cidadão com aquellas palavras e modo brutal que são peculiares, provocando me ate à brigar. Reppeli a agressão com [ilegível] e prudencia, para evitar qualquer scena sanguinolenta e intervierão muitas pessoas que [ilegível] Farrapo, qual por força quiz desfeitar-me (...)

Por fim, ele recusa o cargo de intendente municipal. Em grafia original:

(...) Claro he em vista do acontecido, que devo declinar da honra com que V. E. me distinguiu por ser me moralmente impossivel de servir numa corpora~ção de alcance da Intendencia, à cuja frente se acha um homem como o cidadão Frrapo; vuja fama eh bem conhecida e que nada aspira sinmão o atrasdo do Municipio, perseguindo à todos que pretendam oppôr um dique aos desmandas d'elle, não poupando injurios, calumnias e até offensas physicias para conseguir o seu fim; por isso respeituosamente peço à V. E. a minha exoneração do cargo de Intendente, bem como, a bem da tranquillidade do Municipioi, as providencias que no caso couberem, e ouço indicar à P. E.a

²³ Embora o jornal República diga “Pedro Gouvêa de Mello”, se trata de Pedro Correa de Mello.

como testemunhas do allegado, os abaixo arrolados.
Saude.

A versão de Farrapo, naturalmente, foi bem diferente. Ele afirmou primeiramente que a denúncia era completamente falsa e que também era falso que que no dia 21 de junho não houve reunião, sendo adiada para o dia 23 - dizendo que, afinal, se não houvesse reunião dia 21, quem teria adiado para o dia 23? Se não havia intendente ali, como poderia algum intendente remarcar?

O Farrapo também afirma que o “*pobre moço delactor*” [sic] foi sujeito a assinar a denúncia por outra pessoa, não tendo culpa alguma. A outra pessoa, citada ali era o imigrante boêmio naturalizado brasileiro Henrique Rupp, em grafia original:

si sujeitado a assignar um papel escripto ao bel prazer do Sycophanta que disem chamar-se Henrique Rupp²⁴, o qual attento seu infame procedimento é bem conhecido dos homens honestos; claro é que não tendo o delactor consciencia do que diz quanta masi daqueillo que um aventureiro o [ilegível] de para assignar (...)

Farsa ou não, a denúncia teve efeitos: em 24 de outubro, Pedro Correa de Mello é substituído por Fidélis José de Oliveira Preto na intendência – e seu colega Pedro Carlos Stephanes é substituído por João Alves de Carvalho. No mês seguinte, a influência de Rupp é claríssima: em 22 de novembro, é escolhido como um dos responsáveis pelo recenseamento de Campos Novos (junto com os ex-intendentes Francisco Rodrigues de Almeida e Pedro Carlos Stephanes).

Em 10 de dezembro, ocorreu uma intentona golpista no poder político camponovense: o Cel. Farrapo é exonerado do cargo de segundo suplente de juiz municipal (substituído por Francisco Rodrigues de Almeida) e do cargo de presidente da intendência: entrando no seu lugar, o seu algoz Henrique Rupp. No mesmo dia, são exonerados João Alves de Carvalho e Fidélis José de Oliveira Preto (que mal ficaram no cargo), sendo substituídos por Joaquim Antonio de Oliveira Lemos e Tomás Gonçalves Padilha. A próxima mudança encontrada na composição do órgão legislativo: após a constituição catarinense de 1891, que alterou a estrutura municipal – e, portanto, está fora do escopo deste trabalho.

²⁴ Não fica claro se o cel. Farrapo realmente sabia disto ou usou o “*disem chamar-se*” de maneira irônica, mas de fato Henrique Rupp, em algum ponto de vida, passou a usar na vida civil o sobrenome Rupp, ainda que seu sobrenome de nascimento fosse Gyss.

Vereadores	Prefeitos
Antonio Gomes de Campos	Francisco Alves de Carvalho
Felisbino Antonio de Souza	Francisco Crescêncio Fagundes
Fidélis José de Oliveira Preto	Henrique Rupp
Francisco Alves de Carvalho	Manuel Ferreira da Silva Farrapo
Francisco Crescêncio Fagundes	Pedro Carlos Stephanes
Francisco Ferreira de Almeida	
Francisco Pinheiro da Silva	
Francisco Rodrigues de Almeida	
João Alves de Carvalho	
João Thibes	
Joaquim Alves Fagundes	
Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	
Jorge Ricardo da Silva	
Lucas Alves de Carvalho	
Lucidório Luiz de Mattos	
Manuel Ferreira da Silva Farrapo	
Marcos Gonçalves de Farias	
Pedro Carlos Stephanes	
Pedro Correa de Mello	
Possidônio Gonçalves de Brito	
Ramiro Antonio de Oliveira	
Tomás Gonçalves Padilha	

1

Tabela 2 - Lista dos membros das câmaras municipais.

5. A GENEALOGIA DOS MEMBROS DA CÂMARA

5.1. Definições

5.1.1. Representação gráfica da genealogia

Serão utilizadas imagens para ilustrar melhor a genealogia de cada camarista: uma, quando se determinar útil, de algum registro relacionado à pessoa – casamento, notícia de jornal, nascimento, batismo, etc. – e uma representação gráfica da árvore genealógica, montada pelo software *RootsMagic 1*. Também serão apresentados os dados biográficos dos ancestrais em formato de tabela. Em casos que uma filiação não puder ter sido determinada, será utilizada a sigla n/a – não-aplicável.

5.1.2. O caso dos expostos

Haverá um caso de membros da câmara com uma *exposta* como ascendente – o que impossibilita prosseguir a árvore genealógica. Os expostos, também chamados de enjeitados, são as crianças que eram abandonadas ao nascer, geralmente na roda dos expostos – embora não sempre. Os motivos que levaram a exposição das crianças são debatidos na historiografia até hoje, embora a discussão mais intensa sobre isto comece na década de 1980. Sobre o histórico desta discussão, Viana (2011) cita (p. 55-56):

O interesse dos pesquisadores pelo tema do abandono de crianças surgiu na segunda metade do século XIX. Várias pesquisas foram realizadas onde o abandono era legalizado. Juristas, médicos e estudantes de medicina, por meio de suas “teses” de final de curso, avaliaram os trabalhos das instituições de caridade e filantropia. Contudo, raros foram os historiadores “profissionais” daquele período que se dedicaram ao tema. Até os anos setenta do século XX, havia um vazio de publicações sobre o assunto. A historiadora Isabel de Sá explica que o vácuo de pesquisas nesse período ocorreu porque a Escola dos Annales - considerada o passo fundamental da historiografia do período pós-guerra - empenhava-se, em suas primeiras inquietações, com a história econômica e a interdisciplinaridade nas diferentes ciências sociais. (...) Foi a partir de meados dos anos setenta, que a história da criança enjeitada veio fazer parte do universo de pesquisa dos historiadores. O historiador Philippe Ariès, embora não tenha se dedicado diretamente a história do abandonado de criança, demonstramos em seu trabalho *História Social da criança e da família*, a trajetória da “descoberta da infância”, por meio de fontes iconográficas de períodos antigos e da época Moderna.

No artigo “Colônia em Movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial (Sudeste, Século XVIII)” (1998), a pesquisadora Sheila de Castro Faria relaciona o fato ao fenômenos das relações ilegítimas e adulterinos. Mesgravis (1976), por outro lado, relaciona o fenômeno

à prostituição: insinua que em alguns casos, as crianças expostas eram frutos de prostitutas. Essa tese é reforçada pela argumentação de Figueiredo (1983).

Já Russel-Wood (1981) liga a exposição de crianças a duas causas principais: a econômica (pobreza extrema dos pais) e a prática do adultério por parte de mulheres brancas. O autor diz:

(...) nem sempre era produto de pais de classe baixa, e nem a mulher era sempre de cor. Houve escândalos entre as famílias mais nobres da sociedade baiana. A honra das moscas brancas tinha de ser preservada a qualquer custo. O estigma de desonra ligado à mãe solteira era infinitamente mais forte do que o estigma de ilegitimidade que o filho teria de suportar. Se as ameaças paternas e os “remédios” de ervas não dessem resultados, o nascimento da criança era mantido em segredo. Os registros de enjeitados contêm numerosos casos de crianças brancas deixadas na roda (...)

A multiplicidade das causas da exposição é também descrita por Venâncio (1995). A exposição, na grande maioria dos casos, impede o avanço da árvore genealógica – como será neste caso.

5.2. A ancestralidade dos membros da câmara e seus matrimônios

5.2.1. Antonio Gomes de Campos

Antonio Gomes de Campos nasceu em agosto de 1847 em Campos Novos, filho de Antonio Gomes de Campos e Joaquina Maria Borges, ambos paranaenses e alguns dos habitantes brancos mais antigos de Campos Novos. Até onde os registros indicam, não casou ou teve filhos. Ambos seus pais eram filhos naturais, sem genitor listado no registro de casamento, mas foi possível determinar, por outras fontes, a filiação completa.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Antonio Gomes de Campos	1847	Campos Novos-SC	
Pai	Antonio Gomes de Campos	1810	Lapa-PR	Filho natural
Mãe	Joaquina Maria Borges	ca. 1814	Curitiba-PR	Filho natural
Avô paterno	Bernardo Gomes de Campos	1783	Santo Antônio da Patrulha-RS	
Avó paterna	Florinda Maria			
Avô materno	Joaquim Borges			
Avó materna	Leonor Gonçalves			
Pai do avô paterno	João Rodrigues Betim			
Mãe do avô paterno	Francisca Maria de Escobar	ca. 1757	Vacaria-RS	
Pai da avó paterna	n/a			
Mãe da avó paterna	n/a			
Pai do avô materno	n/a			
Mãe do avô materno	n/a			
Pai da avó materna	n/a			
Mãe da avó materna	n/a			

Tabela 3 - Tabela de ancestrais de Antonio Gomes de Campos.

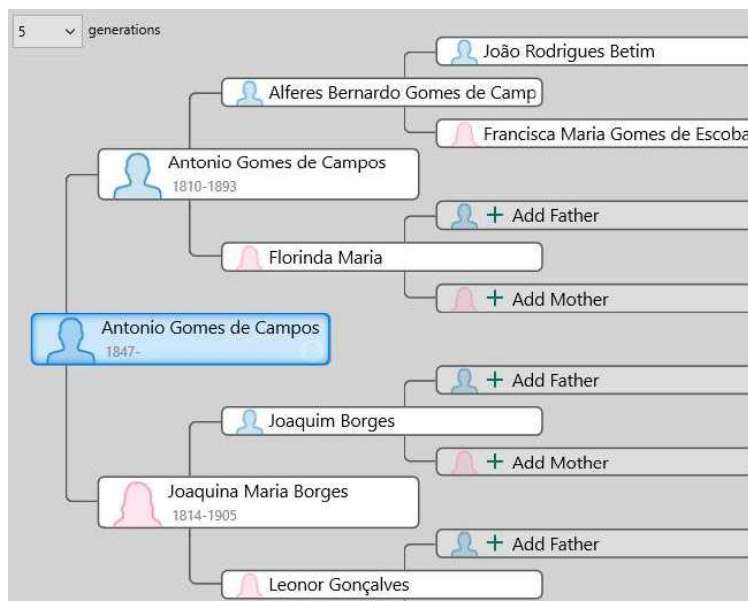


Figura 5 - Árvore genealógica de Antonio Gomes de Campos.

5.2.2. Felisbino Antonio de Souza e Virginia Emilia da Silva

A pesquisa genealógica sobre Felisbino se mostrou especialmente difícil. Ele nasceu por volta de 1858 na província de São Paulo, filho de Luís Antonio de Souza e sua primeira esposa Balbina de Pontes. Foi casado com Virgínia Emília da Silva, nascida em 1861 em Campos Novos, filha de Manuel Ribeiro Borges e Joaquina Emília da Silva – prima de Isabel Pinheiro da Silva, que foi a segunda esposa de Luís Antonio de Souza, pai de Felisbino.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Felisbino Antonio de Souza	ca. 1858	Estado de São Paulo	
Pai	Luís Antonio de Souza	ca. 1831		
Mãe	Balbina de Pontes			
Avô paterno	n/a			
Avó paterna	n/a			
Avô materno	n/a			
Avó materna	n/a			
Pai do avô paterno	n/a			
Mãe do avô paterno	n/a			
Pai da avó paterna	n/a			
Mãe da avó paterna	n/a			
Pai do avô materno	n/a			
Mãe do avô materno	n/a			
Pai da avó materna	n/a			
Mãe da avó materna	n/a			

Tabela 4 - Tabela de ancestrais de Felisbino Antonio de Souza.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Virgínia Emília da Silva	1861	Campos Novos-SC	
Pai	Manuel Ribeiro Borges		Lages-SC	
Mãe	Joaquina Emília da Silva	1846	Campos Novos-SC	
Avô paterno	Francisco José de Mattos			
Avó paterna	Fidência Maria Borges			
Avô materno	Emídio José da Silva	1803	Castro-PR	
Avó materna	Margarida Ferreira da Silva	1805	Ponta Grossa-PR	
Pai do avô paterno	n/a			
Mãe do avô paterno	n/a			
Pai da avó paterna	n/a			
Mãe da avó paterna	n/a			
Pai do avô materno	Lázaro da Silva Menezes	ca. 1761	Baependi-MG	
Mãe do avô materno	Maria Clara de Oliveira	1775	Castro-PR	
Pai da avó materna	Joaquim Pinheiro da Silva	1778	Castro-PR	
Mãe da avó materna	Rita Joaquina de Jesus	1781	Castro-PR	

Tabela 5 - Tabela de ancestrais de Virgínia Emília da Silva.

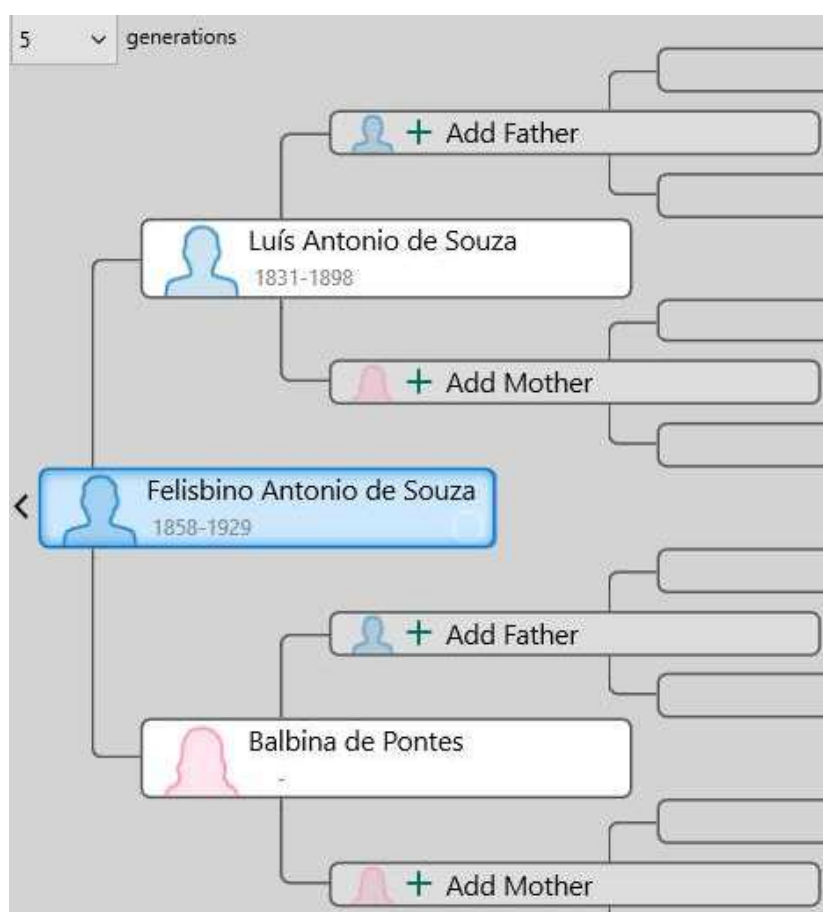


Figura 6 - Árvore genealógica de Felisbino Antonio de Souza.

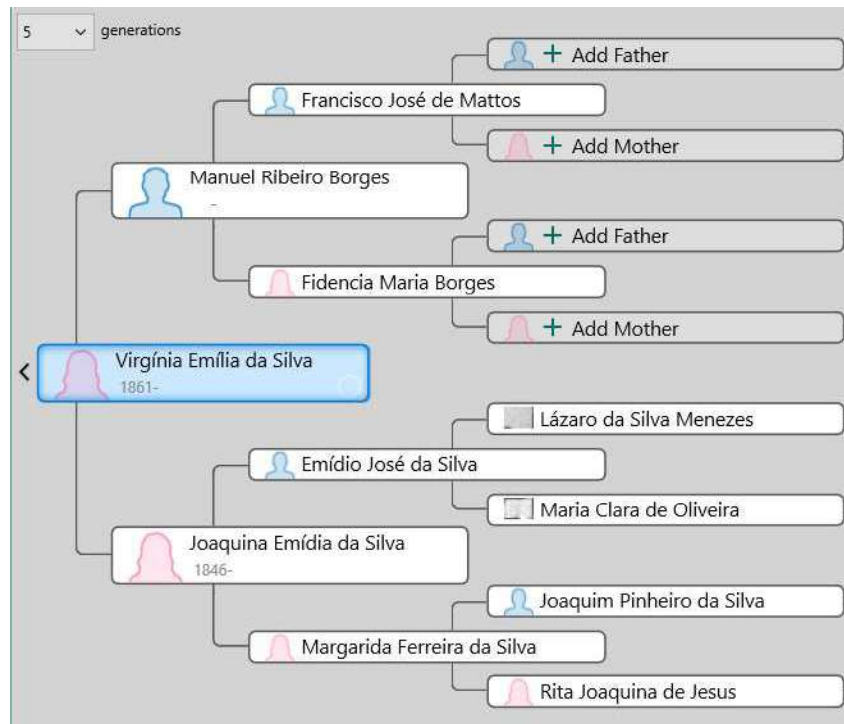


Figura 7 - Árvore genealógica de Virgínia Emília da Silva.

5.2.3. Fidélis José de Oliveira Preto

Fidélis nasceu em Campos Novos em dezembro de 1859, filho de Generoso José de Oliveira e Francisca Benedita do Amaral, ambos pontagrossenses. Morreu solteiro, em 1891, quando junto com irmão Carlos José de Oliveira Neto, tentou assaltar a casa do juiz Júlio Xavier Neves.

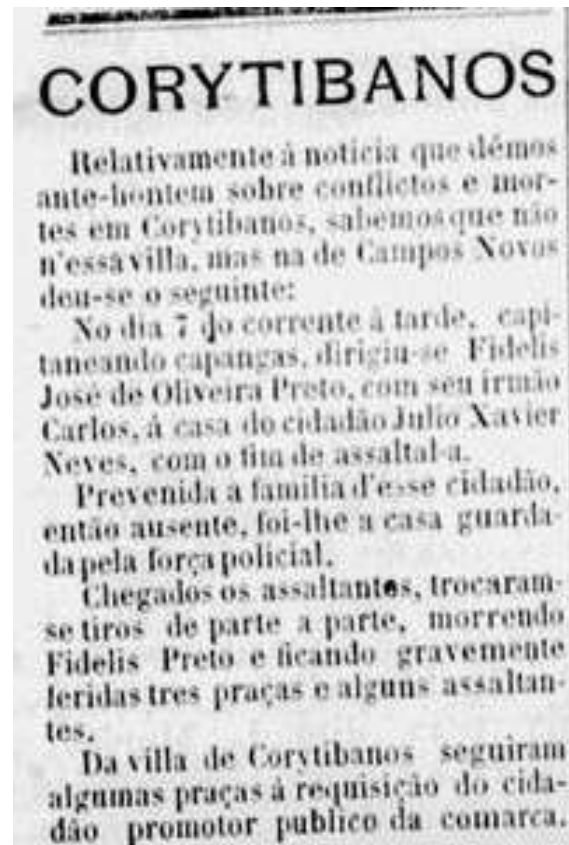


Figura 8 - Anúncio da morte de Fidélis José de Oliveira Preto. Fonte: República (1891).

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Fidélis José de Oliveira Preto	1859	Campos Novos-SC	
Pai	Generoso José de Oliveira	1816	Ponta Grossa-PR	
Mãe	Francisca Benedita do Amaral	1830	Ponta Grossa-PR	
Avô paterno	Carlos José de Oliveira	1778	Castro-PR	
Avó paterna	Clara Maria de Jesus	1789	Castro-PR	
Avô materno	Francisco Alves Ribeiro do Amaral			Sem pai no registro
Avó materna	Maria Eduarda Alves da Rocha	1808	Ponta Grossa-PR	
Pai do avô paterno	José Antonio de Oliveira	ca. 1749	Rio Grande-RS	
Mãe do avô paterno	Quitéria Angela Maria	1747	Curitiba-PR	
Pai da avó paterna	Marcelo Antunes Maciel	1763	Castro-PR	
Mãe da avó paterna	Bernardina Ferreira de Jesus	1764	Balsa Nova-PR	
Pai do avô materno	n/a			
Mãe do avô materno	Gertrudes Maria de Jesus			
Pai da avó materna	Bento da Rocha Carvalhaes	ca. 1760		
Mãe da avó materna	Rita Joaquina de Jesus	1781	Castro-PR	

Tabela 6 - Tabela de ancestrais de Fidélis José de Oliveira Preto.

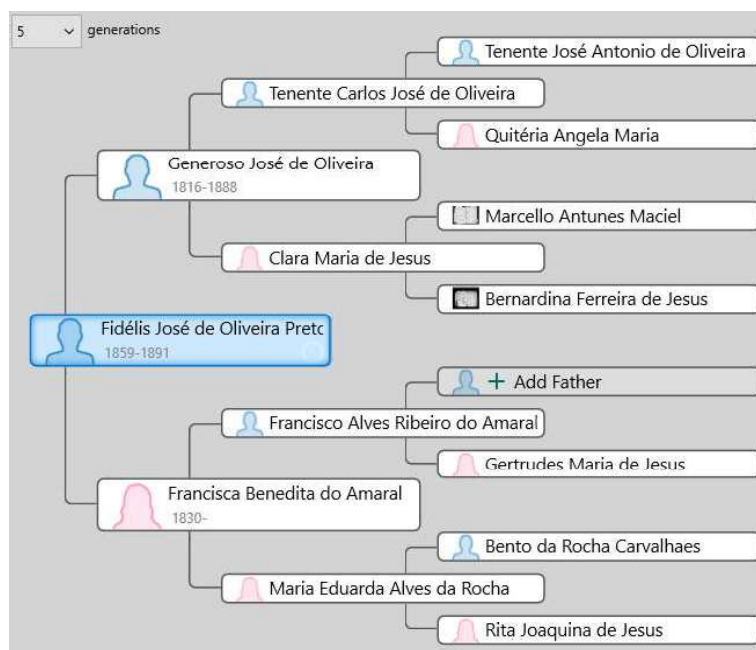


Figura 9 - Árvore genealógica de Fidélis José de Oliveira Preto.

5.2.4. Francisco Alves de Carvalho e Antonia Pinheiro da Silva

Nascido em 1833 em Ponta Grossa, Francisco era da tradicional família Alves de Carvalho. Ela se originou no alferes Antonio Alves de Carvalho, mineiro de Sabará, que migrou para a região de Ponta Grossa e casou duas vezes: A primeira com Maria Joaquina de Oliveira. Primogênito, Francisco Alves de Carvalho casou-se com a também ponta-grossense Antonia Pinheiro da Silva, nascida em aproximadamente 1834, filha de Isaías Pinheiro da Silva e Maria de Assunção e Oliveira – ambos pontagrossenses como a filha.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Francisco Alves de Carvalho	ca. 1833	Ponta Grossa-PR	
Pai	Antonio Alves de Carvalho	ca. 1808	Sabará-MG	
Mãe	Maria Joaquina de Oliveira	ca. 1813		
Avô paterno	Elias Alves de Carvalho			
Avó paterna	Joana Margarida da Silva			
Avô materno	Carlos José de Oliveira	1778	Castro-PR	
Avó materna	Clara Maria de Jesus	1789	Castro-PR	
Pai do avô paterno	n/a			
Mãe do avô paterno	n/a			
Pai da avó paterna	n/a			
Mãe da avó paterna	n/a			
Pai do avô materno	José Antonio de Oliveira	ca. 1749	Rio Grande-RS	
Mãe do avô materno	Quitéria Angela Maria	1747	Curitiba-PR	
Pai da avó materna	Marcelo Antunes Maciel	1763	Castro-PR	
Mãe da avó materna	Bernardina Ferreira de Jesus	1764	Balsa Nova-PR	

Tabela 7 - Tabela de ancestrais de Francisco Alves de Carvalho.

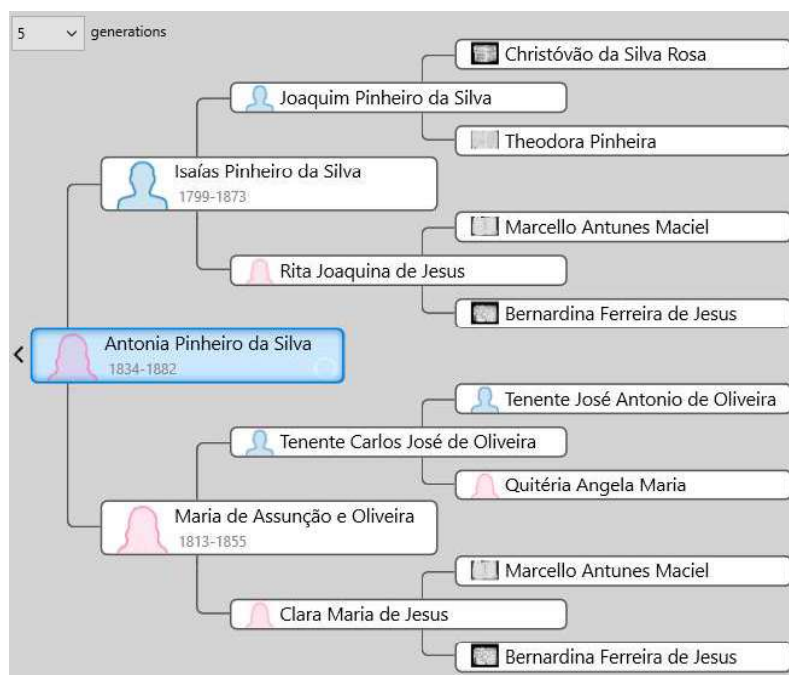


Figura 11 - Árvore genealógica de Antonia Pinheiro da Silva.

5.2.5. Francisco Crescêncio Fagundes e Maria Pinheiro da Silva

Natural de São José dos Pinhais/PR, Francisco Crescêncio Fagundes nasceu em 1837, filho de Bento Alves Fagundes e Francisca Maria da Camargo, também naturais de São José dos Pinhais. Foi casado com Maria Pinheiro da Silva, com incontáveis parentescos neste capítulo – também filha de Isaiás Pinheiro da Silva e Maria da Assunção e Oliveira.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Francisco Crescêncio Fagundes	1837	São José dos Pinhais-PR	
Pai	Bento Alves Fagundes	1812	São José dos Pinhais-PR	
Mãe	Francisca Maria de Camargo	ca. 1817	São José dos Pinhais-PR	
Avô paterno	José Álvares Fontes	1776	São José dos Pinhais-PR	
Avô paterna	Isabel Maria de Souza	1775	São José dos Pinhais-PR	
Avô materno	Antonio Dias de Camargo	1776	São José dos Pinhais-PR	
Avô materna	Isabel Maria Machado	1781	São José dos Pinhais-PR	
Pai do avô paterno	Bento Álvares Fontes	1742	Curitiba-PR	
Mãe do avô paterno	Águeda Maria do Espírito Santo		São José dos Pinhais-PR	
Pai da avó paterna	Mateus de Souza Fagundes		Ilha de São Jorge, Açores-Portugal	
Mãe da avó paterna	Maria Manuela de Jesus	1739	Curitiba-PR	
Pai do avô materno	Inácio Dias de Camargo	1727	Santo Amaro, São Paulo-SP	
Mãe do avô materno	Luísa Antonia de Jesus	1736	Curitiba-PR	
Pai da avó materna	Salvador da Cunha Machado	1735	Guarulhos-SP	
Mãe da avó materna	Francisca Romeiro Bueno	1753	Curitiba-PR	

Tabela 9 - Tabela de ancestrais de Francisco Crescêncio Fagundes.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Maria Pinheiro da Silva	1841	Campos Novos-SC	
Pai	Isaías Pinheiro da Silva	1799	Ponta Grossa-PR	
Mãe	Maria da Assunção e Oliveira	1809	Castro-PR	
Avô paterno	Joaquim Pinheiro da Silva	1778	Castro-PR	
Avó paterna	Rita Joaquina de Jesus	1781	Castro-PR	
Avô materno	Carlos José de Oliveira	1778	Castro-PR	
Avó materna	Clara Maria de Jesus	1789	Castro-PR	
Pai do avô paterno	Cristóvão da Silva Rosa	1734	Curitiba-PR	
Mãe do avô paterno	Teodora Pinheiro	ca. 1760	Cunha-SP	
Pai da avó paterna	Marcelo Antunes Maciel	1763	Castro-PR	
Mãe da avó paterna	Bernardina Ferreira de Jesus	1764	Balsa Nova-PR	
Pai do avô materno	José Antonio de Oliveira	ca. 1749	Rio Grande-RS	
Mãe do avô materno	Quitéria Angela Maria	1747	Curitiba-PR	
Pai da avó materna	Marcelo Antunes Maciel	1763	Castro-PR	
Mãe da avó materna	Bernardina Ferreira de Jesus	1764	Balsa Nova-PR	

Tabela 10 - Tabela de ancestrais de Maria Pinheiro da Silva.

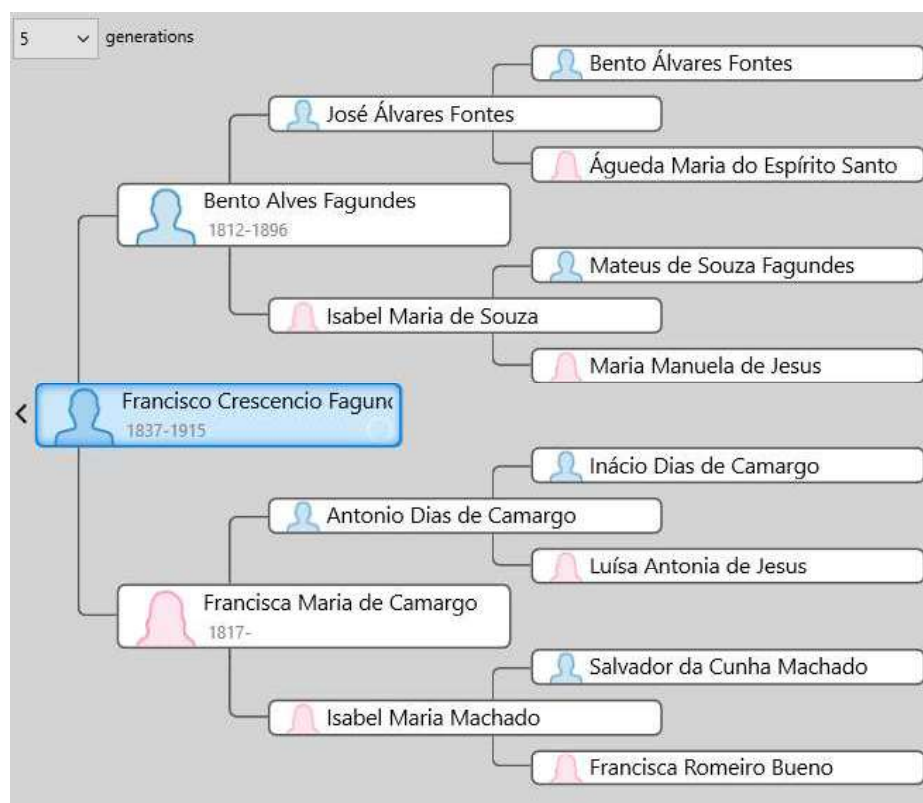


Figura 12 - Árvore genealógica de Francisco Crescencio Fagundes.

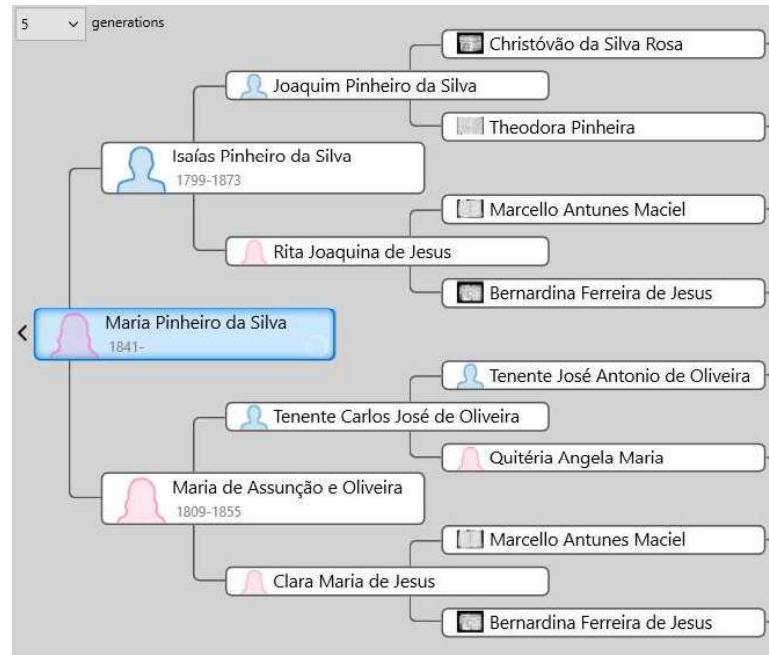


Figura 13 - Árvore genealógica de Maria Pinheiro da Silva.

5.2.6. Francisco Ferreira de Almeida e Ana Leopoldina de Almeida

Francisco Ferreira de Almeida nasceu em 1858, em Campos Novos, filho do sorocabano Antonio Rodrigues de Almeida e da ponta-grossense Josefa Ferreira da Silva. Foi casado com a prima Anna Leopoldina, filha de Aureliano Ferreira da Silva (irmão da mãe de Francisco) e Antonia Silvina de Almeida (irmã de Antonio Rodrigues de Almeida).

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Francisco Ferreira de Almeida	1858		
Pai	Antonio Rodrigues de Almeida	1828	Sorocaba-SP	
Mãe	Josefa Ferreira da Silva	1835	Ponta Grossa-PR	
Avô paterno	Francisco Inácio de Almeida	1803	Sorocaba-SP	
Avó paterna	Anna Joaquina Rodrigues		Guarulhos-SP	Exposta
Avô materno	Antonio Ferreira da Silva	1803	Ponta Grossa-PR	
Avó materna	Alexandrina Borges Vieira			
Pai do avô paterno	Francisco José de Almeida	ca. 1778	Sorocaba-SP	
Mãe do avô paterno	Anna Maria Vieira	ca. 1786	Sorocaba-SP	
Pai da avó paterna	n/a			
Mãe da avó paterna	n/a			
Pai do avô materno	Joaquim Pinheiro da Silva	1778	Castro-PR	
Mãe do avô materno	Rita Joaquina de Jesus	1781	Castro-PR	
Pai da avó materna	n/a			
Mãe da avó materna	n/a			

Tabela 11 - Tabela de ancestrais de Francisco Ferreira de Almeida.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Anna Leopoldina de Almeida			
Pai	Aureliano Ferreira de Almeida	1839	Ponta Grossa-PR	
Mãe	Antonia Silvina de Almeida	1846	Campos Novos-SC	
Avô paterno	Antonio Ferreira da Silva	1803	Ponta Grossa-PR	
Avó paterna	Alexandrina Borges Vieira			
Avô materno	Francisco Inácio de Almeida	1803	Sorocaba-SP	
Avó materna	Anna Joaquina Rodrigues		Guarulhos-SP	Exposta
Pai do avô paterno	Joaquim Pinheiro da Silva	1778	Castro-PR	
Mãe do avô paterno	Rita Joaquina de Jesus	1781	Castro-PR	
Pai da avó paterna	n/a			
Mãe da avó paterna	n/a			
Pai do avô materno	Francisco José de Almeida	ca. 1778	Sorocaba-SP	
Mãe do avô materno	Anna Maria Vieira	ca. 1786	Sorocaba-SP	
Pai da avó materna	n/a			
Mãe da avó materna	n/a			

Tabela 12 - Tabela de ancestrais de Anna Leopoldina de Almeida.

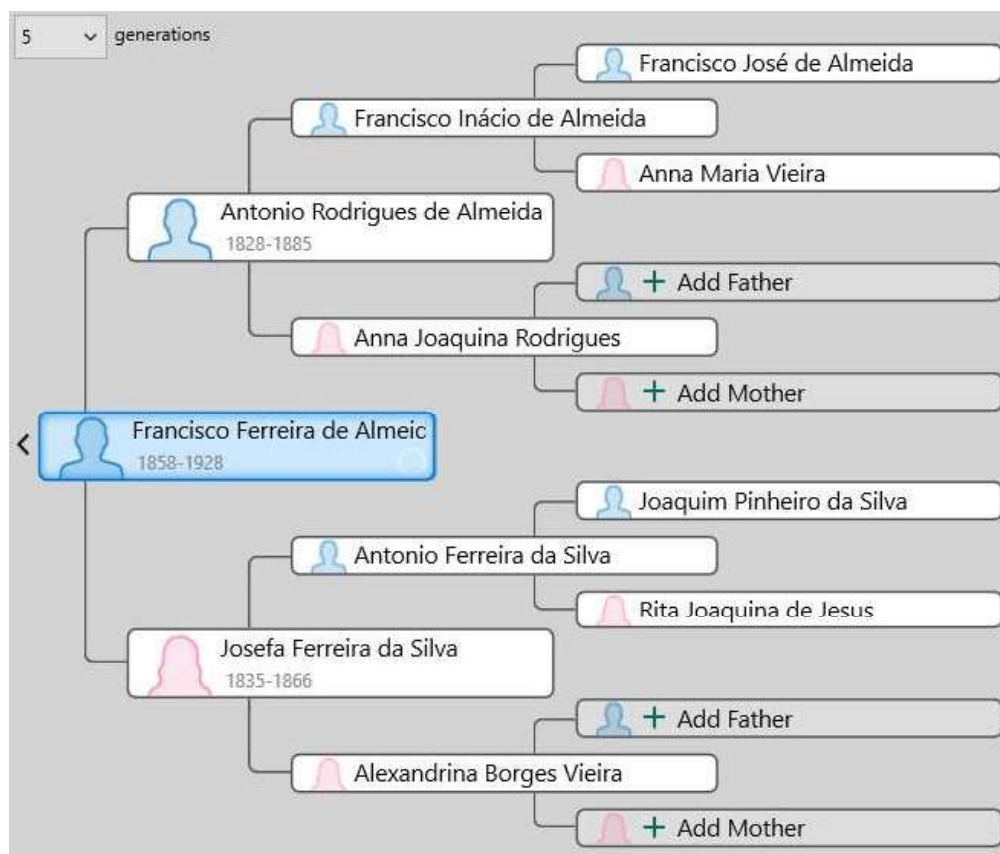


Figura 14 - Árvore genealógica de Francisco Ferreira de Almeida.

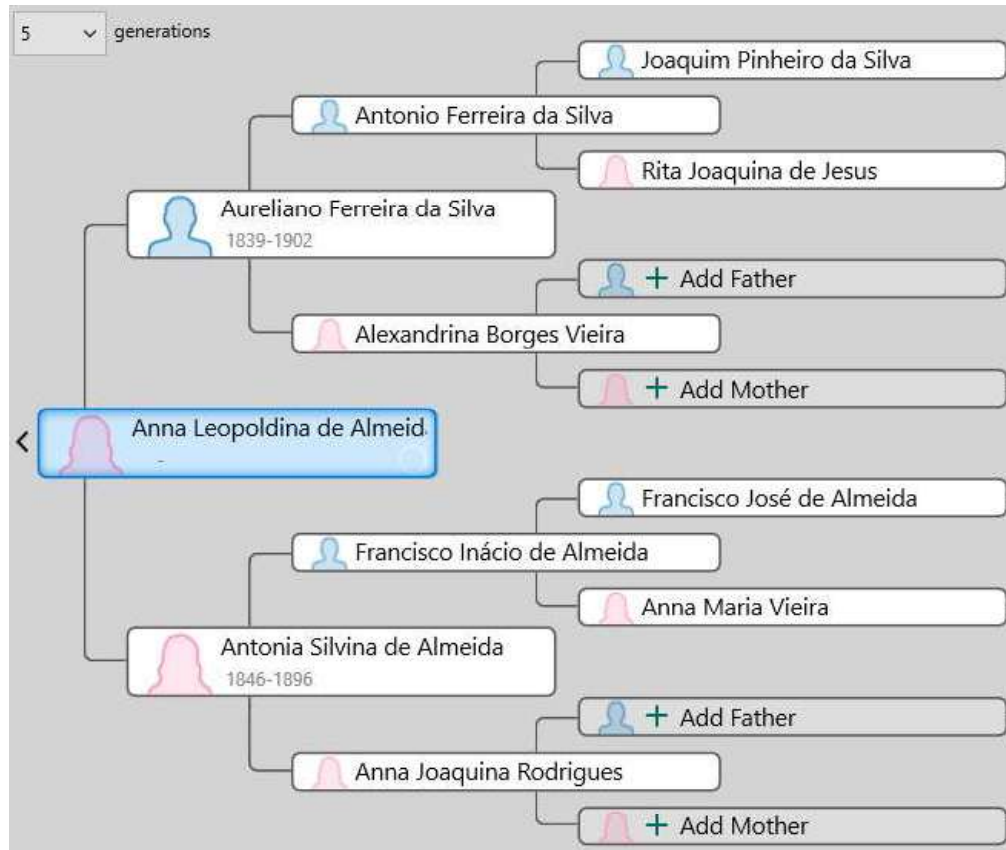


Figura 15 - Árvore genealógica de Anna Leopoldina de Almeida.

5.2.7. Francisco Pinheiro da Silva e Joaquina Emilia da Silva

Pivô de uma situação que o fez renunciar, Francisco Pinheiro da Silva era o sexto dos nove filhos de Isaías Pinheiro da Silva e Maria de Assunção de Oliveira. Foi o primeiro filho do casal batizado em Santa Catarina²⁵, nascido em 1838. Não casou, mas teve dois filhos naturais com Joaquina Emília da Silva²⁶, os quais: Agostinho Romão da Silva e Reasilva Ferreira da Assunção, tendo morrido Francisco solteiro em 1913.

²⁵ Foi batizado em julho de 1838, tendo nascido em março. O assento não diz se nasceu ainda no Paraná, onde antes morava a família, ou já em Santa Catarina.

²⁶ Da qual não foi possível descobrir mais detalhes. Como não há, dela, dados além de nome, não será feita uma tabela.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Francisco Pinheiro da Silva	1838	Campos Novos-SC	
Pai	Isaías Pinheiro da Silva	1799	Ponta Grossa-PR	
Mãe	Maria da Assunção e Oliveira	ca. 1813		
Avô paterno	Joaquim Pinheiro da Silva	1778	Castro-PR	
Avó paterna	Rita Joaquina de Jesus	1781	Castro-PR	
Avô materno	Carlos José de Oliveira	1778	Castro-PR	
Avó materna	Clara Maria de Jesus	1789	Castro-PR	
Pai do avô paterno	Cristóvão da Silva Rosa	1734	Curitiba-PR	
Mãe do avô paterno	Teodora Pinheiro	ca. 1760	Cunha-SP	
Pai da avó paterna	Marcelo Antunes Maciel	1763	Castro-PR	
Mãe da avó paterna	Bernardina Ferreira de Jesus	1764	Balsa Nova-PR	
Pai do avô materno	José Antonio de Oliveira	ca. 1749	Rio Grande-RS	
Mãe do avô materno	Quitéria Angela Maria	1747	Curitiba-PR	
Pai da avó materna	Marcelo Antunes Maciel	1763	Castro-PR	
Mãe da avó materna	Bernardina Ferreira de Jesus	1764	Balsa Nova-PR	

Tabela 13 - Tabela de ancestrais de Francisco Pinheiro da Silva.

5.2.8. Francisco Rodrigues de Almeida e Ambrosina Ferreira de Almeida

Francisco Rodrigues de Almeida nasceu em 1844, na cidade paranaense da Lapa, filho de Francisco Inácio de Almeida e Anna Joaquina Rodrigues, ambos paulistas, ele sorocabano e ela guarulhense, exposta²⁷. Casou por volta de 1869²⁸ com Ambrosina Ferreira de Almeida, filha de Antonio Rodrigues de Almeida, irmão de Francisco²⁹ e Josefa Ferreira da Silva. Francisco morreu em 1914 em Campos Novos, sendo acompanhado pela esposa em 1918.

²⁷ O termo *exposta* ou *enjeitada* é discutido amplamente no item 4.1.3.

²⁸ A data exata do casamento não é precisa pela perda dos livros de registro de casamento de Campos Novos da época, quando a paróquia era dirigida pelo padre napolitano Biagio Grassano.

²⁹ Francisco foi um dos muitos da família Almeida a entrar na tradição de endogamia, casando com a sobrinha e sendo tio-cunhado do outro membro da câmara Francisco Ferreira de Almeida.



Figura 16 - Francisco Rodrigues de Almeida e esposa Ambrosina. Ano desconhecido.

Fonte: acervo de Vanessa Prestes.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Francisco Rodrigues de Almeida	1844	Lapa-PR	
Pai	Francisco Inácio de Almeida	1803	Sorocaba-SP	
Mãe	Anna Joaquina Rodrigues		Guarulhos-SP	Exposta
Avô paterno	Francisco José de Almeida		Sorocaba-SP	
Avó paterna	Anna Maria Vieira		Sorocaba-SP	
Avô materno	n/a			
Avó materna	n/a			
Pai do avô paterno	Lourenço de Almeida Seabra	1747	Sorocaba-SP	
Mãe do avô paterno	Anna Maria Fogaça	ca. 1757	Sorocaba-SP	
Pai da avó paterna	Antonio Antunes Vieira	ca. 1761	Sorocaba-SP	
Mãe da avó paterna	Margarida Rodrigues de Oliveira	ca. 1768	Sorocaba-SP	
Pai do avô materno	n/a			
Mãe do avô materno	n/a			
Pai da avó materna	n/a			
Mãe da avó materna	n/a			

Tabela 14 - Tabela de ancestrais de Francisco Rodrigues de Almeida.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Ambrosina Ferreira de Almeida	1854		
Pai	Antonio Rodrigues de Almeida	1828	Sorocaba-SP	
Mãe	Josefa Ferreira da Silva	1835	Ponta Grossa-PR	
Avô paterno	Francisco Inácio de Almeida	1803	Sorocaba-SP	
Avó paterna	Anna Joaquina Rodrigues		Guarulhos-SP	Exposta
Avô materno	Antonio Ferreira da Silva	1803	Ponta Grossa-PR	
Avó materna	Alexandrina Borges Vieira			
Pai do avô paterno	Francisco José de Almeida		Sorocaba-SP	
Mãe do avô paterno	Anna Maria Vieira		Sorocaba-SP	
Pai da avó paterna	n/a			
Mãe da avó paterna	n/a			
Pai do avô materno	Joaquim Pinheiro da Silva	1778	Castro-PR	
Mãe do avô materno	Rita Joaquina de Jesus	1781	Castro-PR	
Pai da avó materna	n/a			
Mãe da avó materna	n/a			

Tabela 15 - Tabela de ancestrais de Ambrosina Rodrigues de Almeida.

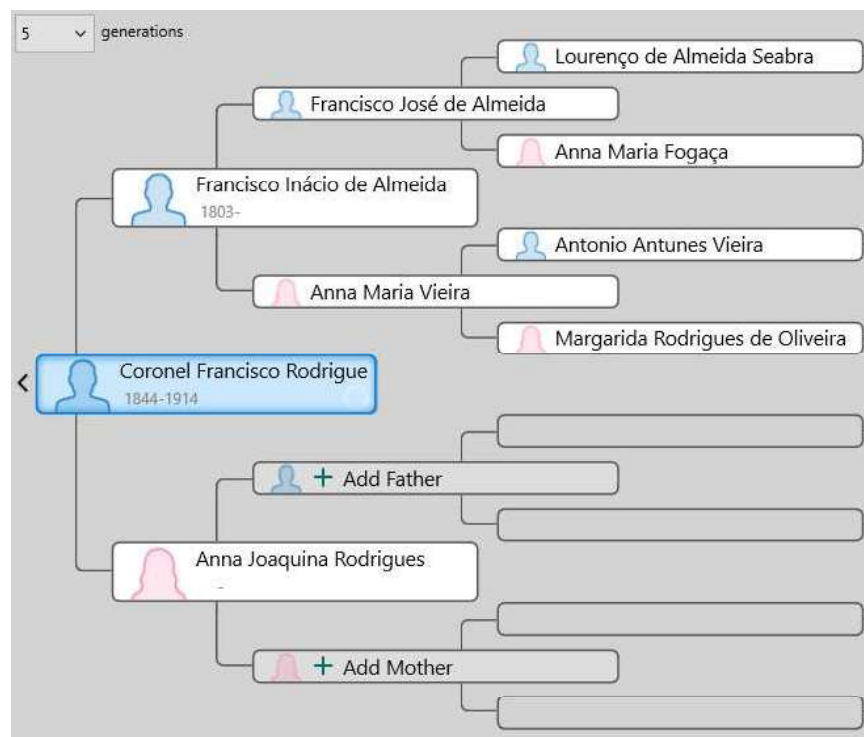


Figura 17 - Árvore genealógica de Francisco Rodrigues de Almeida.

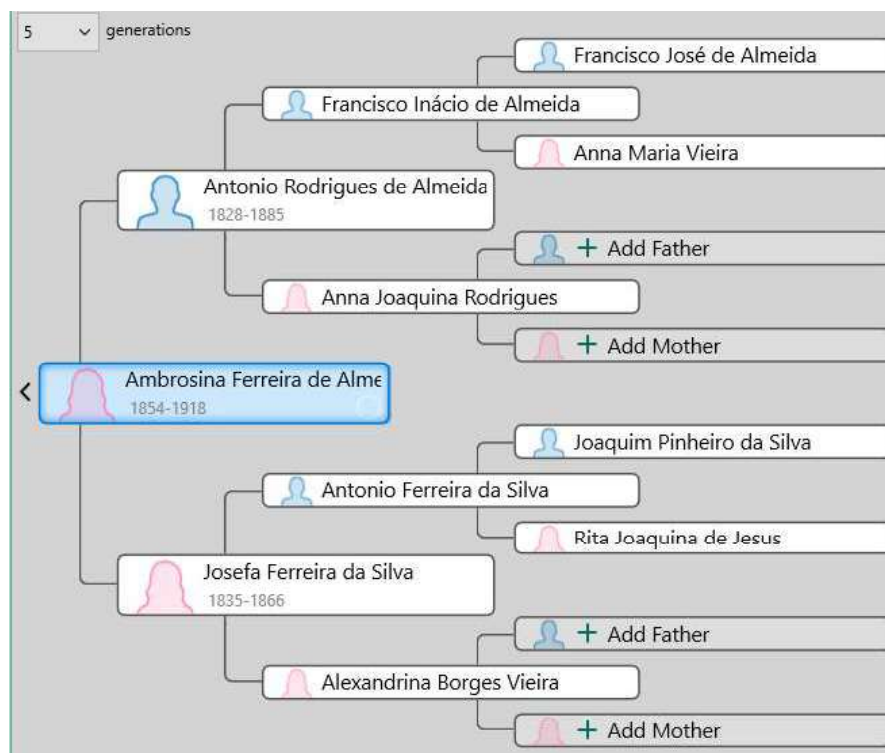


Figura 18 - Árvore genealógica de Ambrosina Ferreira de Almeida.

5.2.9. Henrique Rupp e Emma Scharf

Encerrando a sequência de Franciscos, temos um imigrante: Henrique Rupp. Ele nasceu aos 12 de fevereiro de 1855 em Karlín, então município independente, mas hoje parte do distrito municipal³⁰ número 8, de Praga, capital da República Tcheca – ainda que quando Henrique tivesse nascido, Praga fosse parte do Reino da Boêmia, estado integrante do Império Austríaco. Ele nasceu com o nome de Anton Hendrich Gyss³¹, filho de Ernst Gyss, alemão da província de Baden-Württemberg e Maria Spiller, natural da Silésia Tcheca³².

Em 1881 já estava no Brasil³³ e já era casado com Emma Scharf, alemã da região do Sarre³⁴, filha de Johann Scharf e Katherine Louise Tag. Não foi possível descobrir o local do casamento,

³⁰ *Městská část*, em tcheco.

³¹ Anton Hendrich é traduzido como Antonio Henrique, o que explica ele ter adotado na vida civil o prenome Henrique, mas até agora não foi explicada a adoção do sobrenome Rupp.

³² A Silésia é uma região histórica dividida atualmente entre a Polônia, Alemanha e República Tcheca.

³³ Residindo próximos da atual Jaraguá do Sul.

³⁴ Nascida na cidade de Neunkirchen em 1860.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Anton Hindrich Gyss	1855	Karlin, Praga, República Tcheca	No Brasil, usava na vida civil o nome Henrique Rupp
Pai	Ernst Gyss	1825	Müllheim, Baden-Württemberg, Alemanha	
Mãe	Maria Spiller	1828	Krnov, Morávia-Silésia, República Tcheca	Sem pai no registro
Avô paterno	Johann Georg Gyss	1792	Müllheim, Baden-Württemberg, Alemanha	
Avô paterna	Anna Maria Gebhardt	1788	Lipburg, Baden-Württemberg, Alemanha	
Avô materno	?	?	?	
Avô materna	Rosalia Spiller	?	?	
Pai do avô paterno	Mathias Gyss	1762	Müllheim, Baden-Württemberg, Alemanha	
Mãe do avô paterno	Anna Katharina Gebhardt	1761	Müllheim, Baden-Württemberg, Alemanha	
Pai da avó paterna	Johann Georg Gebhardt	?	?	
Mãe da avó paterna	Anna Maria Zanger	?	?	
Pai do avô materno	?	?	?	
Mãe do avô materno	?	?	?	
Pai da avó materna	Josef Spiller	?	?	
Mãe da avó materna	?	?	?	

Tabela 16 - Tabela de ancestrais de Henrique Rupp ou Anton Hendrich Gyss.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Emma Scharf	1860	Neunkirchen, Sarre, Alemanha	
Pai	Johann Scharf	1829	Merzig, Sarre, Alemanha	
Mãe	Katherine Louise Tag	1827	Ottweiler, Sarre, Alemanha	
Avô paterno	Michael Scharf	1775	Merzig, Sarre, Alemanha	
Avô paterna	Anna Spanier	1794	Rehlingen-Siersburg, Sarre, Alemanha	
Avô materno	Johann Christian Tag	1792	Ottweiler, Sarre, Alemanha	
Avô materna	Maria Louise Friedericke Haas	1786	Ottweiler, Sarre, Alemanha	
Pai do avô paterno	Nicholas Scharf	?	?	
Mãe do avô paterno	Antoinette Beiringer	?	?	
Pai da avó paterna	Anton Spanier	?	?	
Mãe da avó paterna	Margaretha Strauss	?	?	
Pai do avô materno	Johann Jacob Bartholomeus Tag	1755	Ottweiler, Sarre, Alemanha	
Mãe do avô materno	Maria Dorothea Helfenstein	1755	Ottweiler, Sarre, Alemanha	
Pai da avó materna	Johann Friedrich Haas	1747	Ottweiler, Sarre, Alemanha	
Mãe da avó materna	Maria Louise Rheinzangen	1749	Ottweiler, Sarre, Alemanha	

Tabela 17 - Tabela de ancestrais de Emma Scharf.

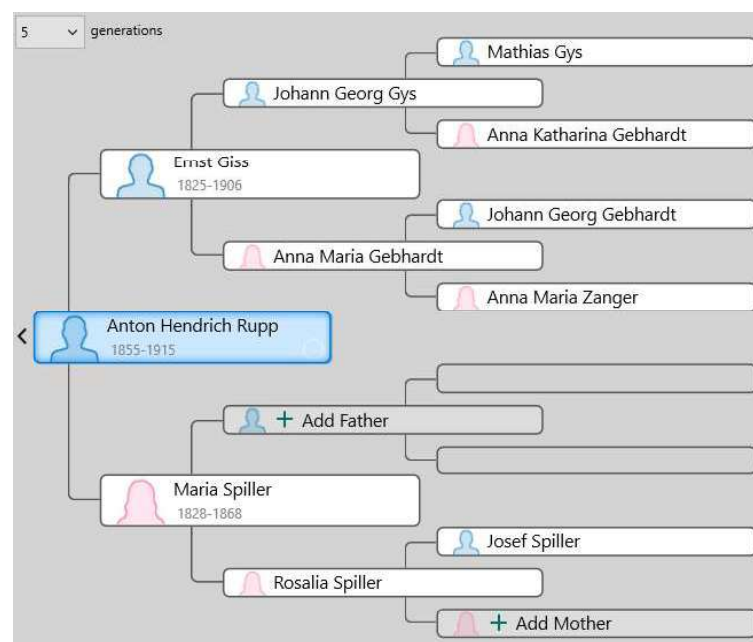


Figura 19 - Árvore genealógica de Anton Hendrich Gyss ou Henrique Rupp.

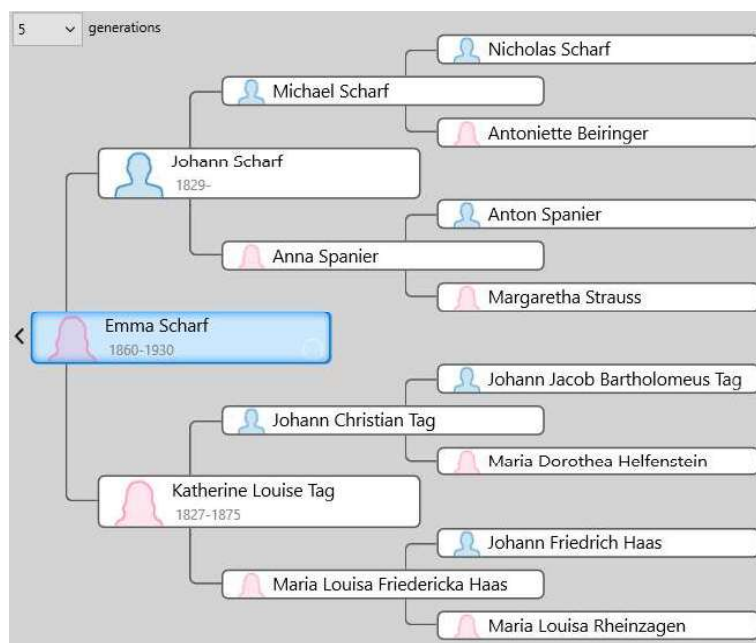


Figura 20 - Árvore genealógica de Emma Scharf.

5.2.10. João Alves de Carvalho e Emiliana Alves França

Nascido em 1853 no estado do Paraná, João Alves de Carvalho era filho do segundo casamento de Antonio Alves de Carvalho – e portanto meio-irmão de Francisco Alves de Carvalho. Não se casou, mas teve um relacionamento com Emiliana Alves França, nascida em 1863, com quem teve dois filhos. Não foi possível descobrir muitos dados sobre Emiliana, apenas que era ex-escravizada³⁵. Ela morreu em 1924 na atual Tangará/SC, sendo sepultada na Invernada dos Negros. Não foi possível descobrir a sua filiação, porém a adoção do sobrenome Alves França indica possível pertencimento ao casal Francisco Cardoso França e Maria Antonia Alves de Carvalho – irmã de João. Também há registros de Emiliana tendo filhos com Nestor Cardoso França, filho de Francisco e Maria.

³⁵ Por falta de dados adicionais, não será apresentada uma tabela referente a ela.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	João Alves de Carvalho	ca. 1853	Ponta Grossa-PR	
Pai	Antonio Alves de Carvalho	ca. 1808	Sabará-MG	
Mãe	Gertrudes Maria do Espírito Santo	?	Ponta Grossa-PR	
Avô paterno	Elias Alves de Carvalho	?	?	
Avó paterna	Joana Margarida da Silva	?	?	
Avô materno	João Domingues	?	?	
Avó materna	Maria Luísa	?	?	
Pai do avô paterno	?	?	?	
Mãe do avô paterno	?	?	?	
Pai da avó paterna	?	?	?	
Mãe da avó paterna	?	?	?	
Pai do avô materno	?	?	?	
Mãe do avô materno	?	?	?	
Pai da avó materna	?	?	?	
Mãe da avó materna	?	?	?	

Tabela 18 - Tabela de ancestrais de João Alves de Carvalho.

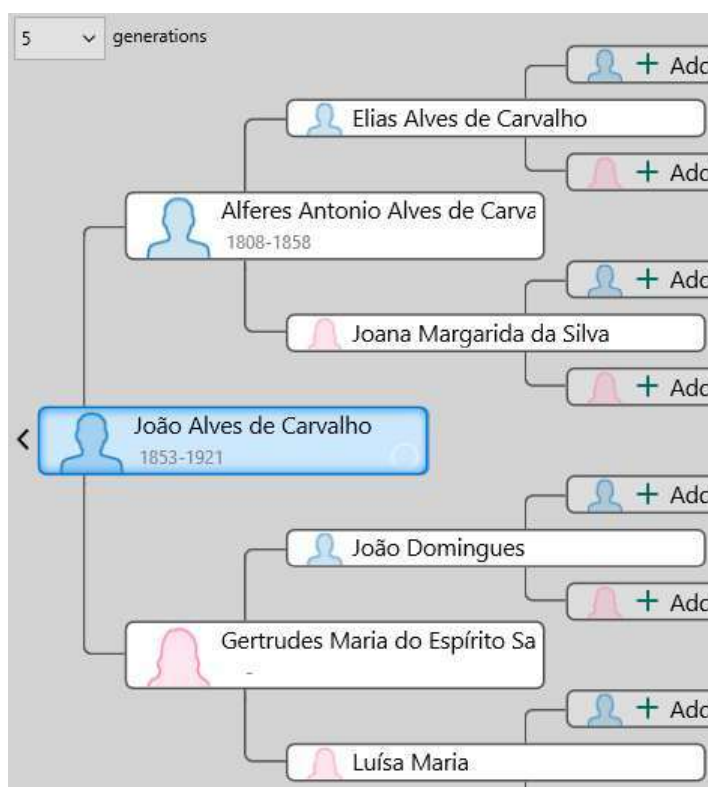


Figura 21 - Árvore genealógica de João Alves de Carvalho.

5.2.11. João Thibes e Etelvina Gomes de Campos

Filho de imigrantes, João Thibes nasceu por volta de 1835 em Rio Negro, no Paraná. Seu pai, Leonard Thibes, imigrou adolescente de Zemmer, no sudoeste da Alemanha, com os pais Johann Thibes e Catharina Schwarz – enquanto sua mãe emigrou da Baixa Saxônia ao Brasil, com seus pais Johann Heinrich Granemann e Maria Albertha Rolfs.

Tanto seu pai como sua mãe foram colonos em Rio Negro/PR, tendo imigrado na década de 1820 ao Brasil. Primogênito do casal Thibes-Granemann, João casou com Etelvina Gomes

de Campos, camponovense, filha de Antonio Gomes de Campos e Joaquina Maria Borges – irmã de Antonio Gomes de Campos, primeira pessoa deste capítulo.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	João Thibes	ca. 1835	Rio Negro-PR	
Pai	Leonard Thibes	1811	Zemmer, Renânia-Palatinado, Alemanha	
Mãe	Elisabeth Granemann	1819	Dornum, Baixa Saxônia, Alemanha	
Avô paterno	Johann Thibes	ca. 1781	?	
Avó paterna	Catharina Schwarz	ca. 1777	?	
Avô materno	Johann Heinrich Granemann	ca. 1794	Dornum, Baixa Saxônia, Alemanha	
Avó materna	Maria Albertha Rolfs	ca. 1790	Dornum, Baixa Saxônia, Alemanha	
Pai do avô paterno	?	?	?	
Mãe do avô paterno	?	?	?	
Pai da avó paterna	?	?	?	
Mãe da avó paterna	?	?	?	
Pai do avô materno	Coord Granemann	ca. 1745	?	
Mãe do avô materno	Marcke	ca. 1748	?	
Pai da avó materna	Albert Rolfs	?	?	
Mãe da avó materna	Maria	ca. 1771	?	

Tabela 19 - Tabela de ancestrais de João Thibes.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Etelvina Gomes de Campos	1837	Campos Novos-SC	
Pai	Antonio Gomes de Campos	ca. 1810	Lapa-PR	
Mãe	Joaquina Maria Borges	ca. 1814	Curitiba-PR	
Avô paterno	Bernardo Gomes de Campos	1783	Santo Antônio da Patrulha-RS	
Avó paterna	Florinda Maria	?	?	
Avô materno	Joaquim Borges	?	?	
Avó materna	Leonor Gonçalves	?	?	
Pai do avô paterno	João Rodrigues Betim	?	?	
Mãe do avô paterno	Francisca Maria Gomes de Escobar	?	Vacaria-RS	
Pai da avó paterna	?	?	?	
Mãe da avó paterna	?	?	?	
Pai do avô materno	?	?	?	
Mãe do avô materno	?	?	?	
Pai da avó materna	?	?	?	
Mãe da avó materna	?	?	?	

Tabela 20 - Tabela de ancestrais de Etelvina Gomes de Campos.

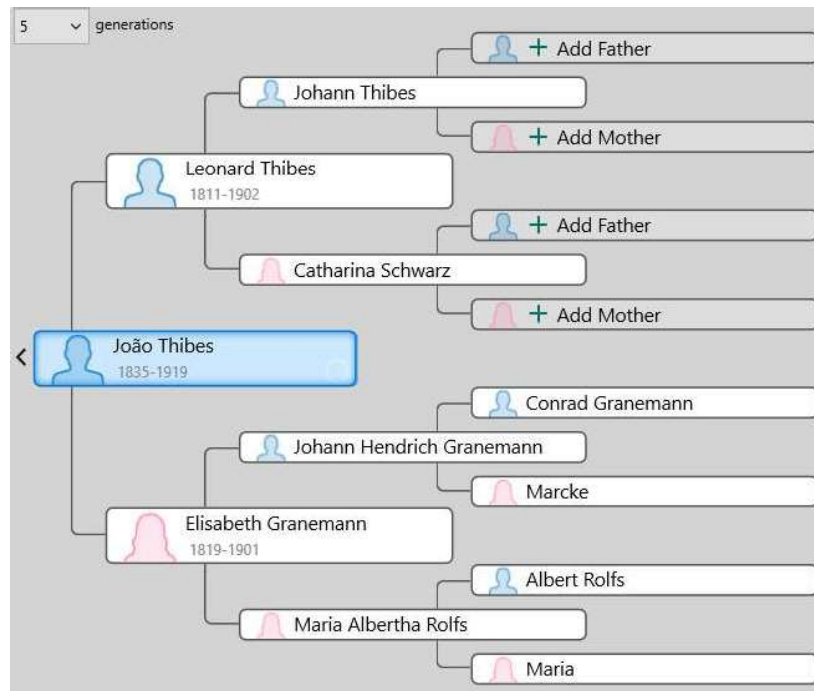


Figura 22 - Árvore genealógica de João Thibes.

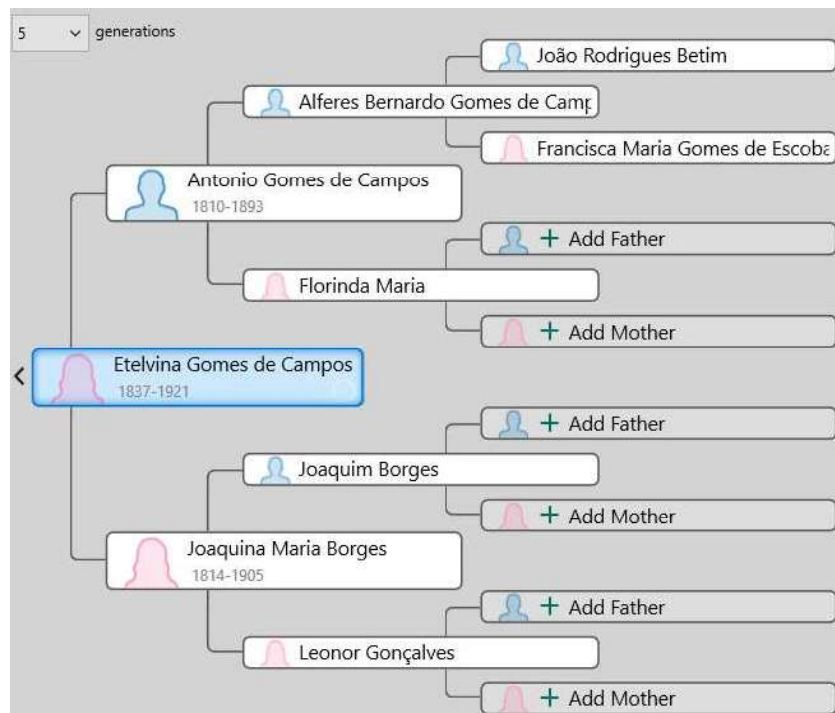


Figura 23 - Árvore genealógica de Etelvina Gomes de Campos.

5.2.12. Joaquim Alves Fagundes e Fortunata Alves de Carvalho

Irmão de Francisco Crescêncio Fagundes, Joaquim Alves Fagundes nasceu em 1845 em São José dos Pinhais, e também foi vereador. Foi casado com Fortunata Alves de Carvalho, irmã de João Alves de Carvalho.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Joaquim Alves Fagundes	1845	São José dos Pinhais-PR	
Pai	Bento Alves Fagundes	1812	São José dos Pinhais-PR	
Mãe	Francisca Maria de Camargo	ca. 1817	São José dos Pinhais-PR	
Avô paterno	José Álvares Fontes	1776	São José dos Pinhais-PR	
Avó paterna	Isabel Maria de Souza	1775	São José dos Pinhais-PR	
Avô materno	Antonio Dias de Camargo	1776	São José dos Pinhais-PR	
Avó materna	Isabel Maria Machado	1781	São José dos Pinhais-PR	
Paí do avô paterno	Bento Álvares Fontes	1742	Curitiba-PR	
Mãe do avô paterno	Águeda Maria do Espírito Santo	?	São José dos Pinhais-PR	
Pai da avó paterna	Mateus de Souza Fagundes	?	Ilha de São Jorge, Açores-Portugal	
Mãe da avó paterna	Maria Manuela de Jesus	1739	Curitiba-PR	
Pai do avô materno	Inácio Dias de Camargo	1772	Santo Amaro, São Paulo-SP	
Mãe do avô materno	Luísa Antonia de Jesus	1736	Curitiba-PR	
Pai da avó materna	Salvador da Cunha Machado	1735	Guarulhos-SP	
Mãe da avó materna	Francisca Romeiro Bueno	1753	Curitiba-PR	

Tabela 21 - Tabela de ancestrais de Joaquim Alves Fagundes.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Fortunata Alves de Carvalho	ca. 1852	Ponta Grossa-PR	
Pai	Antonio Alves de Carvalho	ca. 1808	Sabará-MG	
Mãe	Gertrudes Maria do Espírito Santo	?	Ponta Grossa-PR	
Avô paterno	Elias Alves de Carvalho	?	?	
Avó paterna	Joana Margarida da Silva	?	?	
Avô materno	João Domingues	?	?	
Avó materna	Maria Luísa	?	?	
Pai do avô paterno	?	?	?	
Mãe do avô paterno	?	?	?	
Pai da avó paterna	?	?	?	
Mãe da avó paterna	?	?	?	
Pai do avô materno	?	?	?	
Mãe do avô materno	?	?	?	
Pai da avó materna	?	?	?	
Mãe da avó materna	?	?	?	

Tabela 22 - Tabela de ancestrais de Fortunata Alves de Carvalho.

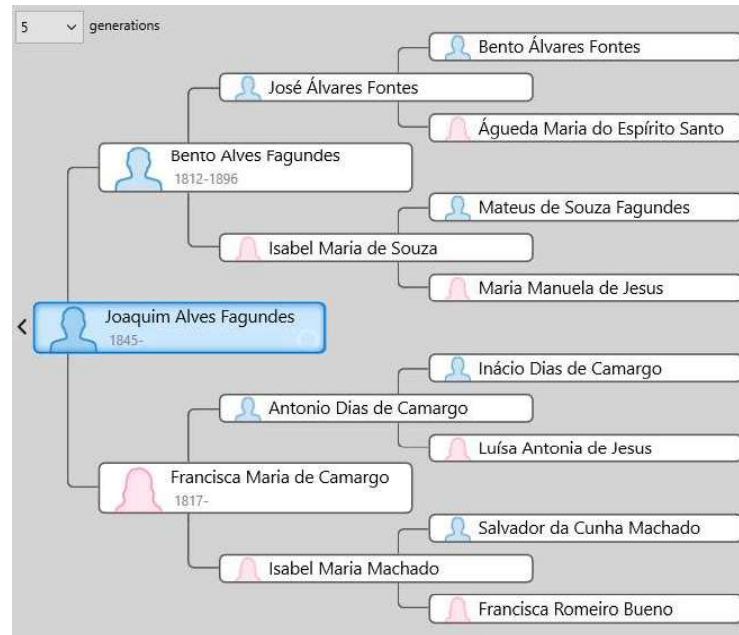


Figura 24 - Árvore genealógica de Joaquim Alves de Carvalho

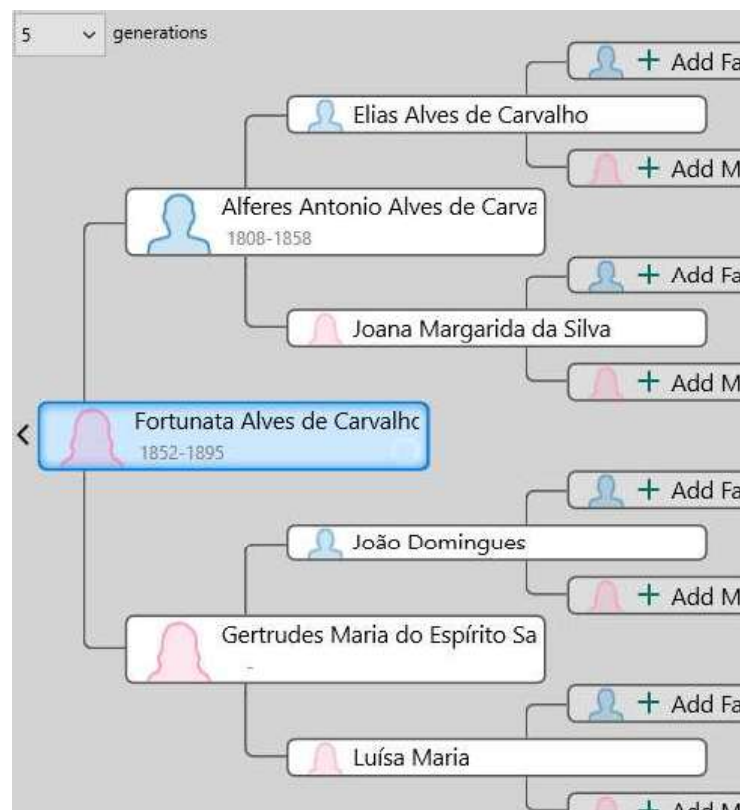


Figura 25 - Árvore genealógica de Fortunata Alves de Carvalho

5.2.13. Joaquim Antonio de Oliveira Lemos e Constância Pereira Pinto

De árvore genealógica distinta das outras, Joaquim Antonio de Oliveira Lemos era de família instalada em Curitibaanos – não Campos Novos. Nasceu em 1846, na Lapa/PR, filho de

Francisco José de Oliveira Lemos e Antonia Maria da Trindade – ela, paranaense. Joaquim foi casado com Constância Pereira Pinto, paranaense de Tibagi, filha de João Pereira Pinto, riograndense, e Domingas Maria da Conceição, paranaense.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	1846	Lapa-PR	
Pai	Francisco José de Oliveira Lemos	?	?	
Mãe	Antonia Maria da Trindade	?	?	
Avô paterno	?	?	?	
Avó paterna	?	?	?	
Avô materno	Frutuoso Cordeiro	?	?	
Avó materna	Isabel	?	?	
Pai do avô paterno	?	?	?	
Mãe do avô paterno	?	?	?	
Pai da avó paterna	?	?	?	
Mãe da avó paterna	?	?	?	
Pai do avô materno	?	?	?	
Mãe do avô materno	?	?	?	
Pai da avó materna	?	?	?	
Mãe da avó materna	?	?	?	

Tabela 23 - Tabela de ancestrais de Joaquim Antonio de Oliveira Lemos.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Constância Pereira Pinto	ca. 1852	Tibagi-PR	
Pai	João Pereira Pinto	1802	Castro-PR	
Mãe	Domingas Maria da Conceição	?	São Nicolau-RS	
Avô paterno	Manuel Pereira Pinto	?	?	Sem pai no registro
Avó paterna	Maria Vaz de Almeida	1780	?	
Avô materno	Manuel Diogo	?	?	
Avó materna	Anna Joaquina	?	?	
Pai do avô paterno	?	?	?	
Mãe do avô paterno	Manuela Pereira Pinto	?	?	
Pai da avó paterna	José Furquim de Almeida	?	?	
Mãe da avó paterna	Escolástica Dias Cabral	?	?	
Pai do avô materno	?	?	?	
Mãe do avô materno	?	?	?	
Pai da avó materna	?	?	?	
Mãe da avó materna	?	?	?	

Tabela 24 - Tabela de ancestrais de Constância Pereira Pinto.

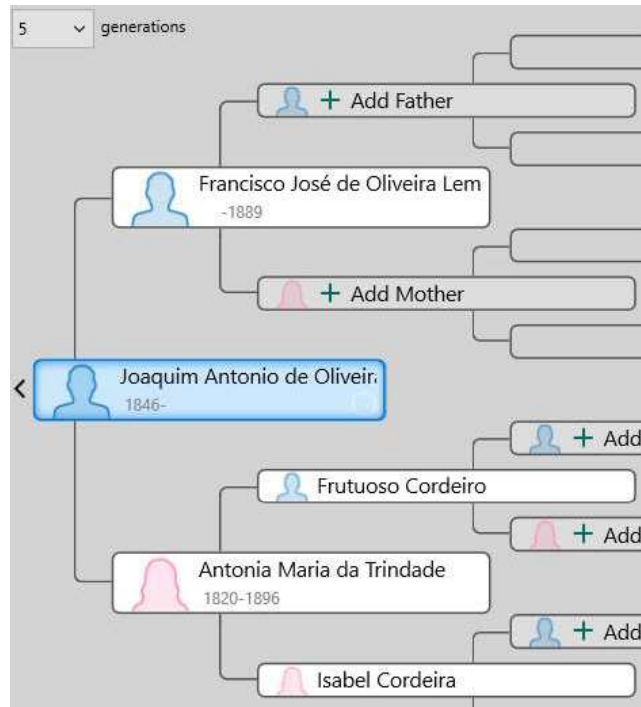


Figura 26 - Árvore genealógica de Joaquim Antonio de Oliveira Lemos.

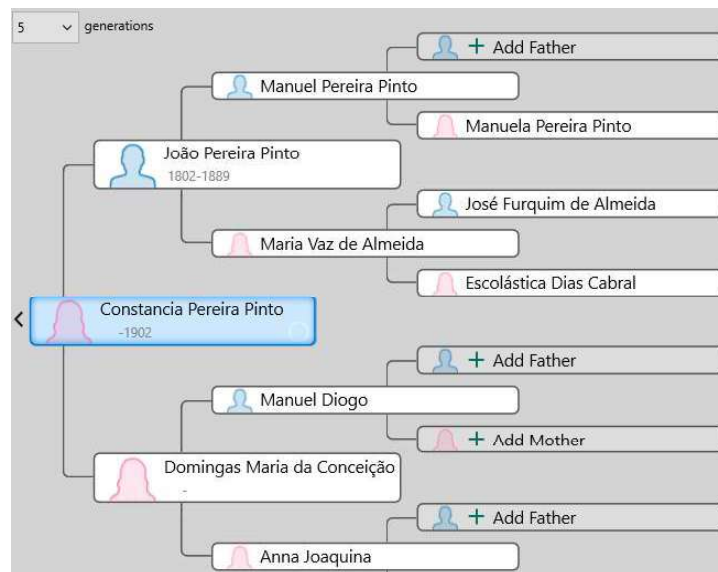


Figura 27 - Árvore genealógica de Constancia Pereira Pinto.

5.2.14. Jorge Ricardo da Silva e Alexandrina Ferreira da Silva

Jorge Ricardo da Silva é um dos primeiros camponovenses. Nasceu em 1837, começo da colonização branca do local, filho de Francisco Ricardo da Silva e Anna Maria de Mattos – ambos paranaenses da região dos Campos Gerais. Era um dos líderes do Partido Conservador e um rival ferrenho de Manuel Ferreira da Silva Farrapo – seu primo.

Casou com a pontagrossense Alexandrina Ferreira da Silva, sua prima, em 1855³⁶, filho de Emídio José da Silva e Margarida Ferreira da Silva. Jorge morreu em 1889, em Curitiba, enquanto deputado estadual.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Jorge Ricardo da Silva	1837	Campos Novos-SC	
Pai	Francisco Ricardo da Silva	1801	Ponta Grossa-PR	
Mãe	Anna Maria de Mattos	ca. 1810	Castro-PR	
Avô paterno	Joaquim Pinheiro da Silva	1778	Castro-PR	
Avó paterna	Rita Joaquina de Jesus	1781	Castro-PR	
Avô materno	Manuel Francisco de Mattos	1784	Castro-PR	
Avó materna	Maria da Luz	ca. 1790	Castro-PR	
Pai do avô paterno	Cristóvão da Silva Rosa	1734	Curitiba-PR	
Mãe do avô paterno	Teodora Pinheiro	ca. 1760	Cunha-SP	
Pai da avó paterna	Marcelo Antunes Maciel	1763	Castro-PR	
Mãe da avó paterna	Bernardina Ferreira de Jesus	1764	Balsa Nova-PR	
Pai do avô materno	Francisco Domingues de Mattos	ca. 1757	Cotia-SP	
Mãe do avô materno	Maria Luísa de Silva	1762	Castro-PR	
Pai da avó materna	José Martins Cardoso	?	Portugal	
Mãe da avó materna	Teresa Maria de Jesus	1774	Castro-PR	

Tabela 25 - Tabela de ancestrais de Jorge Ricardo da Silva.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Alexandrina Ferreira da Silva	1839	Ponta Grossa-PR	
Pai	Emídio José da Silva	1803	Castro-PR	
Mãe	Margarida Ferreira da Silva	1805	Ponta Grossa-PR	
Avô paterno	Lázaro da Silva Menezes	1761	Baependi-MG	
Avó paterna	Maria Clara de Oliveira	1775	Castro-PR	
Avô materno	Joaquim Pinheiro da Silva	1778	Castro-PR	
Avó materna	Rita Joaquina de Jesus	1781	Castro-PR	
Pai do avô paterno	João Antonio de Lima	?	Portugal	
Mãe do avô paterno	Anna Maria de Jesus	?	Baependi-MG	
Pai da avó paterna	Jose Alves de Oliveira	1729	Curitiba-PR	
Mãe da avó paterna	Paula da Silva	1737	Curitiba-PR	
Pai do avô materno	Cristóvão da Silva Rosa	1734	Curitiba-PR	
Mãe do avô materno	Teodora Pinheiro	ca. 1760	Cunha-SP	
Pai da avó materna	Marcelo Antunes Maciel	1763	Castro-PR	
Mãe da avó materna	Bernardina Ferreira de Jesus	1764	Balsa Nova-PR	

Tabela 26 - Tabela de ancestrais de Alexandrina Ferreira da Silva.

³⁶ No assento de casamento, datado de novembro de 1855, a filiação da noiva consta completamente errada, informando que era filha de Francisco José dos Santos. Em julho de 1856, há um novo assento de casamento de Jorge. É da opinião do autor deste trabalho que Jorge Ricardo e Alexandrina mentiram sobre a filiação da noiva para não ter que buscar uma dispensa matrimonial de consanguinidade no segundo grau, mas que foram descobertos e tiveram que revalidar o casamento.

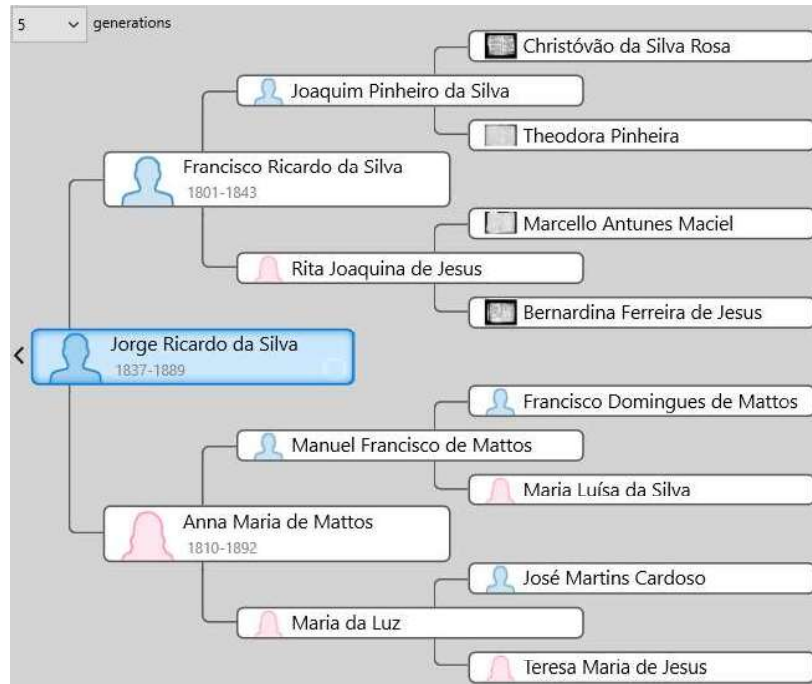


Figura 28 - Árvore genealógica de Jorge Ricardo da Silva.

5.2.15. Lucas Alves de Carvalho e Julia Gonçalves de Almeida

Nascido em Ponta Grossa/PR em 1855, Lucas é filho dos já citados Antonio Alves de Carvalho e Gertrudes Maria do Espírito Santo. Lucas casou duas vezes: a primeira em 1879 com Nardina Cordeiro dos Santos, filha dos paranaenses Domingos Cordeiro Mattoso e Colleta de Lima Franco. A segunda com Júlia Gonçalves de Almeida, em 1884, filha do paranaense Joaquim de Almeida Fogaça e Theodora Maria Gonçalves.

Como a começa da carreira de Lucas em cargos eletivos foi em 1887, será considerado apenas este segundo casamento neste trabalho, não representando graficamente ou analisando a árvore genealógica de Nardina Cordeiro dos Santos e seu parentesco com os demais.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Lucas Alves de Carvalho	1855	Ponta Grossa-PR	
Pai	Antonio Alves de Carvalho	ca. 1808	Sabará-MG	
Mãe	Gertrudes Maria do Espírito Santo	?	Ponta Grossa-PR	
Avô paterno	Elias Alves de Carvalho	?	?	
Avó paterna	Joana Margarida da Silva	?	?	
Avô materno	João Domingues	?	?	
Avó materna	Maria Luísa	?	?	
Pai do avô paterno	?	?	?	
Mãe do avô paterno	?	?	?	
Pai da avó paterna	?	?	?	
Mãe da avó paterna	?	?	?	
Pai do avô materno	?	?	?	
Mãe do avô materno	?	?	?	
Pai da avó materna	?	?	?	
Mãe da avó materna	?	?	?	

Tabela 27 - Tabela de ancestrais de Lucas Alves de Carvalho.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Julia Gonçalves de Almeida	?	Campos Novos-SC	
Pai	Joaquim de Almeida Fogaça	ca. 1818	Castro-PR	
Mãe	Teodora Maria Gonçalves	1838	Campos Novos-SC	
Avô paterno	Lourenço de Almeida Fogaça	ca. 1801	Sorocaba-PR	
Avó paterna	Rita Maria de Jesus	ca. 1804	Castro-PR	
Avô materno	João Gonçalves de Araújo	1807	Lapa-PR	
Avó materna	Maria Francisca Garcia	?	?	
Pai do avô paterno	Lourenço de Almeida Seabra	1747	Sorocaba-PR	
Mãe do avô paterno	Anna Maria Fogaça	ca. 1757	Sorocaba-PR	
Pai da avó paterna	Joaquim Barbosa do Rego	ca. 1772	Castro-PR	
Mãe da avó paterna	Ismênia Antonia de Ávila	1783	Castro-PR	
Pai do avô materno	Manuel Gonçalves de Araújo	1785	Lapa-PR	
Mãe do avô materno	Maria Matilde de Castilho	1788	Lapa-PR	
Pai da avó materna	?	?	?	
Mãe da avó materna	?	?	?	

Tabela 28 - Tabela de ancestrais de Júlia Gonçalves de Almeida.

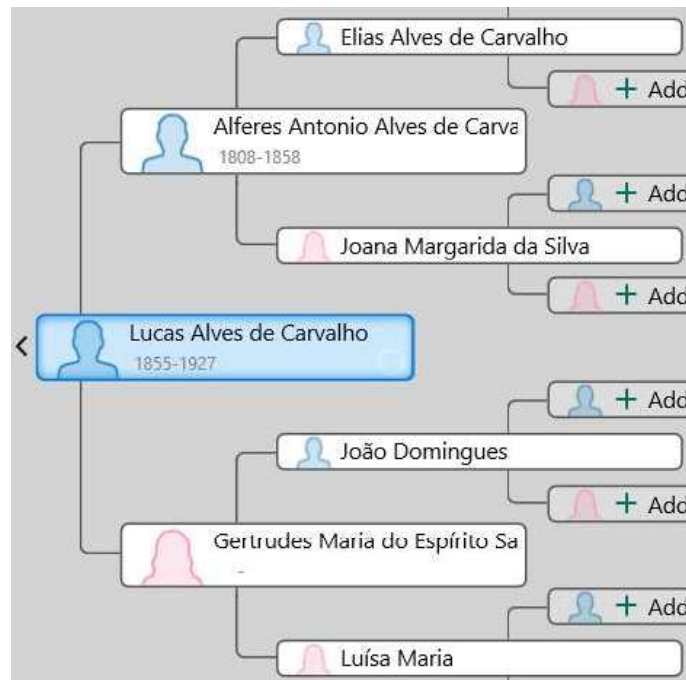


Figura 30 - Árvore genealógica de Lucas Alves de Carvalho.

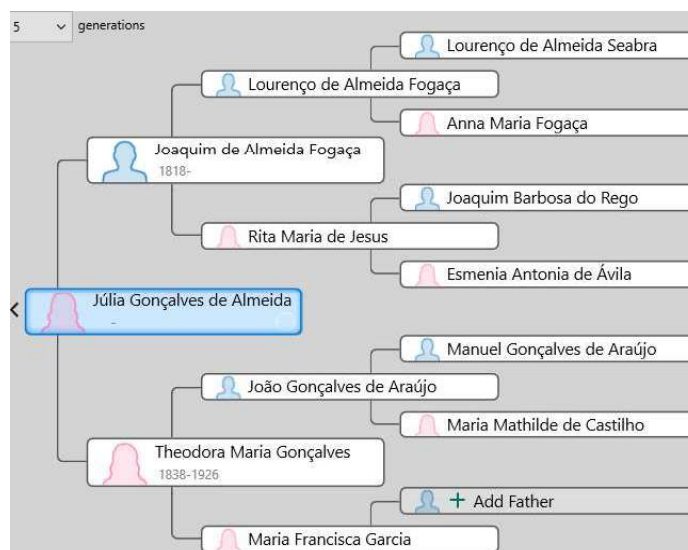


Figura 31 - Árvore genealógica de Júlia Gonçalves de Almeida.

5.2.16. Lucidório Luiz de Mattos e Firmina Martins de Mattos

Uma das grandes figuras políticas camponovenses do século XIX, o coronel Lucidório Luiz de Mattos nasceu em 1835, em Vacaria/RS, filho de Felibisno Luís de Mattos e Leolina Affonsa Pereira, ambos naturais de Lapa/PR. Compartilha com Jorge Ricardo da Silva o fato de ser do Partido Conservador e rival do coronel Farrapo.

Era esposo de Firmina Martins de Mattos, nascida em 1837 em Castro, filha de Felix José Martins e Gertrudes Maria do Rosário – ambos castrenses e habitantes antigos de Campos Novos³⁷.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Lucidório Luiz de Mattos	1835	Vacaria-RS	
Pai	Felisbino Luís de Mattos	ca. 1813	Lapa-PR	
Mãe	Leolina Affonsa Pereira	ca. 1822	Lapa-PR	
Avô paterno	Antonio Luís Duarte	1782	Castro-PR	
Avó paterna	Anna Maria do Espírito Santo	ca. 1784	Castro-PR	
Avô materno	João Affonso Pereira	?	Itapetininga-SP	
Avó materna	Delfina dos Santos	?	Curitiba-PR	
Pai do avô paterno	Antonio Luís Duarte	1747	Curitiba-PR	
Mãe do avô paterno	Paula Leite	1750	Curitiba-PR	
Pai da avó paterna	Francisco Domingues de Mattos	ca. 1757	Cotia-SP	
Mãe da avó paterna	Maria Luísa de Silva	1762	Castro-PR	
Pai do avô materno	José Martins Cardoso		Portugal	
Mãe do avô materno	Teresa Maria de Jesus	1774	Castro-PR	
Pai da avó materna	João Gonçalves	?	?	
Mãe da avó materna	Francisca dos Santos	?	?	

Tabela 29 - Tabela de ancestrais de Lucidório Luiz de Mattos.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Firmina Martins de Mattos	1837	Castro-PR	
Pai	Felix José Martins	ca. 1793	Castro-PR	
Mãe	Gertrudes Maria do Rosário	1788	Castro-PR	
Avô paterno	José Martins Cardoso		Portugal	
Avó paterna	Teresa Maria de Jesus	1774	Castro-PR	
Avô materno	Francisco Domingues de Mattos	ca. 1757	Cotia-SP	
Avó materna	Maria Luísa de Silva	1762	Castro-PR	
Pai do avô paterno	?	?	?	
Mãe do avô paterno	?	?	?	
Pai da avó paterna	Antonio Luís Duarte	1747	Curitiba-PR	
Mãe da avó paterna	Paula Leite	1750	Curitiba-PR	
Pai do avô materno	Antonio Domingues de Mattos	?	?	
Mãe do avô materno	Francisca Nunes da Costa	?	?	
Pai da avó materna	Miguel Luís da Costa	1727	Curitiba-PR	
Mãe da avó materna	Rita Leme da Silva	?	Curitiba-PR	

Tabela 30 - Tabela de ancestrais de Firmina Martins de Mattos.

³⁷ Felix José Martins regularizou, ainda em 1843, a posse de suas terras, localizadas parcialmente no que hoje é o município de Zortéa/SC.

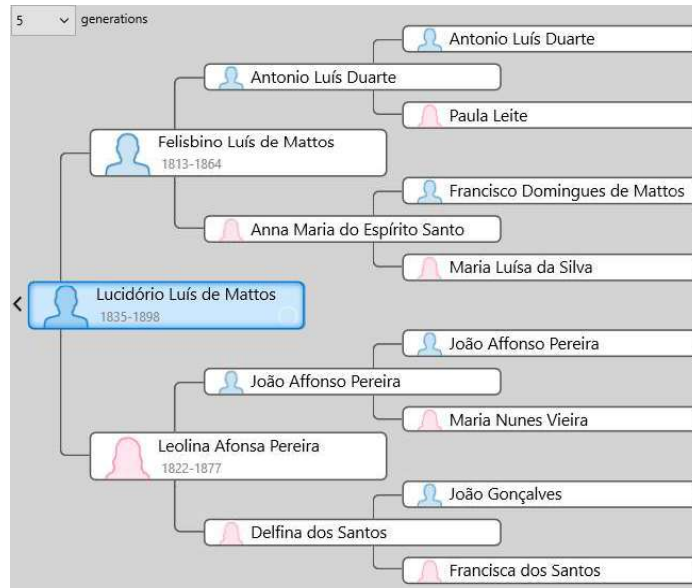


Figura 32 - Árvore genealógica de Lucidório Luiz de Mattos.

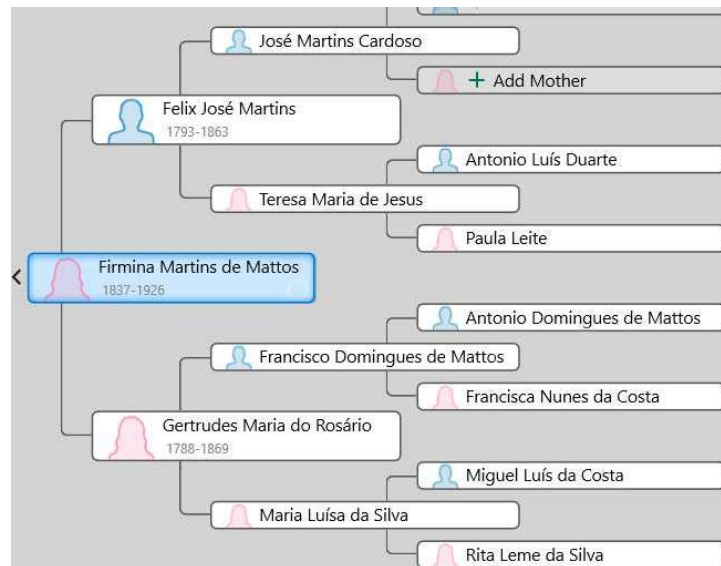


Figura 33 -Árvore genealógica de Firmina Martins de Mattos.

5.2.17. Manuel Ferreira da Silva Farrapo e Felicidade Amantina de Almeida

Aos 28 de fevereiro de 1833, é batizado em Ponta Grossa Manuel Ferreira da Silva Farrapo, filho de Antonio Ferreira da Silva e Alexandrina Borges Vieira. Quando tinha apenas 10 anos, testemunhou o assassinato de seu pai e de seu tio, Francisco Ricardo da Silva, pelos irmãos Fermiano e Jacinto Antunes Pereira. O crime chocou a jovem cidade de Campos Novos com ares de trama novelesca trágica.

O Coronel Farrapo foi o grande nome local do Partido Liberal durante a segunda metade do século XIX e ocupou vários cargos públicos. Falecido em 1893, era casado com Felicidade

Amantina de Almeida, lapeana, filha de Francisco Inácio de Almeida e Anna Joaquina Rodrigues.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Manuel Ferreira da Silva Farrapo	1833	Ponta Grossa-PR	
Pai	Antonio Ferreira da Silva	1803	Ponta Grossa-PR	
Mãe	Alexandrina Borges Vieira	?	?	
Avô paterno	Joaquim Pinheiro da Silva	1778	Castro-PR	
Avó paterna	Rita Joaquina de Jesus	1781	Castro-PR	
Avô materno	?	?	?	
Avó materna	?	?	?	
Pai do avô paterno	Cristóvão da Silva Rosa	1734	Curitiba-PR	
Mãe do avô paterno	Teodora Pinheiro	ca. 1760	Cunha-SP	
Pai da avó paterna	Marcelo Antunes Maciel	1763	Castro-PR	
Mãe da avó paterna	Bernardina Ferreira de Jesus	1764	Balsa Nova-PR	
Pai do avô materno	?	?	?	
Mãe do avô materno	?	?	?	
Pai da avó materna	?	?	?	
Mãe da avó materna	?	?	?	

Tabela 31 - Tabela de ancestrais de Manuel Ferreira da Silva Farrapo.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Felicidade Amantina de Almeida	1838	Lapa-PR	
Pai	Francisco Inácio de Almeida	1803	Sorocaba-SP	
Mãe	Anna Joaquina Rodrigues	?	Guarulhos-SP	Exposta
Avô paterno	Francisco José de Almeida	ca. 1778	Sorocaba-SP	
Avó paterna	Anna Maria Vieira	ca. 1786	Sorocaba-SP	
Avô materno	?	?	?	
Avó materna	?	?	?	
Pai do avô paterno	Lourenço de Almeida Seabra	1747	Sorocaba-SP	
Mãe do avô paterno	Anna Maria Fogaça	ca. 1757	Sorocaba-SP	
Pai da avó paterna	Antonio Antunes Vieira	ca. 1761	Sorocaba-SP	
Mãe da avó paterna	Margarida Rodrigues de Oliveira	ca. 1768	Sorocaba-SP	
Pai do avô materno	?	?	?	
Mãe do avô materno	?	?	?	
Pai da avó materna	?	?	?	
Mãe da avó materna	?	?	?	

Tabela 32 - Tabela de ancestrais de Felicidade Amantina de Almeida.

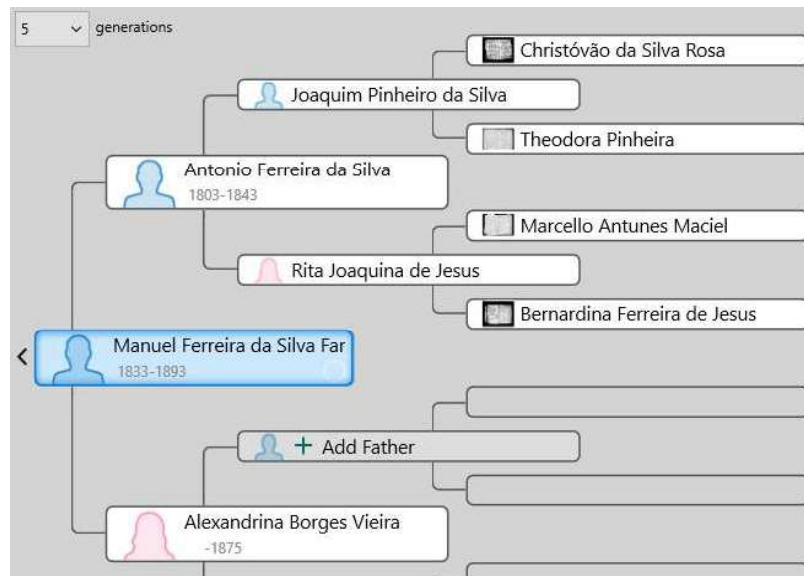


Figura 34 - Árvore genealógica de Manuel Ferreira da Silva Farrapo.

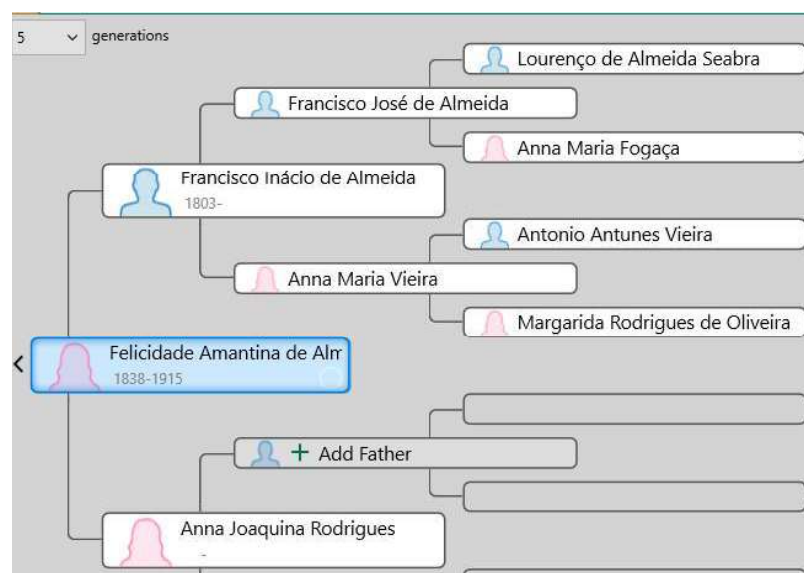


Figura 35 - Árvore genealógica de Felicidade Amantina de Almeida.

5.2.18. Marcos Gonçalves de Farias e Francisca Maria de Oliveira

O lagunense Marcos Gonçalves de Farias é um dos poucos membros da câmara municipal proveniente do litoral catarinense. Era filho natural de José Gonçalves de Farias e Luísa Francisca de Quadros. Pelo fato dos pais não serem casados, a pesquisa genealógica dos ascendentes de Marcos avançou pouco.

Casou em Campos Novos em 1880 com Francisca Maria de Oliveira, filha de Francisco José de Oliveira Lemos e Antonia Maria da Trindade. Abandonou a câmara para se mudar para Curitiba, onde também foi vereador e figura altamente influente. Faleceu ali em 1922.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Marcos Gonçalves de Farias	ca. 1856	Laguna-SC	
Pai	José Gonçalves de Farias	?	?	
Mãe	Luísa Francisca de Quadros	?	?	
Avô paterno	?	?	?	
Avó paterna	?	?	?	
Avô materno	?	?	?	
Avó materna	?	?	?	
Pai do avô paterno	?	?	?	
Mãe do avô paterno	?	?	?	
Pai da avó paterna	?	?	?	
Mãe da avó paterna	?	?	?	
Pai do avô materno	?	?	?	
Mãe do avô materno	?	?	?	
Pai da avó materna	?	?	?	
Mãe da avó materna	?	?	?	

Tabela 33 - Tabela de ancestrais de Marcos Gonçalves de Farias.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Francisca Maria de Oliveira	ca. 1858	?	
Pai	Francisco José de Oliveira Lemos	?	?	
Mãe	Antonia Maria da Trindade	ca. 1820	PR	
Avô paterno	?	?	?	
Avó paterna	?	?	?	
Avô materno	Frutuoso Cordeiro	?	?	
Avó materna	Isabel	?	?	
Pai do avô paterno	?	?	?	
Mãe do avô paterno	?	?	?	
Pai da avó paterna	?	?	?	
Mãe da avó paterna	?	?	?	
Pai do avô materno	?	?	?	
Mãe do avô materno	?	?	?	
Pai da avó materna	?	?	?	
Mãe da avó materna	?	?	?	

Tabela 34 - Tabela de ancestrais de Francisca Maria de Oliveira.

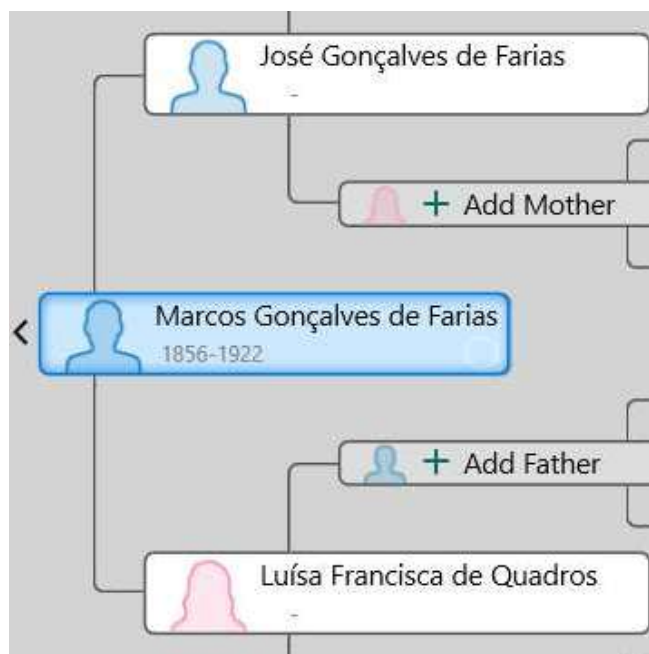


Figura 36 - Árvore genealógica de Marcos Gonçalves de Farias.

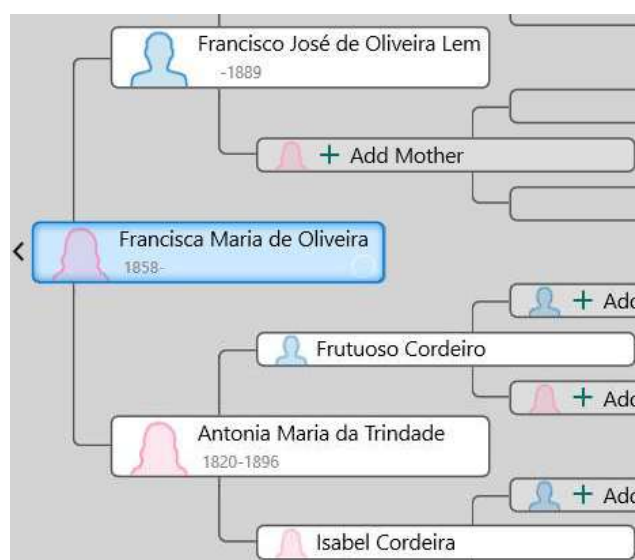


Figura 37 - Árvore genealógica de Francisca Maria de Oliveira.

5.2.19. Pedro Carlos Stephanes e Apolinária Thibes

Tal qual João Thibes, Pedro Carlos Stephanes era filho de imigrantes alemães. Nasceu em Rio Negro por volta de 1838, filho de Karl Stephanes, imigrante alemão protestante³⁸ imigrado para Rio Negro/PR e Maria Margaretha Thives, natural de Zemmer, no sudoeste da Alemanha³⁹.

³⁸ Em 1831, Carlos Stephanes é batizado como católico na Lapa/PR, cerca de um mês antes de seu casamento.

³⁹ Maria Margaretha era tia paterna de João Thibes, que portanto era primo de Pedro Carlos Stephanes.

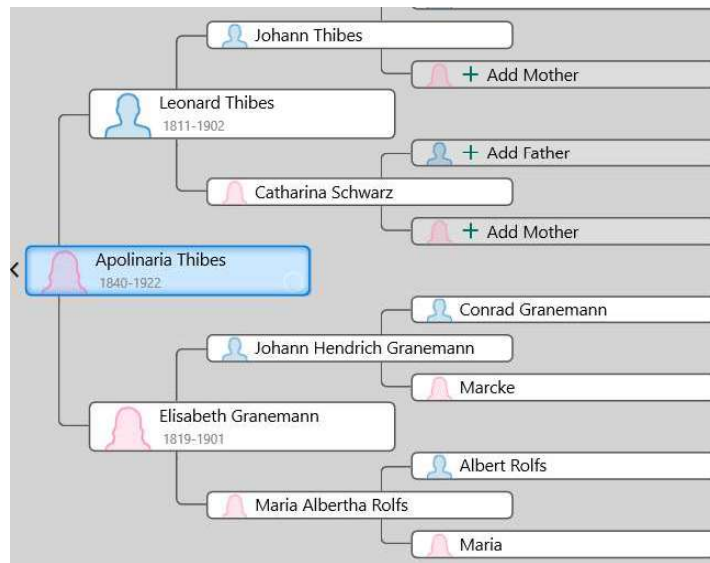


Figura 39 - Árvore genealógica de Apolinária Thibes.

5.2.20. Pedro Corrêa de Mello e Christina de Almeida

Pivô de uma crise que resultou na deposição do poder de Manuel Ferreira da Silva Farrapo, Pedro Correa de Mello nasceu em 1853 em Campos Novos, filho de Manuel Correa de Mello, paranaense, e da catarinense Anna Maria Gonçalves.

Casou duas vezes: a primeira em 1876 com Christina de Almeida, camponovense, filha dos paranaenses Joaquim de Almeida Fogaça e Teodora Maria Gonçalves. Após a morte de Christina, casou em 1924 com Rosalina Antonia de Moraes, filha de Leandro Alípio de Moraes e Alzira Bonifácia Ribeiro. Como o casamento com Rosalia foi muito ao período de pesquisa desta monografia, sua genealogia não será discutida.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Pedro Correa de Mello	ca. 1853	Campos Novos-SC	
Paí	Manuel Correa de Mello	1808	São José dos Pinhais-PR	
Mãe	Anna Maria Gonçalves	ca. 1832	Campos Novos-SC	
Avô paterno	Antonio Correa de Mello	?	Florianópolis-SC	
Avô paterna	Joaquina Maria	1784	São José dos Pinhais-PR	
Avô materno	João Gonçalves de Araújo	1807	Lapa-PR	
Avô materna	Maria Francisca Garcia	?	?	
Paí do avô paterno	Ventura Correa de Mello	?	?	
Mãe do avô paterno	Gertrudes Maria de Jesus	?	?	
Paí da avô paterna	Inácin Inês da Câmara	?	Ilha da Madeira, Portugal	
Mãe da avô paterna	Maria Escolástica Leme	ca. 1769	São José dos Pinhais-PR	
Paí do avô materno	Manuel Gonçalves de Araújo	1785	Lapa-PR	
Mãe do avô materno	Maria Matilde de Castilho	1788	Lapa-PR	
Paí da avô materna	?	?	?	
Mãe da avô materna	?	?	?	

Tabela 37 - Tabela de ancestrais de Pedro Correa de Mello.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Christina de Almeida	?	Campos Novos-SC	
Pai	Joaquim de Almeida Fogaça	ca. 1818	Castro-PR	
Mãe	Teodora Maria Gonçalves	1838	Campos Novos-SC	
Avô paterno	Lourenço de Almeida Fogaça	ca. 1801	Sorocaba-PR	
Avó paterna	Rita Maria de Jesus	ca. 1804	Castro-PR	
Avô materno	João Gonçalves de Araújo	1807	Lapa-PR	
Avó materna	Maria Francisca Garcia	?	?	
Pai do avô paterno	Lourenço de Almeida Seabra	1747	Sorocaba-PR	
Mãe do avô paterno	Anna Maria Fogaça	ca. 1757	Sorocaba-PR	
Pai da avó paterna	Joaquim Barbosa do Rego	ca. 1772	Castro-PR	
Mãe da avó paterna	Ismênia Antonia de Ávila	1783	Castro-PR	
Pai do avô materno	Manuel Gonçalves de Araújo	1785	Lapa-PR	
Mãe do avô materno	Maria Matilde de Castilho	1788	Lapa-PR	
Pai da avó materna	?	?	?	
Mãe da avó materna	?	?	?	

Tabela 38 - Tabela de ancestrais de Christina de Almeida.

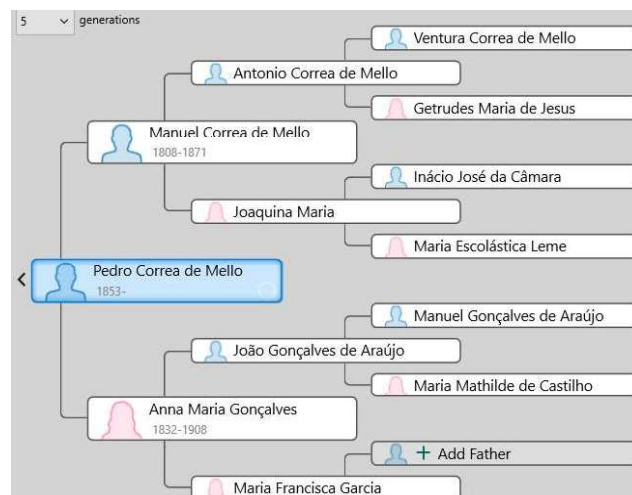


Figura 40 - Árvore genealógica de Pedro Correa de Mello.

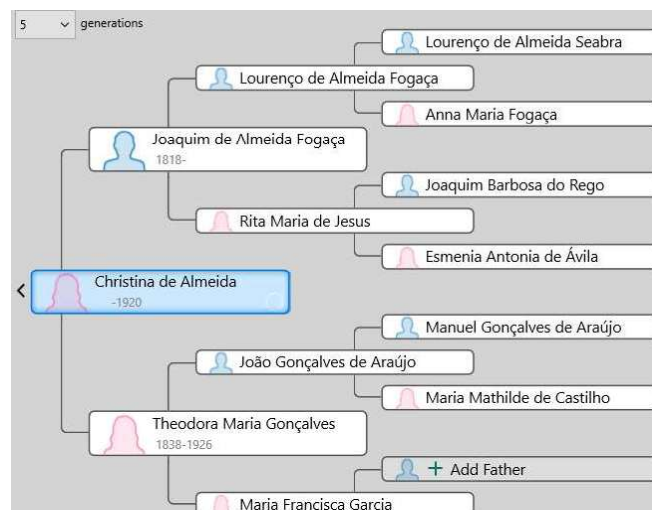


Figura 41 - Árvore genealógica de Christina de Almeida.

5.2.21. Possidônio Gonçalves de Brito e Rosa Maria de Meira

Uma das pessoas que morreu no cargo, Possidônio Gonçalves de Brito era curitibano, nascido em 1817, filho de Joaquim Gonçalves e Anna Maria. Casou ainda em Curitiba com Rosa Maria de Meira, também curitibana, filha de Antonio Cortes de Oliveira e Maria Pereira. Morreu no ano de 1887.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Possidônio Gonçalves de Brito	1817	Curitiba-PR	
Pai	Joaquim Gonçalves	?	?	
Mãe	Anna Maria	?	?	
Avô paterno	Bibiano Francisco Xavier	?	Paranaguá-PR	
Avó paterna	Francisca de Paula	?	Curitiba-PR	
Avô materno	Francisco José da Silva	?	?	
Avó materna	Francisca de Paula	?	?	
Pai do avô paterno	Christóvão Pereira Nunes	?	Paranaguá-PR	
Mãe do avô paterno	Quitéria Gonçalves	?	Paranaguá-PR	
Pai da avó paterna	Antonio Lourenço de Brito	?	Friestas, Valença, Portugal	
Mãe da avó paterna	Maria dos Passos de Almeida	?	Curitiba-PR	
Pai do avô materno	?	?	?	
Mãe do avô materno	?	?	?	
Pai da avó materna	?	?	?	
Mãe da avó materna	?	?	?	

Tabela 39 - Tabela de ancestrais de Possidônio Gonçalves de Brito.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Rosa Maria de Meira	ca. 1820	Curitiba-PR	
Pai	Antonio Cortes de Oliveira	?	?	
Mãe	Maria Pereira	?	?	
Avô paterno	Antonio Cardoso de Leão	1744	Curitiba-PR	
Avó paterna	Maria Cortes de Oliveira	?	?	
Avô materno	Inácio José Pereira de Almeida	?	?	
Avó materna	Isabel Meira	1765	Curitiba-PR	
Pai do avô paterno	Domingos Cardoso de Leão	1711	Curitiba-PR	
Mãe do avô paterno	Inês Velloso de Farias	1720	Curitiba-PR	
Pai da avó paterna	Manuel Gomes de Oliveira	?	Chavão, Barcelos, Portugal	
Mãe da avó paterna	Quitéria de Siqueira	1726	Curitiba-PR	
Pai do avô materno	Antonio Pereira de Almeida	?	Curitiba-PR	
Mãe do avô materno	Quitéria Pereira de Lima	?	Taubaté-SP	
Pai da avó materna	Antonio de Meira Collaço	1741	Curitiba-PR	
Mãe da avó materna	Maria de Oliveira Side	?	Curitiba-PR	

Tabela 40 - Tabela de ancestrais de Rosa Maria de Meira.

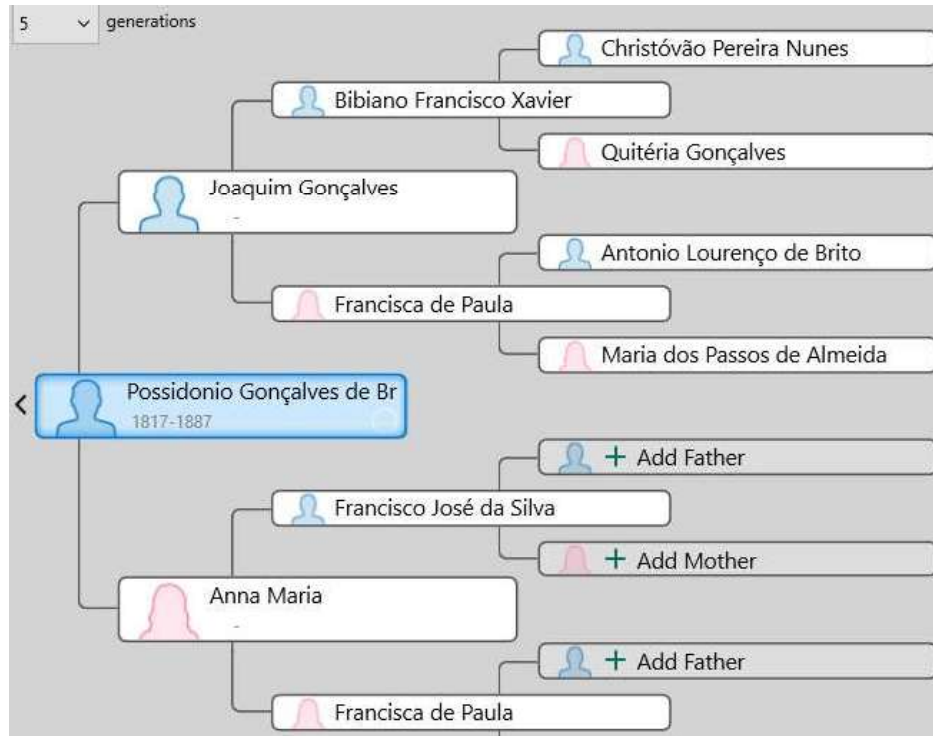


Figura 42 - Árvore genealógica de Possidônio Gonçalves de Brito.

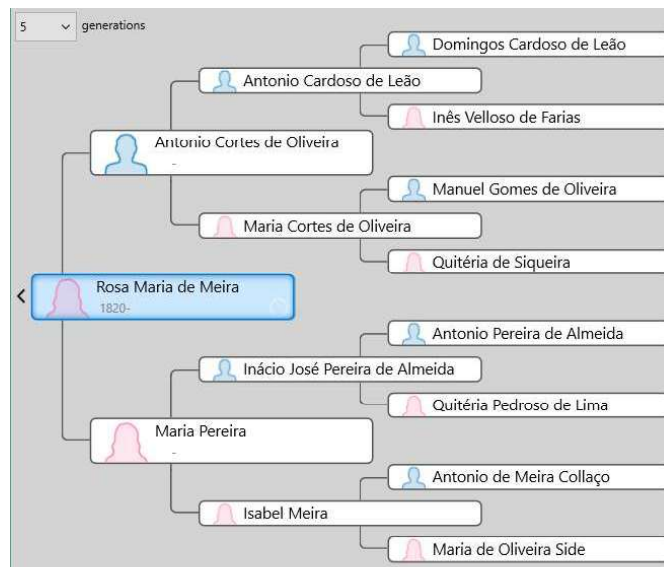


Figura 43 - Árvore genealógica de Rosa Maria de Meira.

5.2.22. Ramiro Antonio de Oliveira e Maria Alves de Oliveira

Ramiro Antonio de Oliveira foi um dos poucos vereadores gaúchos. Nascido por volta de 1850, era filho de Antonio de Oliveira e Maria Inácia de Mello e casou com Maria Alves de Oliveira, natural de Santo Antônio da Patrulha, no norte do Rio Grande do Sul, filha de Manuel Figueiredo de Mendonça e Germana Alves da Conceição.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Ramiro Antonio de Oliveira	ca. 1850	?	
Pai	Olivério Antonio da Silva	?	?	
Mãe	Maria Inácia de Mello	?	?	
Avô paterno	?	?	?	
Avó paterna	?	?	?	
Avô materno	?	?	?	
Avó materna	?	?	?	
Pai do avô paterno	?	?	?	
Mãe do avô paterno	?	?	?	
Pai da avó paterna	?	?	?	
Mãe da avó paterna	?	?	?	
Pai do avô materno	?	?	?	
Mãe do avô materno	?	?	?	
Pai da avó materna	?	?	?	
Mãe da avó materna	?	?	?	

Tabela 41 - Tabela de ancestrais de Ramiro Antonio de Oliveira.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Maria Alves de Oliveira	ca. 1850	Santo Antônio da Patrulha-RS	
Pai	Manuel Figueiredo de Mendonça	?	Santo Antônio da Patrulha-RS	
Mãe	Germana Alves da Conceição	1818	Mostardas-RS	
Avô paterno	Manuel Mathias de Mendonça	?	?	
Avó paterna	Helena Firma Monteiro	?	?	
Avô materno	Antonio Álvares da Silva	?	Laguna-SC	
Avó materna	Anna Joaquina	?	Mostardas-RS	
Pai do avô paterno	?	?	?	
Mãe do avô paterno	?	?	?	
Pai da avó paterna	?	?	?	
Mãe da avó paterna	?	?	?	
Pai do avô materno	Bonifácio Álvares	?	?	
Mãe do avô materno	Rita Maria da Silva	?	?	
Pai da avó materna	Antonio Vaz da Silva	1759	Rio Grande-RS	
Mãe da avó materna	Paulina Joaquina da Visitação	?	Viana do Castelo, Portugal	

Tabela 42 - Tabela de ancestrais de Maria Alves de Oliveira.

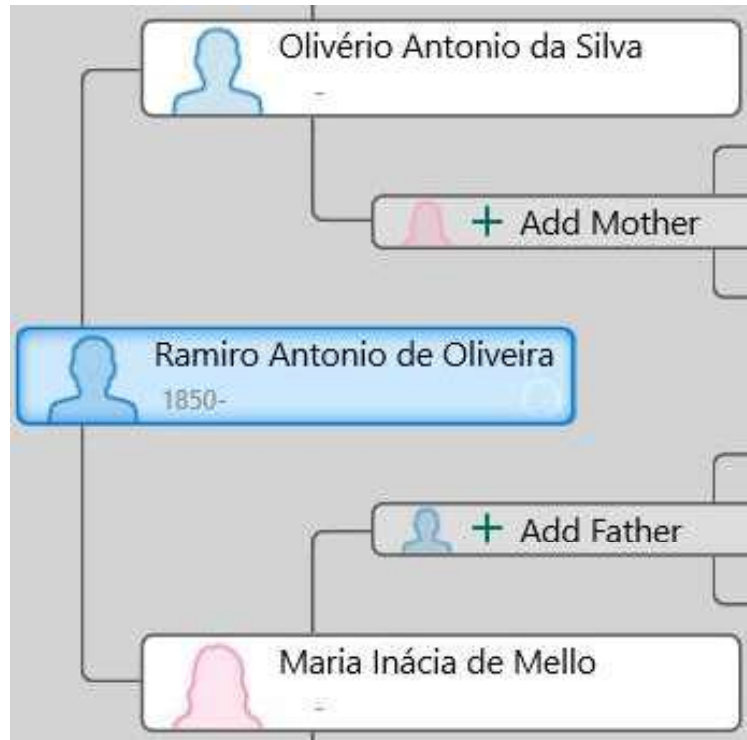


Figura 44 - Árvore genealógica de Ramiro Antonio de Oliveira.

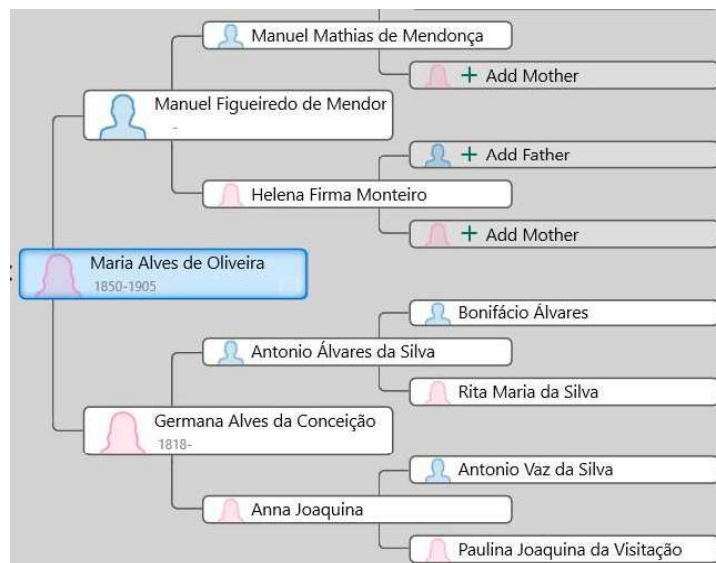


Figura 45 - Árvore genealógica de Maria Alves de Oliveira.

5.2.23. Tomás Gonçalves Padilha e Bernardina Correa

Natural de Campos Novos, Tomás Gonçalves Padilha nasceu por volta de 1868, filho de José Gonçalves Padilha e Maria Francisca Garcia, ele lapeano e ela camponovense. Por sua mãe, era neto de João Gonçalves de Araújo, descrito pela historiografia local como descobridor de Campos Novos.

Era casado com a prima Bernardina Correa, nascida em 1863, filha de Manuel Correa de Mello e Anna Maria Gonçalves – portanto, irmã de Pedro Correa de Mello, também vereador.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Tomás Gonçalves Padilha	ca. 1868	Campos Novos-SC	
Pai	José Gonçalves Padilha	1838	Lapa-PR	
Mãe	Maria Francisca Garcia	ca. 1838	?	
Avô paterno	Antonio Gonçalves Padilha	ca. 1801	Lapa-PR	
Avó paterna	Florisbella Mathildes Pimentel	ca. 1812	?	
Avô materno	João Gonçalves de Araújo	1807	Lapa-PR	
Avó materna	Maria Francisca Garcia	?	?	
Pai do avô paterno	Manuel Padilha	?	Lapa-PR	
Mãe do avô paterno	Florinda Rodrigues	?	Lapa-PR	
Pai da avó paterna	Francisco Gonçalves Padilha	?	?	
Mãe da avó paterna	Bárbara Rodrigues de França	1782	Curitiba-PR	
Pai do avô materno	Manuel Gonçalves de Araújo	1785	Lapa-PR	
Mãe do avô materno	Maria Matilde de Castilho	1788	Lapa-PR	
Pai da avó materna	?	?	?	
Mãe da avó materna	?	?	?	

Tabela 43 - Tabela de ancestrais de Tomás Gonçalves Padilha.

	Nome	Ano de nascimento	Local	Observação
Pessoa	Bernardina Correa	ca. 1863	Campos Novos-SC	
Pai	Manuel Correa de Mello	1808	São José dos Pinhais-PR	
Mãe	Anna Maria Gonçalves	ca. 1832	Campos Novos-SC	
Avô paterno	Antonio Correa de Mello	?	Florianópolis-SC	
Avó paterna	Joaquina Maria	1784	São José dos Pinhais-PR	
Avô materno	João Gonçalves de Araújo	1807	Lapa-PR	
Avó materna	Maria Francisca Garcia	?	?	
Pai do avô paterno	Ventura Correa de Mello	?	?	
Mãe do avô paterno	Gertrudes Maria de Jesus	?	?	
Pai da avó paterna	Inácio José da Câmara	?	Ilha da Madeira, Portugal	
Mãe da avó paterna	Maria Escolástica Leme	ca. 1769	São José dos Pinhais-PR	
Pai do avô materno	Manuel Gonçalves de Araújo	1785	Lapa-PR	
Mãe do avô materno	Maria Matilde de Castilho	1788	Lapa-PR	
Pai da avó materna	?	?	?	
Mãe da avó materna	?	?	?	

Tabela 44 - Tabela de ancestrais de Bernardina Correa.

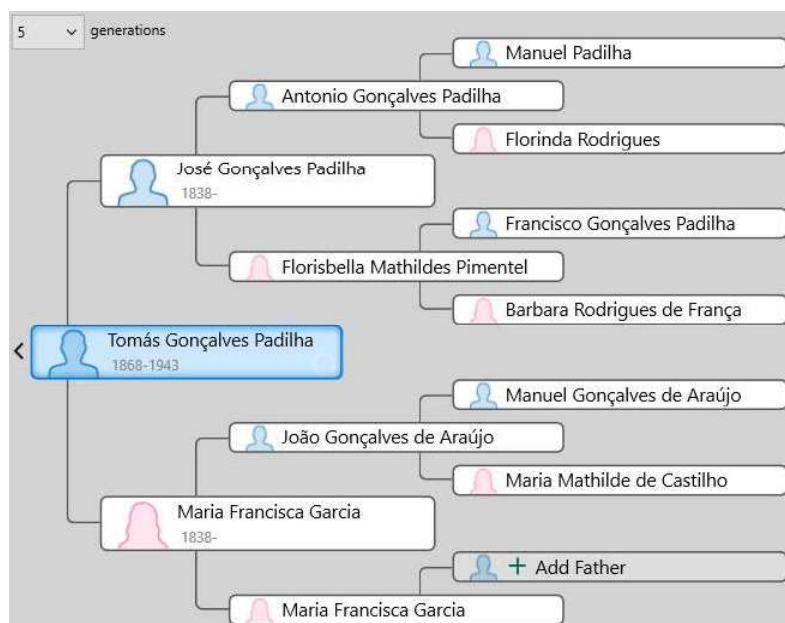


Figura 46 - Árvore genealógica de Tomás Gonçalves Padilha.

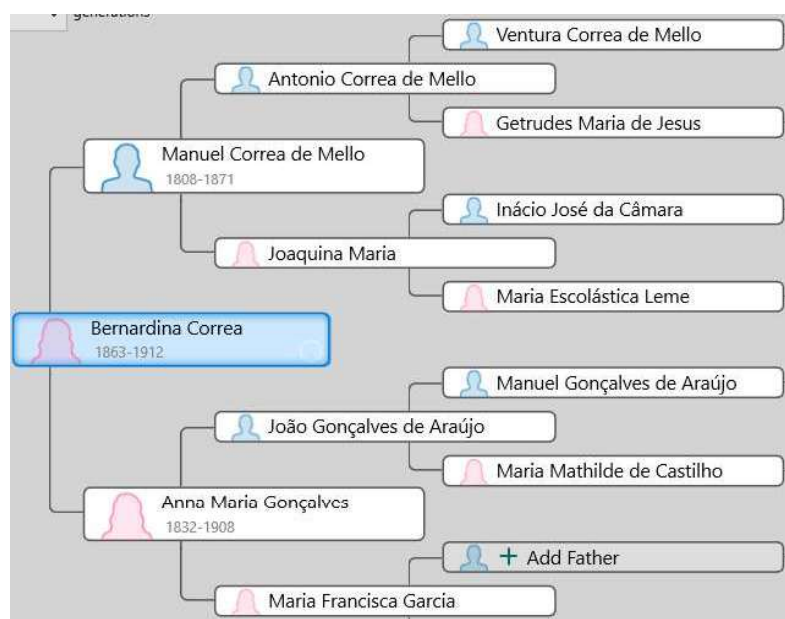


Figura 47 - Árvore genealógica de Bernardina Correa.

6. A ANÁLISE DOS PARENTESCOS

6.1. Análise quantitativa

6.1.1. Método de análise e categorias

Com o uso do Claude, ferramenta baseada em inteligência artificial generativa, foi possível analisar o parentesco entre as pessoas. Se tratando de 23 pessoas (das quais são solteiras), são 42 pessoas para comparação, totalizando 41 relações de cada camarista-base⁴⁰. As relações genealógicas foram divididas em seis categorias diferentes:

- **Sem relação genealógica:** como o nome evidencia, se trata de pessoas em que não há nenhum parentesco – seja genealógico, seja por casamento. Um exemplo disto é Henrique Rupp, que não tem nenhuma relação genealógica;
- **Parente consanguíneo com outro camarista:** quando um camarista tem parentesco sanguíneo com outro, diretamente, não através de casamento ou esposas. Exemplos disto estão na família Alves de Carvalho: João, Francisco e Lucas Alves de Carvalho são irmãos;
- **Esposa tem parentesco consanguíneo com camarista:** quando a esposa de um camarista tem parentesco com outro camarista, como no caso de Felisbino Antonio de Souza: sua esposa, Virgínia Emília da Silva, tem parentesco sanguíneo com Manuel Ferreira da Silva Farrapo e Francisco Pinheiro da Silva;
- **Parentesco consanguíneo com esposa de outro camarista:** quando um camarista tem parentesco consanguíneo com a esposa de outro. É a única relação de Antonio Gomes de Campos com os demais: ele é irmão de Etelvina Gomes de Campos, esposa de João Thibes;
- **Esposas parentes entre si:** como uma das premissas deste trabalho é considerar o parentesco por casamento, será considerado algum tipo de relação quando as esposas de ambos os camaristas forem parentes entre si. A esposa de Felisbino Antonio de Souza tem relação genealógica com Antonia Pinheiro da Silva, Maria Pinheiro da Silva e Ambrosina Ferreira de Almeida;
- **Múltiplas relações:** usado para categorizar quando há mais de uma relação das citadas acima.

A análise dos resultados nos leva à seguinte tabela:

⁴⁰ CAMARISTA. In: Dicionário Online Aulete. Disponível em: <<https://www.aulete.com.br/camarista>>.

Camarista	Sem relação genealógica	Parente consanguíneo com outro camarista	Esposa tem parentesco consanguíneo com camarista	Parentesco consanguíneo com esposa de outro camarista	Esposas são parentes entre si	Múltiplas relações	Total com parentesco
Antonio Gomes de Campos	21	0	0	1	0	0	1
Felisbino Antonio de Souza	14	0	3	0	3	2	8
Fidélis José de Oliveira Preto	14	2	1	2	0	3	8
Francisco Alves de Carvalho	11	2	0	1	2	6	11
Francisco Crescêncio Fagundes	13	1	2	1	2	3	9
Francisco Ferreira de Almeida	14	0	0	0	0	8	8
Francisco Pinheiro da Silva	14	2	2	1	0	3	8
Francisco Rodrigues de Almeida	12	0	0	4	3	3	10
Henrique Rupp	22	0	0	0	0	0	0
Joaquim Alves Fagundes	18	1	2	1	0	0	4
Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	21	0	0	1	0	0	1
Jorge Ricardo da Silva	13	0	0	0	0	9	9
João Alves de Carvalho	19	2	1	0	0	0	3
João Thibes	20	0	0	1	0	1	2
Lucas Alves de Carvalho	15	2	1	1	1	2	7
Lucidório Luiz de Mattos	21	0	0	0	0	1	1
Manuel Ferreira da Silva Farrepa	12	2	2	0	2	4	10
Marcos Gonçalves de Farias	21	0	0	1	0	0	1
Pedro Carlos Stephanes	21	0	0	0	0	1	1
Pedro Correa de Mello	18	0	0	1	1	2	4
Possidônio Gonçalves de Brito	22	0	0	0	0	0	0
Ramiro Antonio de Oliveira	22	0	0	0	0	0	0
Tomás Gonçalves Padilha	20	0	0	0	0	2	2
Valor absoluto:	398	14	14	16	14	50	108
Valor relativo (%):	78,656	2,767	2,767	3,162	2,767	9,881	21,344

Tabela 45 - Análise de parentescos.

De um total de 523 relações interpessoais, foi possível encontrar algum tipo de relação em 108 casos – um total de 21,344%, totalizando pouco mais de um quinto das relações. Algumas pessoas se destacam por não terem nenhum tipo de relação, como Henrique Rupp, que era estrangeiro (assim como sua esposa) e Ramiro Antonio de Oliveira, que veio para Campos Novos já casado e Possidônio Gonçalves de Brito, que também veio já casado.

Nesta análise, é possível conferir a complexidade das relações genealógicas: depois da categoria “sem relação genealógica”, a categoria mais comum é “múltiplas-relações”, ocorrendo 50 vezes, mostrando que os parentescos por consanguinidade e casamentos eram misturados e muitos comuns. Depois disso, o mais comum era o parentesco com a esposa de outro camarista, ocorrendo 16 vezes e, por fim, empatados com 14 ocorrências nas demais categorias.

No entanto, a análise estatística pode ser feita de forma mais lapidada. Se o objetivo é entender a análise de parentesco entre tais pessoas que viveram em Campos Novos, é possível fazer uma análise excluindo quem já veio casado de outra cidade. Nestes casos, a chance de haver parentesco é menor. Excluindo, portanto, da contagem, o estrangeiro Henrique Rupp e os forasteiros Possidônio e Ramiro, os resultados são levemente distintos.

Camarista	Sem relação genealógica	Parente consanguíneo com outro camarista	Esposa tem parentesco consanguíneo com camarista	Parentesco consanguíneo com esposa de outro camarista	Esposas são parentes entre si	Múltiplas relações	Total com parentesco
Antonio Gomes de Campos	21	0	0	1	0	0	1
Felício Antonio de Souza	14	0	3	0	3	2	8
Fidélis José de Oliveira Preto	14	2	1	2	0	3	8
Francisco Alves de Carvalho	11	2	0	1	2	6	11
Francisco Crescêncio Fagundes	13	1	2	1	2	3	9
Francisco Ferreira de Almeida	14	0	0	0	0	8	8
Francisco Pinheiro da Silva	14	2	2	1	0	3	8
Francisco Rodrigues de Almeida	12	0	0	4	3	3	10
Joaquim Alves Fagundes	18	1	2	1	0	0	4
Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	21	0	0	1	0	0	1
Jorge Ricardo da Silva	13	0	0	0	0	9	9
João Alves de Carvalho	19	2	1	0	0	0	3
João Thibes	20	0	0	1	0	1	2
Lucas Alves de Carvalho	15	2	1	1	1	2	7
Lucidório Luiz de Mattos	21	0	0	0	0	1	1
Manuel Ferreira da Silva Farrapo	12	2	2	0	2	4	10
Marcos Gonçalves de Farias	21	0	0	1	0	0	1
Pedro Carlos Stephanes	21	0	0	0	0	1	1
Pedro Correa de Mello	18	0	0	1	1	2	4
Tomás Gonçalves Padilha	20	0	0	0	0	2	2
Valor absoluto:	332	14	14	16	14	50	108
Valor relativo (%):	75,455	3,182	3,182	3,636	3,182	11,364	24,545

Tabela 46 - Análise de resultados lapidada.

Nesta nova análise, podemos ver que em 108 (um quarto) das relações, há algum tipo de parentesco, novamente se destacando as “múltiplas-relações”. A quantidade relativa de relações genealógicas consanguíneas entre camaristas continua baixa, porém a análise conjunta, das múltiplas relações, mostra a importância do parentesco por casamento.

6.2. Análise qualitativa

6.2.1. Os filhos de Rita e a escravidão

Ao analisar as listas de ancestrais das pessoas aqui citadas, um nome salta aos olhos, sendo ancestral de 11 pessoas distintas: Rita Joaquina de Jesus.

Aos 27 de junho de 1798, se casaram na paróquia de Castro/PR Joaquim Pinheiro da Silva e Rita Joaquina de Jesus. Residiam no bairro da Ponta Grossa⁴¹, onde morreu o marido Joaquim em 18 de fevereiro de 1805. No inventário, autuado no primeiro semestre de 1805, constam como bens:

Quatorze éguas, cada uma avaliada em dois mil réis, somando um valor de 28\$000; Quatro éguas, cada uma avaliada em mil e seiscentos réis, somando um valor de 6\$400; Um cavalo pastor avaliado em 6\$000; Um cavalo manso avaliado em 8\$000; Dois cavalos, cada um avaliado em sete mil réis, somando um valor de 14\$000; Um cavalo muito velho avaliado em 2\$000; Dezoito ovelhas, cada uma avaliada a seiscentos réis, somando um valor de 10\$800; Dezoito vacas mansas, avaliadas em 28\$800; Uma vaca avaliada em 1\$000.

⁴¹ Atualmente, é o município paranaense de Ponta Grossa.

Os bens foram avaliados em 99 mil réis, mas as dívidas eram maiores: 156 mil e 340 réis. Rita, que tinha os filhos Antonio, Isaías e Francisco (e mais Margarida, a caminho), passou apuros. No maço de população de Castro do ano seguinte, consta que a família dependia de esmolas para a sobrevivência:

13	Rita Joaquina	23	U.	B.	Libre de esmolas
	Isaias	24	U.	B.	
	Francisco	25	U.	B.	
	Antonio	26	U.	B.	
	Margarida	27	U.	B.	

Figura 48 - Maço da população de Castro de 1806.

No entanto, em 1808 Rita casa com Bento da Rocha Carvalhaes, alterando drasticamente sua condição financeira. Desde então, foi grande possuidora de escravizados, chegando a ser, junto com o marido, senhora de 10 almas no começo da década de 1820. É possível considerar este segundo casamento de Rita como estratégia de sobrevivência – que levou de viver de esmolas a ser senhora de escravizados.

Escravizados presentes no lar de Rita Joaquina de Jesus - 1809 a 1835								
1809	1811	1812	1816	1820	1822	1824	1825	1835
José	José	José	Gonçalo	Gonçalo	Gonçalo	Gonçalo	Gonçalo	José
Gonçalo	Gonçalo	Gonçalo	Joaquim	Joaquim	Joaquim	Joaquim	João	Cândida
Joaquim	Joaquim	Joaquim	David	David	David	João	Roberto	Josefa*
Josefa	David	David	Francisca	João	João	Josefa	Margarida	Francisca*
Francisca	Josefa	Josefa	Josefa	Josefa	Josefa	Francisca	Josefa	
	Francisca	Francisca		Francisca	Francisca	Rita	Francisca	
				Rita	Rita	Ana	Cândida	
				Ana	Ana	Cândida		
				Cândida	Cândida	Margarida		
				Margarida	Margarida			

*Livres residentes como agregadas

Tabela 47 - Escravizados de Rita Joaquina de Jesus entre 1809 e 1835.

A sua ascensão financeira permitiu aos filhos Antonio Ferreira da Silva, Francisco Ricardo da Silva, Margarida Ferreira da Silva e Isaías Pinheiro da Silva terem maior prestígio social – e como consequência, seus descendentes terem maior participação na câmara

municipal. Ao falecer, Antonio era senhor de nove escravizados, Francisco de cinco, Margarida e Isaías de mais ao menos cinco⁴².

Adoto a tese de que é impossível pensar nas elites do Brasil imperial (ao menos nas áreas de colonização mais antiga, que se deu com base na escravidão) sem pensar em sua relação com a escravidão. Sobre isso, Needell diz (2006, p. 5)⁴³:

Certas conclusões salientes deste estudo podem ser listadas brevemente. Primeiro, que a elite política emergente por volta de 1837 era parte integrante das elites socioeconômicas que presidiam a agricultura e o comércio associados à escravidão africana e aos produtos de exportação tropicais. A literatura até hoje debate a relação entre os quadros do Estado e as elites socioeconômicas, com estudiosos importantes defendendo uma distinção relevante entre os dois e outros sustentando que o Estado era mero instrumento das elites. Será demonstrado aqui que os estadistas mais significativos estavam intimamente ligados aos fazendeiros e comerciantes; no entanto, será também demonstrado que eles articularam uma visão de Estado que, embora falasse aos interesses mais amplos de seus parentes e amigos, ia muito além deles em direção a uma concepção da sociedade brasileira e de sua capacidade e futuro nacionais. A força do Estado que eles articularam e construíram permitiu uma autonomia de ação definida, mesmo contra os interesses da elite, o que levou ao próprio conflito central para a análise aqui desenvolvida. Em segundo lugar, será argumentado que a fração

⁴² O inventário de Isaías tem folhas faltantes, sendo ali possível identificar três – e mais dois sendo identificados na descrição do dito inventário feita por Paulo Blasi.

⁴³ Tradução do original: *Certain salient conclusions of this study may be listed briefly. First, that the political elite emergent by 1837 was part and parcel of the socio-economic elites presiding over agriculture and commerce associated with African slavery and tropical export staples. The literature to date debates the relationship between state cadres and the socio-economic elites, with significant scholars urging an important distinction between the two and others claiming that the state was a mere tool of the elites. It will be shown here that the most significant statesmen were intimately related to the planters and merchants; however, it will also be shown that they articulated a vision of the state which, while speaking to the larger interests of their kinsmen and friends, went far beyond them towards a view of Brazilian society and its national capacity and future. The strength of the state that they articulated and constructed allowed for a definite autonomy of action, even against elite interests, which led to the very conflict central to the analysis here.*

Second, it will be argued that the political elite fraction that emerged as dominant in the leadership of the Party of Order had left behind the decentralizing, more democratic potential of the liberalism of the era 1822–1834 and adapted a reactionary ideology in response to the continued centrality and expansion of a slavery-based export economy and the destabilizing events of the Regency, when subaltern violence, provincial secessionism, and intense elite competition for local and national state power threatened the social order and the nation state. The elite fraction at issue articulated this ideology while simultaneously organizing the Party of Order in the Chamber of Deputies and in the Province of Rio de Janeiro, where its leadership had both an established socio-economic and familial base in the old planting lowland region and personal contacts among the pioneers of the emergent coffee frontier in the highlands. While some of this has often been accepted in the literature, the way in which this occurred, both ideologically and in terms of party organization, has been only partially explored, and that only at the level of intellectual and political debate and the obvious linkage between two or three key statesmen and highland coffee planters. The overwhelming significance of the lowland and Rio elites and their political representatives has been forgotten or unremarked.

While some of this has often been accepted in the literature, the way in which this occurred, both ideologically and in terms of party organization, has been only partially explored, and that only at the level of intellectual and political debate and the obvious linkage between two or three key statesmen and highland coffee planters. The overwhelming significance of the lowland and Rio elites and their political representatives has been forgotten or unremarked.

da elite política que emergiu como dominante na liderança do Partido da Ordem havia deixado para trás o potencial descentralizador e mais democrático do liberalismo do período 1822–1834 e adotado uma ideologia reacionária em resposta à centralidade contínua e à expansão de uma economia exportadora baseada na escravidão e aos eventos desestabilizadores da Regência, quando a violência subalterna, o secessionismo provincial e a intensa competição entre elites pelo poder estatal local e nacional ameaçavam a ordem social e o Estado nacional. A fração da elite em questão articulou essa ideologia ao mesmo tempo em que organizava o Partido da Ordem na Câmara dos Deputados e na Província do Rio de Janeiro, onde sua liderança possuía tanto uma base socioeconômica e familiar estabelecida na antiga região planaltina de baixada quanto contatos pessoais entre os pioneiros da emergente fronteira cafeeira na serra. (...) Embora parte disso tenha sido frequentemente aceita na literatura, a maneira como isso ocorreu — tanto ideologicamente quanto em termos de organização partidária — foi apenas parcialmente explorada, e somente no nível do debate intelectual e político e da ligação evidente entre dois ou três estadistas-chave e os fazendeiros de café da serra. O peso avassalador das elites da baixada e do Rio de Janeiro e de seus representantes políticos tem sido esquecido ou ignorado.

A condição de donos de escravizados se mostra mais importante que a relação genealógica – ao menos a de sangue. A tabela 48, a seguir, exemplifica. Listei as 15 pessoas com mais descendentes na lista de camaristas e esposas – e foi possível concluir que, das 15, doze foram senhores/as de escravos⁴⁴. O único que não foi possível encontrar evidência da propriedade de cativos foi João Gonçalves de Araújo, casado com Maria Francisca Garcia.

A pesquisa nos registros paroquiais de Lages não mostrou registro de batismo ou casamento de nenhum escravizado de João ou sua esposa, os maços populacionais do núcleo familiar dos pais de João Gonçalves de Araújo, quando ainda residia em Lapa/PR, não mostrou escravizados e o inventário da esposa, Maria Francisca Garcia, não tinha cativos como bens.

⁴⁴ Para fins desta representação gráfica, foram considerados como senhores/as as esposas e filhos menores de quem era o real proprietário.

Nome	Número descendentes entre camaristas e esposas	Tinha escravizados?
Rita Joaquina de Jesus	11	Sim
Joaquim Pinheiro da Silva	10	Sim
Bernardina Ferreira de Jesus	8	Sim
Marcelo Antunes Maciel	8	Sim
Cristóvão da Silva Rosa	6	Sim
Teodora Pinheiro	6	Sim
José Antonio de Oliveira	5	Sim
Quitéria Angela Maria	5	Sim
Carlos José de Oliveira	5	Sim
Clara Maria de Jesus	5	Sim
Anna Maria Vieira	5	Sim
Francisco José de Almeida	5	Sim
Francisco Inácio de Almeida	5	Sim
Ana Joaquina Rodrigues	5	Sim
João Gonçalves de Araújo	5	Não foi possível determinar

Tabela 48 - Ascendentes dos camaristas e esposas e sua relação com a escravidão.

6.2.2. Matrimônio e alianças políticas

As alianças políticas por meio do matrimônio são um assunto muito estudado. Alguns exemplos são as obras de Tavares da Silva (2025) e Vidotte (2025).

Vidotte (2025, p. 67) diz, sobre a importância dos matrimônios como ferramenta política na Idade Média:

Dentro desse contexto, Isabel de Castela e seu irmão Alfonso eram descendentes de alianças matrimoniais que reforçavam essa lógica política. Ambos eram filhos do segundo casamento de Juan II de Castela com Isabel de Portugal, enquanto Enrique IV, seu meio-irmão e rei de Castela, era fruto da primeira união do monarca com Maria de Aragão. Enrique IV seguiu a tradição dinástica ao contrair matrimônio com Branca de Navarra e, posteriormente, com Joana de Portugal. No entanto, à medida que Isabel se consolidava como herdeira do trono castelhano, as tratativas para seu casamento ultrapassaram os limites da Península Ibérica, tornando-se um fator de interesse nas disputas franco-inglesas no contexto do pós-Guerra dos Cem Anos (1337-1453). O fim do conflito entre França e Inglaterra teve impactos diretos nas relações diplomáticas dos reinos ibéricos. A França, sob o reinado de Luís XI, buscava expandir sua influência e impedir a consolidação de alianças que favorecessem a Inglaterra, enquanto os ingleses, enfraquecidos pela guerra, tentavam manter relações estratégicas na Península Ibérica. Diante desse cenário, o casamento de Isabel tornou-se um ponto central nas negociações entre Castela e outras potências europeias. Uma das propostas mais relevantes nesse sentido veio do próprio Luís XI, que ofereceu a mão de seu irmão, Carlos, duque de Guyenne, à infanta castelhana. A união visava fortalecer os laços entre França e Castela, afastando esta última de alianças com Aragão ou Portugal. Caso tivesse sido concretizada, essa aliança poderia ter redesenhado o equilíbrio de poder na Europa ocidental, fortalecendo a hegemonia francesa e limitando a influência inglesa. No entanto, a proposta

encontrou resistência dentro da nobreza castelhana, que temia a subordinação de Castela aos interesses franceses, e foi descartada, em grande parte, pela própria hesitação de Isabel, que buscava garantir sua independência política.

No entanto, esta política de alianças políticas por meio de casamento não é limitada ao período medieval. Na tese “Nas sombras das Araucárias: indígenas e colonizadores nas fronteiras do Paraná (1808-1900)”, Daniele Weigert fala sobre as alianças por meio matrimonial na região dos Campos de Palmas – vizinho aos Campos de Lages – no século XIX. Ela cita a importância de casamentos como alianças com povos indígenas. Ao falar sobre “desertores”, brasileiros que, atraídos pelo sucesso de assaltos realizados por indígenas, abandonaram a sociedade branca para se unir aos nativos nos sertões, dizendo (2020, p. 198):

Fugitivos ou não, os aventureiros, que se fixaram em áreas isoladas, eram importantes intermediários, pois a presença deles, em territórios indígenas, favorecia o avanço colonizador, sendo eles próprios o que José de Souza Martins (2014, p. 138) classifica como "frente de expansão", ou seja, eram os que migravam primeiro, abrindo as fronteiras para a frente pioneira, que avançava logo atrás. Para se fixar no sertão Kaingang, contudo, esses "desertores" da sociedade civil teriam que contar com a anuência de chefes indígenas. Nesse sentido, enlances matrimoniais com Kaingang eram alianças consistentes, que garantiam a permanência e geravam crianças mestiças, as quais também se tornavam importantes intermediárias das relações com a sociedade não-indígena. Esses arranjos, muitas vezes ocultados pelas fontes, foram essenciais ao avanço colonizador, e também para selar acordos importantes, evitar sangrentos embates e extermínios de Kaingang dos sertões. Dessa forma, um grupo de marginalizados, compelidos por diversos motivos às fronteiras, foram os responsáveis por selar alianças, as quais favoreciam o avanço da elite campeira. Aos primeiros fazendeiros, que buscavam fundar suas fazendas em Palmas, todavia, havia outra forma de estabelecer vínculos diretos, incluindo outros tipos de relações, como a estabelecida pelo compadrio.

E matrimônios que resultam em ascensão social, que podem ser pensados (ou não) como alianças, são comuns no próprio século XX. Na política catarinense, há a famosa união entre Irineu Bornhausen e Marieta Konder, sendo a noiva de família tradicionalíssima e de oligarquia catarinense, dando origem a uma (breve) dinastia que teve dois governadores: Irineu e Jorge Bornhausen.

Os matrimônios como aliança, embora no caso citado de Irineu e Marieta seja mais ligado ao *macro* que ao *micro*, nos permite especular que parte desses casamentos entre membros da elite política camponovense fossem parte de uma estratégia de manutenção do poder. Um exemplo disto é citado por Carina Martiny, em São Sebastião do Caí/RS (Martiny, 2012), que fala sobre como a família Trein, de importância política, usou de matrimônios como

meio de manutenção de poder econômico (p. 104, 2012): “com essas uniões, as famílias envolvidas concentravam todo o capital econômico e simbólico que até então haviam acumulado nos novos casais que se formavam.”

É possível concluir que, tal qual em vários locais do Brasil, elites políticas camponovenses faziam alianças por meio de matrimônios – destacando-se Isaías Pinheiro da Silva, que teve duas das sete filhas casadas com camaristas.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho era investigar as relações genealógicas da elite política camponovense, do ínterim 1882-1891, período correspondente da fundação da município até a Constituição Catarinense de 1891. São possíveis várias conclusões dessa investigação, tanto quantitativas como qualitativas. No campo quantitativo, se conclui a grande importância das relações genealógicas para ascensão política: em cerca de 21% casos analisados, há alguma relação genealógica, ainda que nem sempre por sangue, mas também por matrimônio. Excluindo alguns *forasteiros*, este índice sobe para 24,54% – cerca de um quarto dos casos.

No campo qualitativo, é possível destacar a importância dos casamentos e sua potencial aliança política. Isto não é exclusivo da política camponovense: na política catarinense, em nível estadual, se destaca a união entre Irineu Bornhausen e Marieta Konder – que levou ao poder os Bornhausen, família de origem alemã que teve dois governadores catarinenses. Os próprios Konder se destacam parcialmente pelo casamento de Markus Konder, imigrante alemão, com a filha do coronel Flores, dando origem à dinastia Konder, que chega a primeira vez ao poder em 1926, com Adolfo Konder e tem seu último membro desocupando o governo catarinense em 1979, quando Antônio Carlos Konder Reis deixa o governo⁴⁵.

Outra conclusão importante é a centralidade de ter ancestrais de senhores de escravos para ocupar cargos da elite política (ou ser cônjuge de alguém ocupando tais cargos). Das 15 pessoas com mais descendentes nessa seleta lista, 14 tinham escravizados – se destacando Rita Joaquina de Jesus, que teve 11 descendentes entre os camaristas e esposas e chegou a ser senhora de 10 escravizados⁴⁶. Outras famílias, também ligadas à região dos Campos Gerais do Paraná e donas de escravos, aparecem várias vezes na lista de ancestrais de camaristas e esposas.

⁴⁵ Entre 1926 e 1983, os Konder e Bornhausen governaram durante 16 anos – 28% do tempo.

⁴⁶ Estes escravizados eram em parte propriedade de seu segundo marido Bento da Rocha Carvalhaes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A **VERDADE**: folha conservadora, litteraria, noticiosa e commercial [sic]. Laguna/SC, n. 137, 4 set. 1881. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=237965&pagfis=550>. Acesso em: 30 jun. 2026.

ABREU, Capistrano de. Capitanias hereditárias. In: **Capítulos da história colonial**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. p. 32-39. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/kp484/pdf/abreu-9788579820717-05.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2026.

ALMEIDA, Pedro Tavares de. **A Construção do estado Liberal. Elite Política e Burocracia na Regeneração (1851-1890)**. 1995. 484 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 1995. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/50e0f1cd80731ef1ebb3082e70dceef3/1?cbl=2026366&diss=y&pq-origsite=gscholar>. Acesso em 20 mai. 2025

ALVES, Alessandro Cavassin. A centralidade da família na composição do poder local em Paranaguá (1856-1889). **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 3, n. 1, p. 209-237, 2017.

ARQUIVO DO MUSEU DO JUDICIÁRIO CATARINENSE. **Inventário de Maria Assunção de Oliveira**. 1855. Notação: BR SC TJSC TRRJ-29687. Disponível em: <https://atom.tjsc.jus.br/index.php/br-sc-tjsc-trrj-29687>. Acesso em: 01 nov. 2025.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Ofícios das Superintendências, Intendências e Conselhos Municipais para o Governo**. 1892, fl. 110-142

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Maços de População de Castro/PR**. 1801. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CS2Q-73GL-V?i=2721&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. **Maços de População de Castro/PR**. 1816. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CS2Q-QSVB-Q?cat=koha%3A1124622&i=788&lang=pthttps://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CS2Q-QSFB-4?cat=1124622&i=1142&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. **Maços de População de Castro/PR**. 1822. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CS2Q-QSFB-4?cat=1124622&i=1142&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. **Maços de População de Lapa/PR**. 1828. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CS23-Y9JZ-L?cat=1124843&i=275&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. **Maços de População de Sorocaba/SP**. 1765. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSXD-PQQW-P?cat=1124513&i=4&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. **Maços de População de Sorocaba/SP**. 1805. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSXD-P3RN-2?cat=koha%3A1124513&i=2676&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. **Maços de População de Sorocaba/SP**. 1829. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CS2Q-4V42?cat=koha%3A1124513&i=1494&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

BAEPENDI (MG). Paróquia Nossa Senhora do Montserrat. **Livro de registro de batismos nº 13**, 1858-1860. Campanha: Arquivo Diocesano de Campanha-MG. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-YTV9-B?i=130&wc=MFKJ-P3D%3A1030404201%2C1030404202%2C1030525801&cc=2177296&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

BLASI, Paulo. **Campos Novos: um pouco de sua história**. Florianópolis: EDEME, 1994. 272 p.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 30 jun. 2026.

_____. **Lei de 1º de outubro de 1828**. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Rio de Janeiro, 1828. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html. Acesso em: 30 jun. 2026.

_____. **Decreto nº 50-A, de 7 de dezembro de 1889**. Dissolve a Ilma. Câmara Municipal e cria um Conselho de Intendência Municipal. Rio de Janeiro, 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-50-a-7-dezembro-1889-504462-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 jun. 2026.

BRASILEIRO, Ana Maria. **O Município como Sistema Político**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

CAMPOS, Adriano de. Oligarquias em disputa: Ramos x Konder. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, UFSC. 2017. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/issue/view/126>. Acesso em: 20 jun. 2026.

CAMPOS NOVOS. Prefeitura Municipal. **Ex-Prefeitos**. Disponível em: <https://camposnovos.sc.gov.br/pagina-1019/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

_____. Cartório de registro civil. **Livro de registro de óbitos 1º**, 1889-1914. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-X3DQ-NF6?view=index&cc=2016197&lang=pt&groupId=M9DX-XKH>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Cartório de registro civil. **Livro de registro de nascimentos nº 23**, 1928. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-X3ZS-GYN?cat=koha%3A474632&i=148&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia São João Batista. **Livro de registro de casamentos nº 1**, 1876-1909. Campos Novos: Arquivo paroquial. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-Y53M-H7?wc=MFKJ-KWL%3A1030425301%2C1030403302%2C1030495601%26cc%3D2177296&cc=2177296&lang=pt&i=0>. Acesso em: 01 nov. 2025.

CARDOSO, Carlos. Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: continuidades e rupturas (1910–1999). **Texto provisório apresentado no VIII Congresso**

Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16 a 18 set. 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/grupodiscussao5/CarlosCardoso.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

CASALI, Michele de O. **A Magistratura leiga e eletiva: os Juizes de Paz em Rio Pardo (1828-1850)**. 2018. 166 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/43517559/A_MAGISTRATURA_LEIGA_E_ELETIVA_OS_JU%C3%8DZES_DE_PAZ_EM_RIO_PARDO_1828_1850. Acesso em: 23 abr. 2025.

CASTRO (PR). Arquivo do Fórum. **Inventário de Antonio Alves de Carvalho**, 1859.

_____. Arquivo do Fórum. **Inventário de Joaquim Pinheiro da Silva**, 1805.

_____. Paróquia Sant'Ana. **Livro de registro de batismos s/n**, 1751-1795. Ponta Grossa/PR: Arquivo Diocesano de Ponta Grossa/PR. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/search/film/005702130?cat=olib%3A1483112&i=0>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Sant'Ana. **Livro de registro de batismos nº 1**, 1795-1809. Ponta Grossa/PR: Arquivo Diocesano de Ponta Grossa/PR. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/search/film/005702133?cat=olib%3A1483112&i=0>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Sant'Ana. **Livro de registro de batismos nº 2**, 1799-1811. Ponta Grossa/PR: Arquivo Diocesano de Ponta Grossa/PR. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/search/film/005702140?cat=olib:1483112>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Sant'Ana. **Livro de registro de batismos nº 3**, 1811-1817. Ponta Grossa/PR: Arquivo Diocesano de Ponta Grossa/PR. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/search/film/005702141?cat=olib:1483112>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Sant'Ana. **Livro de registro de casamentos nº 1**, 1794-1799. Ponta Grossa/PR: Arquivo Diocesano de Ponta Grossa/PR. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/search/film/005702632?cat=olib:1483112>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Sant'Ana. **Livro de registro de casamentos nº 2**, 1798-1817. Ponta Grossa/PR: Arquivo Diocesano de Ponta Grossa/PR. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/search/film/005702633?cat=olib:1483112>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Sant'Ana. **Livro de registro de casamentos nº 4**, 1824-1830. Ponta Grossa/PR: Arquivo Diocesano de Ponta Grossa/PR. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/search/film/005702834?cat=olib:1483112>. Acesso em: 01 nov. 2025.

CINTRA, Jorge Pimentel. Os limites das capitanias hereditárias do sul e o conceito de território. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 203-223, maio/ago. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/anaism/p/a/cN5btGRBgRxqhfbTs5N7Hj/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2026.

COLETTI, C. **Propriedade da terra e coronelismo no Brasil**. Revista Direito, v. 11, n. 16, p. 37-49, 2011.

COLVERO; RIBAS. Quem são eles? Uma prosopografia da elite política samborjense (1889-1964). **8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**. 2012.

COMISSOLI, Adriano. Os “homens bons” em seu nicho de poder: prosopografia dos oficiais da Câmara de Porto Alegre (1774-1794). **métis: História & Cultura**, [S. l.], v. 5, n. 10, 2011. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/803>. Acesso em: 23 abr. 2025.

CORPUS IURIS CANONICI. Liber Extra, Liber IV, De Consanguinitate et Affinitate. IntraText Digital Library, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: https://www.intratext.com/IXT/LAT0813/_P3F.HTM. Acesso em: 20 maio 2025.

CRISTO, Mirian Cristina Siqueira de. Manutenção Do Poder E Das Relações Clientelares Através Dos Casamentos Em Macaé: 1808 A 1888. **Pesquisa & Educação A Distância**, v. 8, p. 1-15, 2021.

CURITIBA (PR). Paróquia Nossa Senhora da Luz. **Livro de registro de batismos s/n**, 1728-1772. Curitiba: Arquivo Diocesano de Curitiba/PR. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939J-DNJK-9?view=index&cc=2177282&lang=pt&groupId=M9SM-PV5https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-PW99?wc=MHND-5WG%3A369754101%2C369751702%2C370546301%26cc%3D2177282&lang=pt&i=0&cc=2177282>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Nossa Senhora da Luz. **Livro de registro de batismos s/n**, 1734-1755. Curitiba: Arquivo Diocesano de Curitiba/PR. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939J-DNNX-1?wc=MHN8-PWG%3A369754501%2C369754502%2C370002801%26cc%3D2177282&cc=2177282&lang=pt&i=1https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-PW99?wc=MHND-5WG%3A369754101%2C369751702%2C370546301%26cc%3D2177282&lang=pt&i=0&cc=2177282>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Nossa Senhora da Luz. **Livro de registro de batismos s/n**, 1776-1779. Curitiba: Arquivo Diocesano de Curitiba/PR. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-PDQM-9?view=index&cc=2177282&lang=pt&groupId=M9H7-QF7https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-PW99?wc=MHND-5WG%3A369754101%2C369751702%2C370546301%26cc%3D2177282&lang=pt&i=0&cc=2177282>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Nossa Senhora da Luz. **Livro de registro de casamentos s/n**, 1758-1835. Curitiba: Arquivo Diocesano de Curitiba/PR. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-PQWD-3?view=index&cc=2177282&lang=pt&groupId=M9SC-3Q8https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-PW99?wc=MHND-5WG%3A369754101%2C369751702%2C370546301%26cc%3D2177282&lang=pt&i=0&cc=2177282>. Acesso em: 01 nov. 2025.

DE ALMEIDA, Pedro Tavares. **A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na "Regeneração"(1851-1890)**. Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, 1995.

DELICAN, Mustafa. *Elite theories of Pareto, Mosca and Michels. Sosyal Siyaset Konferansları Dergisi*, İstanbul, n. 43-44, 2012. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/tr/pub/iusskd/article/10582>. Acesso em: 30 jun. 2026.

FARINATTI, Luis A. E.; VARGAS, Jonas M. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816 – c. 1844). **Topoi**, v. 15, 2014, p. 389-413. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/7mNWkn9KYtmYFKMWKH7bTpz/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FRAGA, Plínio. 'Camaleão político', **Moreira Franco é um dos nomes mais próximos a Temer**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 14 maio 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1771229-camaleao-politico-moreira-franco-e-um-dos-nomes-mais-proximos-a-temer.shtml>. Acesso em: 20 maio 2025.

GUARULHOS (SP). Paróquia Nossa Senhora da Conceição. **Livro de registro de batismos nº 2**, 1722-1744. Mogi das Cruzes: Arquivo diocesano de Mogi das Cruzes/SP. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-KF9Y-6Z?wc=M5JW-K6D%3A371870001%2C373553501%2C373564801%26cc%3D2177299&lang=pt&i=1&cc=2177299>. Acesso em: 01 nov. 2025.

GUIMARÃES, Thales Rebelo. Impedimentos consanguíneos no direito canônico: subsídios para a genealogia. **Revista da ASBRAP**, São Paulo, n. 30, p. 51–58, 2022. Disponível em: https://asbrap.org.br/artigos/rev30_05_impedimentos_consanguineos_direito_canonico.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

HEINZ, Flávio M. Como se escolhem os escolhidos? Nota metodológica sobre a definição do grupo-alvo em prosopografia. **Estudos Históricos** [Recurso Eletrônico], Rio de Janeiro, v.37, n.81, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/54431>. Acesso em: 23 abr. 2025.

IPSOS. *Over half the population can't name any of their great grandparents*. Ipsos, Reino Unido, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://www.ipsos.com/en-uk/over-half-population-cant-name-any-their-great-grandparents>. Acesso em: 20 maio 2025.

JORNAL DO COMMERCIO. Ano X, n. 225, 24 nov. 1889. p. 2. Disponível em: <https://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/JornalDoComercio/1889/JDC1889225.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.

LAGES (SC). Paróquia Nossa Senhora das Necessidades. **Livro de registro de batismos nº 5**, 1831-1833, 1843-1869. Lages: Arquivo Diocesano de Lages/SC. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-YTQG-J?wc=MFKJ-PZS%3A1030404201%2C1030404202%2C1030525301&cc=2177296&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Nossa Senhora das Necessidades. **Livro de registro de batismos nº 6**, 1837-1844. Lages: Arquivo Diocesano de Lages/SC. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-YT26-Q?i=40&wc=MFKJ-PZS%3A1030404201%2C1030404202%2C1030525301&cc=2177296&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Nossa Senhora das Necessidades. **Livro de registro de batismos nº 8**, 1847-1849. Lages: Arquivo Diocesano de Lages/SC. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-YT2H-F?wc=MFKJ-PZ9%3A1030404201%2C1030404202%2C1030525501&cc=2177296&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Nossa Senhora das Necessidades. **Livro de registro de batismos nº 13**, 1858-1860. Lages: Arquivo Diocesano de Lages/SC. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-YTV9-B?i=130&wc=MFKJ-P3D%3A1030404201%2C1030404202%2C1030525801&cc=2177296&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Nossa Senhora das Necessidades. **Livro de registro de batismos nº 15**, 1858-1859. Lages: Arquivo Diocesano de Lages/SC. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-Y5XQ-4?i=41&wc=MFKJ-DM9%3A1030404201%2C1030404202%2C1030467001&cc=2177296&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Nossa Senhora das Necessidades. **Livro de registro de casamentos nº 8**, 1858-1860. Lages: Arquivo Diocesano de Lages/SC. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6PR1-MC?wc=MFKV-DZS%3A1030404201%2C1030404202%2C1030444101&cc=2177296&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

LAPA (PR). Paróquia Santo Antônio. **Livro de registro de casamentos nº 3**, 1844-1866. Curitiba: Arquivo Diocesano de Curitiba/PR. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-PW99?wc=MHND-5WG%3A369754101%2C369751702%2C370546301%26cc%3D2177282&lang=pt&i=0&cc=2177282>. Acesso em: 01 nov. 2025.

LIMA, Nédio Dariva Pires de. **A (Des)centralização Político-Institucional do Estado Federal**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

LUZ, Aujor Ávila. **Santa Catarina: quatro séculos de história**. Florianópolis: Insular, 2000.

MARCO, Cristhian Magnus de. **O Município na Federação**. Dissertação (Mestrado) – UFSC/CPGD. Florianópolis: UFSC/CPGD, 2001.

MARTINY, Carina. A elite política local de uma região marcada pela imigração (final do século XIX). In: **XXV Seminário Nacional de História: História e Ética**, 2009, Fortaleza. Por uma est(ética) da beleza na História. Fortaleza: ANPUH, 2009.

_____. Famílias de elite e estratégias de manutenção de poder (São Sebastião do Caí, 1875-1900). **XI Encontro Estadual de História**. 2012. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuhrs.org.br/resources/anais/18/1346364361_ARQUIVO_anpuh2012CarinaMartinyFURGversaofinal.pdf. Acesso em 20 jun. 2026

MELORE, Chris. *Family tree stumped: Most Americans can't name all 4 of their grandparents*. *Study Finds*, 28 jun. 2024. Disponível em: <https://studyfinds.org/family-tree-name-grandparents/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

MONTEIRO, Lorena Madruga. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa?. **Revista Pensamento Plural**, n. 14, p. 11-21, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pensamentoplural/article/view/3798/3410>. Acesso em: 23 abr. 2025.

NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: the Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

NORONHA, Andrius E. Análise teórica sobre a categoria “elite política” e seu engajamento nas instituições da comunidade regional. **Revista Barbarói**, n. 29, 2008, p. 24-45. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/463>. Acesso em: 23 abr. 2025.

NUNES, Augusto. **Moreira Franco, o genro do genro, agora também é doutor em vigarice estatística**. Veja, São Paulo, 25 fev. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/augusto-nunes/moreira-franco-o-genro-do-genro-agora-tambem-e-doutor-em-vigarice-estatistica/>. Acesso em: 20 maio 2025.

NUNES, Dúnia dos Santos. **A Câmara Municipal de Pelotas e seus vereadores: exercício do poder local e estratégias sociais (1832-1836)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/88319>. Acesso em: 23 abr. 2025.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; SILVA GOULART, Mônica Helena Harrich; MARCIANO, José Marciano. Orçamento Secreto e Famílias Políticas: Prosopografia dos Principais Operadores Em 2022. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR** 9, no. 2 (dezembro 12, 2023): 200–230. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/93707>. Acesso em 20 mai. 2025.

PARETO, Vilfredo. *The mind and society: a treatise on general sociology*. 4 v. in 2. New York: Dover, 1963. Disponível em: <https://archive.org/details/mindsocietytreat0034pare>. Acesso em: 30 jun. 2026.

PEDROSO, Gustavo Henrique de Almeida. **O prefeito que não foi**. Portal Genealogices, 18 mar. 2022. Disponível em: <https://genealogices.wordpress.com/2022/03/18/o-prefeito-que-nao-foi/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

PEREGALLI, Enrique. **Como o Brasil ficou assim?: formação das fronteiras e tratados de limites**. São Paulo: Global, 1997.

PEREIRA, Fernando Marcelino; DE OLIVEIRA, Marcus Roberto. Estruturas familiares na Prefeitura Municipal de Curitiba: uma prosopografia do secretariado de primeiro escalão do governo de Rafael Greca de Macedo no início de 2017. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 3, n. 1, p. 238-267, 2017.

PEREIRA, William Eufrasio Nunes; OLIVEIRA, Carmem Gabrielli Ferreira de. Coronelismo e normas de direito eleitoral: da colônia ao império. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho, PR, n. 24, p. 189-206, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/486>. Acesso em: 30 jun. 2026.

PERISSINOTTO, Renato. Por que é importante estudar as elites políticas? **Perspectivas**, São Paulo, v. 53, p. 9-13, jan./jun. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/13463>. Acesso em: 23 abr. 2025

PIAZZA, Walter Fernando. **Atlas Histórico do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Departamento de Educação e Cultura, 1970.

_____. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.

_____. **As Constituições do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: ALESC, 1984.

PONTA GROSSA (PR). Paróquia Sant'Ana. **Caderno de registro de batismos nº 4**, 1828-1830. Ponta Grossa/PR: Arquivo Diocesano de Ponta Grossa/PR. Disponível em:

<https://www.familysearch.org/pt/search/film/005699295?cat=olib%3A1483116&i=0>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Sant'Ana. **Caderno de registro de batismos nº 5**, 1830-1835. Ponta Grossa/PR: Arquivo Diocesano de Ponta Grossa/PR. Disponível em:

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-893H-67SS?cat=olib%3A1483116&i=57&lang=pt&cc=2177282>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Sant'Ana. **Caderno de registro de casamentos e óbitos nº 1**, 1826-1837. Ponta Grossa/PR: Arquivo Diocesano de Ponta Grossa/PR. Disponível em:

<https://www.familysearch.org/pt/search/film/005700109?cat=olib:1483116>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Sant'Ana. **Livro de registro de batismo nº 1**, 1837-1843. Ponta Grossa/PR: Arquivo Diocesano de Ponta Grossa/PR. Disponível em:

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q5Q-G93H-67P4?cat=olib%3A1483116&i=2&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Sant'Ana. **Livro de registro de casamentos nº 1**, 1845-1858. Ponta Grossa/PR: Arquivo Diocesano de Ponta Grossa/PR. Disponível em:

<https://www.familysearch.org/pt/search/film/005700180?cat=olib%3A1483116&i=0>. Acesso em: 01 nov. 2025.

PORTO ALEGRE (RS). Paróquia Madre de Deus. **Livro de registro de óbitos nº 2**, 1795-1812. Porto Alegre: Arquivo Diocesano de Porto Alegre/RS. Disponível em:

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-W8S3-9F?wc=M78J-WM9%3A371565601%2C371856701%2C372325801%26cc%3D2177295&lang=pt&i=0&cc=2177295>. Acesso em: 01 nov. 2025.

PUTNAM, Robert D. **The comparative study of political elites**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1976. Disponível em: <https://archive.org/details/comparativestudy00putn>. Acesso em: 30 jun. 2026.

RAPOSO, Eduardo de Vasconcelos. As elites políticas brasileiras: uma proposta de abordagem. **Perspectivas**, São Paulo, v. 53, jan./jun. pp. 159-177. 2019.

REPÚBLICA: *Orgam official* [sic] do Estado Federal de Santa Catharina. Desterro, SC, ano 1, n. 41, 8 jan. 1890. Disponível em:

<http://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=711497x&pagfis=141>. Acesso em: 30 jun. 2026.

_____. *Orgam official* [sic] do Estado Federal de Santa Catharina. Desterro, SC, ano 1, n. 99, 19 mar. 1890. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=711497x&pagfis=371>. Acesso em: 30 jun. 2026.

_____. *Orgam official* [sic] do Estado Federal de Santa Catharina. Desterro, SC, ano 1, n. 122, 18 abr. 1890. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=711497x&pagfis=459>. Acesso em: 30 jun. 2026.

_____. *Orgam official* [sic] do Estado Federal de Santa Catharina. Desterro, SC, ano 1, n. 279, 31 out. 1890. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=711497x&pagfis=1065>. Acesso em: 30 jun. 2026.

_____. *Orgam official* [sic] do Estado Federal de Santa Catharina. Desterro, SC, ano 2, n. 316, 17 dez. 1890. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=711497x&pagfis=1202>. Acesso em: 30 jun. 2026.

_____. *Jornal da Tarde*. Desterro, SC, ano 2, n. 341, 19 jan. 1891. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=711497x&pagfis=1290>. Acesso em: 30 jun. 2026.

_____. Desterro, SC, ano 3, n. 539, 17 set. 1891. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=711497x&pagfis=1935>. Acesso em: 30 jun. 2026.

_____. Desterro, SC, ano 3, n. 545, 22 set. 1891. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/711497x/1951>. Acesso em: 30 jun. 2026.

REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. **Poder local, agentes régios e controle camarário em Vila Rica, 1711-1789**. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01102020-152324/>. Acesso em: 20 maio 2025.

SANTA CATARINA. **Assembleia Legislativa**. Consultoria Legislativa. Aniversário dos Municípios. Disponível em: <https://consultoria.alesc.sc.gov.br/aniversario-dos-municipios/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

_____. **Constituição Política do Estado de Santa Catarina, de 1891**. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1891. Disponível em: https://www.alesc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/02/Const_Est_1891.pdf. Acesso em: 30 jun. 2026.

_____. **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina**. Fundo Câmaras Municipais – CAM. Inventário analítico dos ofícios das câmaras municipais para presidente da província e governo do estado (1878-1882). Disponível em: https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina/b/7/b7bf21b069beab064ecf80ef03da9dc9faa21c753b6013671b44547713cab208/of_cam.m._para_pres.p._1874-1877_v.16.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

_____. **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.** Fundo Câmaras Municipais – CAM. Inventário analítico dos ofícios das câmaras municipais para presidente da província e governo do estado (1878-1882). Disponível em: https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina/a/3/9/a392dfd58513f146caa7227b779151d214594a6ce5ba73ff12841ae54d397348/of_cam.m._para_pres.p._-1878-1882_v.17.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

_____. **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.** Fundo Câmaras Municipais – CAM. Inventário analítico dos ofícios das câmaras municipais para o presidente da província e governo do estado (1883–1885). Disponível em: https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina/7/5/d/75d92c2744f922fa59594142902b079d8c13f68cf97dd798c6dc6dcd5f584dd1/of_cam.m._para_pres.p._-1883-1885_v.18.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

_____. **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.** Fundo Câmaras Municipais – CAM. Inventário analítico dos ofícios das câmaras municipais para o presidente da província e governo do estado (1883–1885). Disponível em: https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina/e/a/5/ea51beca074ba3e1441084e8983d87c6051ea1a0ae1359676607ca24f0901617/of_cam.m._para_pres.p._-1886-1887_v.19.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

_____. **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.** Fundo Câmaras Municipais – CAM. Inventário analítico dos ofícios das câmaras municipais para o presidente da província e governo do estado (1888–1889). Disponível em: https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina/7/0/a/70a05a98bfeb84d72f1da051a9f594303fb1d61160e533d425e8808cfa5daf4a/of_cam.m._para_pres.p._-1888-1889_v.20.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

_____. **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.** Fundo Câmaras Municipais – CAM. Inventário analítico das correspondências expedidas da presidência da província e governo do estado para câmaras municipais (1886/1889-1893). Disponível em: https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina/2/0/e/20ef81f2820bc2ebf85f3858293bfb444cbf5295290aa5a4daecd72b9ba8359e/CO_RRESP.PRESP_PARA_CAM-1886_A_1889_E_1893_V.3.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA (RS). Paróquia Santo Antônio. **Livro de registro de batismos 1º**, 1773-1799. Porto Alegre: Arquivo Diocesano de Porto Alegre/RS. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F8Q9-7L?cc=2177295&wc=M78X-P2D%3A371567301%2C371567302%2C371611401&i=0>. Acesso em: 01 nov. 2025.

SANTOS, Silvio Coelho. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (PR). Paróquia São José. **Livro de registro de batismo nº 1**, 1775-1802. São José dos Pinhais: Arquivo Diocesano de São José dos Pinhais/PR. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939J-DNZZ-T?wc=MHN8-LWP%3A369753201%2C369755602%2C369980601%26cc%3D2177282&lang=pt&i=0&cc=2177282>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia São José. **Livro de registro de batismo nº 2**, 1785-1829. São José dos Pinhais: Arquivo Diocesano de São José dos Pinhais/PR. Disponível em:

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939J-DNCJ-5?view=index&cc=2177282&lang=pt&groupId=M9SM-P7B>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia São José. **Livro de registro de batismo nº 4**, 1835-1844. São José dos Pinhais: Arquivo Diocesano de São José dos Pinhais/PR. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939J-DN9W-8T?wc=MHN8-PT5%3A369753201%2C369755602%2C370042801%26cc%3D2177282&lang=pt&i=0&cc=2177282>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia São José. **Livro de registro de casamentos nº 1**, 1757-1835. São José dos Pinhais: Arquivo Diocesano de São José dos Pinhais/PR. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-PD9R-L?lang=pt&i=0&cc=2177282>. Acesso em: 01 nov. 2025.

SÃO PAULO (SP). Paróquia Santo Amaro. **Livro de registro de batismos nº 2**, 1726-1766. São Paulo: Arquivo Arquidiocesano de São Paulo/SP. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-KF9Y-6Z?wc=M5JW-K6D%3A371870001%2C373553501%2C373564801%26cc%3D2177299&lang=pt&i=1&cc=2177299>. Acesso em: 01 nov. 2025.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. **A Arte de Governar: Redes e relações familiares entre os juízes almotacés na Câmara Municipal de Rio Pardo/RS, 1811 – c. 1830.** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: 2012. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4202/Ricardo+Schmachtenberg.pdf;jsessionid=59F7F50E6C0D5A31CCD8B9218E6A70BB?sequence=1>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SILVA, Fernando João da. **A divisão político-administrativa do Estado de Santa Catarina: do passado ao presente**. 2008. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/864/fernando_joao_da_silva.pdf. Acesso em: 30 jun. 2026.

SILVA, Luciano Chacon da. **Coronelismo e populismo no Rio Grande do Norte nas décadas de 1950-60: ajustamento de práticas autoritárias**. Monografia (graduação). Departamento de História da UFRN. Natal, 2007. 62p. Disponível em: <http://www.edufrn.ufrn.br/handle/123456789/517>. Acesso em 20 maio 2026.

SEAVER, Randy. **Ancestry Survey – 1950 U.S. Census and More**. *Genea-Musings*, [s.l.], 28 mar. 2022. Disponível em: <https://www.geneamusings.com/2022/03/ancestry-survey-1950-us-census-and.html>. Acesso em: 20 maio 2025.

SOROCABA (SP). Paróquia Nossa Senhora da Ponte. **Livro de registro de batismos s/n**, 1737-17473. Sorocaba: Arquivo diocesano de Sorocaba/SP. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3918-L?wc=M5J5-MNP%3A371919301%2C371919302%2C372159501%26cc%3D2177299&lang=pt&i=0&cc=2177299>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Nossa Senhora da Ponte. **Livro de registro de batismos s/n**, 1803-1810. Sorocaba: Arquivo diocesano de Sorocaba/SP. Disponível em:

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-FD99-61?i=0&cc=2177299&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Nossa Senhora da Ponte. **Livro de registro de batismos nº 2**, 1824-1833. Sorocaba: Arquivo diocesano de Sorocaba/SP. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-39SV-P?view=index&cc=2177299&lang=pt&groupId=>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Nossa Senhora da Ponte. **Livro de registro de casamentos nº 3**, 1773-1783. Sorocaba: Arquivo diocesano de Sorocaba/SP. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-39RD-W?wc=M5JP-YW1%3A371919301%2C371919302%2C372461501%26cc%3D2177299&lang=pt&i=0&cc=2177299>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Nossa Senhora da Ponte. **Livro de registro de casamentos nº 7**, 1800-1813. Sorocaba: Arquivo diocesano de Sorocaba/SP. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3S7P-4?lang=pt&i=0>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Nossa Senhora da Ponte. **Livro de registro de casamentos nº 9**, 1819-1827. Sorocaba: Arquivo diocesano de Sorocaba/SP. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3SS2-G?%3Fwc=M5J5-6TR%3A371919301%2C371919302%2C372504101%26cc%3D2177299&lang=pt&i=0&cc=2177299>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Nossa Senhora da Ponte. **Livro de registro de casamentos nº 13**, 1865-1869. Sorocaba: Arquivo diocesano de Sorocaba/SP. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-FD3R-JB?wc=M5V7-3T5%3A371919301%2C371919302%2C371970701%26cc%3D2177299&lang=pt&i=0&cc=2177299>. Acesso em: 01 nov. 2025.

_____. Paróquia Nossa Senhora da Ponte. **Livro de registro de óbitos nº 4**, 1776-11804. Sorocaba: Arquivo diocesano de Sorocaba/SP. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-3SQT-N?wc=M5J5-L2S%3A371919301%2C371919302%2C372531101%26cc%3D2177299&lang=pt&i=0&cc=2177299>. Acesso em: 01 nov. 2025.

SOUSA, João Morais de. Discussão em torno do conceito de coronelismo: da propriedade da terra às práticas de manutenção do poder local. **Cadernos de Estudos Sociais**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1174>. Acesso em: 30 jun. 2026.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782011000200009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/khxZXHsx498bxmNtg63Hzgy/?lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2025.

TAFFAREL, E. **Da Fazenda São João à Comunidade Quilombola Invernada dos Negros: Terra, Trajetória e Permanência**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

TAVARES DA SILVA, Lucas Augusto. Jaime I o Conquistador e os vínculos político-matrimoniais na Coroa de Aragão (séc. XIII). **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 28, p. 3-16, set. 2025. Disponível em: <https://www.dialogosmediterraneos.com.br/RevistaDM/article/view/493/543>. Acesso em: 30 jun. 2026.

THE FOURTH LATERAN COUNCIL. 1215. *Internet History Sourcebooks Project*. Fordham University. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/basis/lateran4.asp>. Acesso em: 20 maio 2025.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: volume 1 – A árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottmann. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. ISBN 9788577531691.

TORRES, Anderson Vargas. *CONHECENDO UMA ELITE POLÍTICA LOCAL ATRAVÉS DA PROSOPOGRAFIA: os vereadores de Canoas/RS entre 1961 e 1964*. In: **ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/RS**, 13., 2016, Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: Anpuh, 2016. p. 1-16. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/53965935/ANDERSON_TORRES_-_Conhecendo_uma_elite_politica_local_atraves_da_prosopografia-libre.pdf?1500935589=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DConhecendo_uma_elite_politica_local_atra.pdf&Expires=1745399348&Signature=P84uVTq0c8q9X~JWnevq4WeQso-BZW882FevyGJdovMP52n6Fh3JUifEPKayCKf~4u~N429MWBQ~d8SR-AEBfM6kfmocvE2tPTTLii-a16klPCxyfDPBdbpMy5rMPVK9GLgDa0~dHhdug-zezZgDaASnMG-HgGy88J5d3x0ES~2e6eLSwP7tZ1kr-GmguA7-OEEYwyyJ9dXKwLIF1mVIHVc91d9VyYdhkzsjsfbNGFKDpaKLeGynNyotlNOpwa3SBB5J3m4Ua1p991KVjFh0uURjtE-yHgWx9zz3pexSi~7cRh~KNoxv2reoE6xyhnlQwfSwBxz1HKfJmp9Vg6WTCw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 23 abr. 2025.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. 2007. 279 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13085>. Acesso em: 23 abr. 2025.

VIDOTTE, Adriana. Isabel de Castela e Fernando de Aragão: estratégias matrimoniais e construção do poder na Monarquia Ibérica. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 28, p. 60-87, set. 2025. Disponível em: <https://www.dialogosmediterraneos.com.br/RevistaDM/article/view/498>. Acesso em: 30 jun. 2026.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

WEIGERT, Daniele. **Nas sombras das Araucárias: colonizadores e indígenas nas fronteiras do Paraná (1808-1900)**. 2020. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-10082020-195541/publico/2020_DanieleWeigert_VCorr.pdf. Acesso em: 30 jun. 2026.

ANEXO A

Resultado da tabela de parentesco: referência como Antonio Gomes de Campos e Felisbino Antonio de Souza.

Camarista 1	Esposa de camarista 1	Camarista 2	Esposa de camarista 2	Relação
Antonio Gomes de Campos	—	Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Fidélis José de Oliveira Preto	—	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Francisco Pinheiro da Silva	—	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Henrique Rupp	Emma Scharf	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	João Alves de Carvalho	—	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Parentesco consanguíneo com esposa de outro camarista
Antonio Gomes de Campos	—	Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Lucidônio Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Pedro Carlos Stephanes	Apolinária Thibes	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
Antonio Gomes de Campos	—	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Fidélis José de Oliveira Preto	—	Esposa tem parentesco consanguíneo com camarista
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Esposas são parentes entre si
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Esposas são parentes entre si
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Múltiplas relações
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Francisco Pinheiro da Silva	—	Esposa tem parentesco consanguíneo com camarista
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida	Esposas são parentes entre si
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Henrique Rupp	Emma Scharf	Sem relação genealógica
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Sem relação genealógica
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Sem relação genealógica
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Múltiplas relações
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	João Alves de Carvalho	—	Sem relação genealógica
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Sem relação genealógica
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Sem relação genealógica
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Lucidônio Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Sem relação genealógica
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Esposa tem parentesco consanguíneo com camarista
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Sem relação genealógica
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Pedro Carlos Stephanes	Apolinária Thibes	Sem relação genealógica
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Sem relação genealógica
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
Felisbino Antonio de Souza	Virgínia Emília da Silva	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica

Tabela 49 - Parentescos com Antonio Gomes de Campos e Felisbino Antonio de Souza.

ANEXO B

Resultado da tabela de parentesco: referência com Fidélis José de Oliveira Preto e Francisco Alves de Carvalho.

Camarista 1	Esposa de camarista 1	Camarista 2	Esposa de camarista 2	Relação
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Múltiplas relações
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Parentesco consanguíneo com esposa de outro camarista
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Múltiplas relações
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Francisco Pinheiro da Silva	—	Parente consanguíneo com outro camarista
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida	Parentesco consanguíneo com esposa de outro camarista
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Henrique Rupp	Emma Scharf	Sem relação genealógica
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Sem relação genealógica
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Sem relação genealógica
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Múltiplas relações
Fidélis José de Oliveira Preto	—	João Alves de Carvalho	—	Sem relação genealógica
Fidélis José de Oliveira Preto	—	João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Sem relação genealógica
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Sem relação genealógica
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Sem relação genealógica
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Parente consanguíneo com outro camarista
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Sem relação genealógica
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Pedro Carlos Stephanes	Apolinária Thibes	Sem relação genealógica
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Sem relação genealógica
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
Fidélis José de Oliveira Preto	—	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Múltiplas relações
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Múltiplas relações
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Francisco Pinheiro da Silva	—	Múltiplas relações
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida	Esposas são parentes entre si
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Henrique Rupp	Emma Scharf	Sem relação genealógica
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Parentesco consanguíneo com esposa de outro camarista
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Sem relação genealógica
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Múltiplas relações
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	João Alves de Carvalho	—	Parente consanguíneo com outro camarista
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Sem relação genealógica
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Parente consanguíneo com outro camarista
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Sem relação genealógica
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Múltiplas relações
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Sem relação genealógica
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Pedro Carlos Stephanes	Apolinária Thibes	Sem relação genealógica
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Sem relação genealógica
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
Francisco Alves de Carvalho	Antonia Pinheiro da Silva	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica

Tabela 50 - Parentescos com Fidélis José de Oliveira Preto e Francisco Alves de Carvalho.

ANEXO C

Resultado da tabela de parentesco: referência com Francisco Crescêncio Fagundes e Francisco Ferreira de Almeida.

Camarista 1	Esposa de camarista 1	Camarista 2	Esposa de camarista 2	Relação
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Múltiplas relações
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Francisco Pinheiro da Silva	—	Esposa tem parentesco consanguíneo com camarista
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida	Esposas são parentes entre si
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Henrique Rupp	Emma Scharf	Sem relação genealógica
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Parente consanguíneo com outro camarista
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Sem relação genealógica
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Múltiplas relações
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	João Alves de Carvalho	—	Sem relação genealógica
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Sem relação genealógica
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Sem relação genealógica
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Sem relação genealógica
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Esposa tem parentesco consanguíneo com camarista
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Sem relação genealógica
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Pedro Carlos Stephanes	Apolinária Thibes	Sem relação genealógica
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Sem relação genealógica
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
Francisco Crescêncio Fagundes	Maria Pinheiro da Silva	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica
Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Francisco Pinheiro da Silva	—	Múltiplas relações
Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida	Múltiplas relações
Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Henrique Rupp	Emma Scharf	Sem relação genealógica
Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Sem relação genealógica
Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Sem relação genealógica
Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Múltiplas relações
Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	João Alves de Carvalho	—	Sem relação genealógica
Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Sem relação genealógica
Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Sem relação genealógica
Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Sem relação genealógica
Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Múltiplas relações
Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Sem relação genealógica
Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Pedro Carlos Stephanes	Apolinária Thibes	Sem relação genealógica
Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Sem relação genealógica
Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
Francisco Ferreira de Almeida	Anna Leopoldina de Almeida	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica

Tabela 51 - Parentescos com Francisco Crescêncio Fagundes e Francisco Ferreira de Almeida.

ANEXO D

Resultado da tabela de parentesco: referência com Francisco Pinheiro da Silva e Francisco Rodrigues de Almeida.

Camarista 1		Esposa de camarista 1		Camarista 2		Esposa de camarista 2		Relação
Francisco Pinheiro da Silva	—			Francisco Rodrigues de Almeida		Ambrosina Ferreira de Almeida		Parentesco consanguíneo com esposa de outro camarista
Francisco Pinheiro da Silva	—			Henrique Rupp		Emma Scharf		Sem relação genealógica
Francisco Pinheiro da Silva	—			Joaquim Alves Fagundes		Fortunata Alves de Carvalho		Sem relação genealógica
Francisco Pinheiro da Silva	—			Joaquim Antonio de Oliveira Lemos		Constância Pereira Pinto		Sem relação genealógica
Francisco Pinheiro da Silva	—			Jorge Ricardo da Silva		Alexandrina Ferreira da Silva		Múltiplas relações
Francisco Pinheiro da Silva	—			João Alves de Carvalho		—		Sem relação genealógica
Francisco Pinheiro da Silva	—			João Thibes		Etelvina Gomes de Campos		Sem relação genealógica
Francisco Pinheiro da Silva	—			Lucas Alves de Carvalho		Julia Gonçalves de Almeida		Sem relação genealógica
Francisco Pinheiro da Silva	—			Lucidório Luiz de Mattos		Firmina Martins de Mattos		Sem relação genealógica
Francisco Pinheiro da Silva	—			Manuel Ferreira da Silva Farrapo		Felicidade Amantina de Almeida		Parente consanguíneo com outro camarista
Francisco Pinheiro da Silva	—			Marcos Gonçalves de Farias		Francisca Maria de Oliveira		Sem relação genealógica
Francisco Pinheiro da Silva	—			Pedro Carlos Stephanes		Apolinária Thibes		Sem relação genealógica
Francisco Pinheiro da Silva	—			Pedro Correa de Mello		Christina de Almeida		Sem relação genealógica
Francisco Pinheiro da Silva	—			Possidônio Gonçalves de Brito		Rosa Maria de Meira		Sem relação genealógica
Francisco Pinheiro da Silva	—			Ramiro Antonio de Oliveira		Maria Alves de Oliveira		Sem relação genealógica
Francisco Pinheiro da Silva	—			Tomás Gonçalves Padilha		Bernardina Correa		Sem relação genealógica
Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida			Henrique Rupp		Emma Scharf		Sem relação genealógica
Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida			Joaquim Alves Fagundes		Fortunata Alves de Carvalho		Sem relação genealógica
Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida			Joaquim Antonio de Oliveira Lemos		Constância Pereira Pinto		Sem relação genealógica
Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida			Jorge Ricardo da Silva		Alexandrina Ferreira da Silva		Múltiplas relações
Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida			João Alves de Carvalho		—		Sem relação genealógica
Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida			João Thibes		Etelvina Gomes de Campos		Sem relação genealógica
Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida			Lucas Alves de Carvalho		Julia Gonçalves de Almeida		Parentesco consanguíneo com esposa de outro camarista
Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida			Lucidório Luiz de Mattos		Firmina Martins de Mattos		Sem relação genealógica
Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida			Manuel Ferreira da Silva Farrapo		Felicidade Amantina de Almeida		Múltiplas relações
Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida			Marcos Gonçalves de Farias		Francisca Maria de Oliveira		Sem relação genealógica
Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida			Pedro Carlos Stephanes		Apolinária Thibes		Sem relação genealógica
Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida			Pedro Correa de Mello		Christina de Almeida		Parentesco consanguíneo com esposa de outro camarista
Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida			Possidônio Gonçalves de Brito		Rosa Maria de Meira		Sem relação genealógica
Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida			Ramiro Antonio de Oliveira		Maria Alves de Oliveira		Sem relação genealógica
Francisco Rodrigues de Almeida	Ambrosina Ferreira de Almeida			Tomás Gonçalves Padilha		Bernardina Correa		Sem relação genealógica

Tabela 52 - Parentescos com Francisco Pinheiro da Silva e Francisco Rodrigues de Almeida.

ANEXO E

Resultado da tabela de parentesco: referência com Henrique Rupp e Joaquim Alves Fagundes.

Camarista 1	Esposa de camarista 1	Camarista 2	Esposa de camarista 2	Relação
Henrique Rupp	Emma Scharf	Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Sem relação genealógica
Henrique Rupp	Emma Scharf	Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Sem relação genealógica
Henrique Rupp	Emma Scharf	Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Sem relação genealógica
Henrique Rupp	Emma Scharf	João Alves de Carvalho	—	Sem relação genealógica
Henrique Rupp	Emma Scharf	João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Sem relação genealógica
Henrique Rupp	Emma Scharf	Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Sem relação genealógica
Henrique Rupp	Emma Scharf	Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Sem relação genealógica
Henrique Rupp	Emma Scharf	Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Sem relação genealógica
Henrique Rupp	Emma Scharf	Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Sem relação genealógica
Henrique Rupp	Emma Scharf	Pedro Carlos Stephanes	Apolinária Thibes	Sem relação genealógica
Henrique Rupp	Emma Scharf	Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Sem relação genealógica
Henrique Rupp	Emma Scharf	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
Henrique Rupp	Emma Scharf	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
Henrique Rupp	Emma Scharf	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica
Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Sem relação genealógica
Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Sem relação genealógica
Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	João Alves de Carvalho	—	Esposa tem parentesco consanguíneo com camarista
Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Sem relação genealógica
Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Esposa tem parentesco consanguíneo com camarista
Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Sem relação genealógica
Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Sem relação genealógica
Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Sem relação genealógica
Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Pedro Carlos Stephanes	Apolinária Thibes	Sem relação genealógica
Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Sem relação genealógica
Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
Joaquim Alves Fagundes	Fortunata Alves de Carvalho	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica

Tabela 53 - Parentescos com Henrique Rupp e Joaquim Alves Fagundes.

ANEXO F

Resultado da tabela de parentesco: referência com Joaquim Antonio de Oliveira Lemos e Jorge Ricardo da Silva.

Camarista 1	Esposa de camarista 1	Camarista 2	Esposa de camarista 2	Relação
Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Sem relação genealógica
Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	João Alves de Carvalho	—	Sem relação genealógica
Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	João Thibes	Etelvina Gomes do Campos	Sem relação genealógica
Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Sem relação genealógica
Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Sem relação genealógica
Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Sem relação genealógica
Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Parentesco consanguíneo com esposa de outro camarista
Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Pedro Carlos Stephanes	Apolinária Thibes	Sem relação genealógica
Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Sem relação genealógica
Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
Joaquim Antonio de Oliveira Lemos	Constância Pereira Pinto	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica
Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	João Alves de Carvalho	—	Sem relação genealógica
Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	João Thibes	Etelvina Gomes do Campos	Sem relação genealógica
Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Sem relação genealógica
Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Múltiplas relações
Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Múltiplas relações
Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Sem relação genealógica
Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Pedro Carlos Stephanes	Apolinária Thibes	Sem relação genealógica
Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Sem relação genealógica
Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
Jorge Ricardo da Silva	Alexandrina Ferreira da Silva	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica

Tabela 54 - Parentescos com Joaquim Antonio de Oliveira Lemos e Jorge Ricardo da Silva.

ANEXO G

Resultado da tabela de parentesco: resultado da tabela de parentesco: referência com João Alves de Carvalho, João Thibes e Lucas Alves de Carvalho.

Camarista 1	Esposa de camarista 1	Camarista 2	Esposa de camarista 2	Relação
João Alves de Carvalho	—	João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Sem relação genealógica
João Alves de Carvalho	—	Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Parente consanguíneo com outro camarista
João Alves de Carvalho	—	Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Sem relação genealógica
João Alves de Carvalho	—	Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Sem relação genealógica
João Alves de Carvalho	—	Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Sem relação genealógica
João Alves de Carvalho	—	Pedro Carlos Stephanes	Apolinária Thibes	Sem relação genealógica
João Alves de Carvalho	—	Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Sem relação genealógica
João Alves de Carvalho	—	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
João Alves de Carvalho	—	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
João Alves de Carvalho	—	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica
João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Sem relação genealógica
João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Sem relação genealógica
João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Sem relação genealógica
João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Sem relação genealógica
João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Pedro Carlos Stephanes	Apolinária Thibes	Múltiplas relações
João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Sem relação genealógica
João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
João Thibes	Etelvina Gomes de Campos	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica
Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Sem relação genealógica
Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Esposas são parentes entre si
Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Sem relação genealógica
Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Pedro Carlos Stephanes	Apolinária Thibes	Sem relação genealógica
Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Múltiplas relações
Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
Lucas Alves de Carvalho	Julia Gonçalves de Almeida	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Múltiplas relações

Tabela 55 - Parentescos com João Alves de Carvalho, João Thibes e Lucas Alves de Carvalho.

ANEXO H

Resultado da tabela de parentesco: referência com Lucidório Luiz de Mattos, Manuel Ferreira da Silva Farrapo e Marcos Gonçalves de Farias.

Camarista 1	Esposa de camarista 1	Camarista 2	Esposa de camarista 2	Relação
Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Sem relação genealógica
Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Sem relação genealógica
Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Pedro Carlos Stephanos	Apolinária Thibes	Sem relação genealógica
Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Sem relação genealógica
Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
Lucidório Luiz de Mattos	Firmina Martins de Mattos	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica
Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Sem relação genealógica
Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Pedro Carlos Stephanos	Apolinária Thibes	Sem relação genealógica
Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Esposas são parentes entre si
Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
Manuel Ferreira da Silva Farrapo	Felicidade Amantina de Almeida	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica
Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Pedro Carlos Stephanos	Apolinária Thibes	Sem relação genealógica
Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Sem relação genealógica
Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
Marcos Gonçalves de Farias	Francisca Maria de Oliveira	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica

Tabela 56 - Parentescos com Lucidório Luiz de Mattos, Manuel Ferreira da Silva Farrapo e Marcos Gonçalves de Farias.

ANEXO I

Resultado da tabela de parentesco: referência com Pedro Carlos Stephanes, Pedro Correa de Mello, Possidônio Gonçalves de Brito e Ramiro Antonio de Oliveira.

Camarista 1	Esposa de camarista 1	Camarista 2	Esposa de camarista 2	Relação
Pedro Carlos Stephanes	Apolinária Thibes	Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Sem relação genealógica
Pedro Carlos Stephanes	Apolinária Thibes	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
Pedro Carlos Stephanes	Apolinária Thibes	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
Pedro Carlos Stephanes	Apolinária Thibes	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica
Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Sem relação genealógica
Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
Pedro Correa de Mello	Christina de Almeida	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Múltiplas relações
Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Sem relação genealógica
Possidônio Gonçalves de Brito	Rosa Maria de Meira	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica
Ramiro Antonio de Oliveira	Maria Alves de Oliveira	Tomás Gonçalves Padilha	Bernardina Correa	Sem relação genealógica

Tabela 57 - Parentescos com Pedro Carlos Stephanes, Pedro Correa de Mello, Possidônio Gonçalves de Brito e Ramiro Antonio de Oliveira.